

078
31.10.29

A honra, com que nos distinguem o Sr. Governador Benedito Valadares, ao confiar-nos a direção administrativa de Belo-Horizonte, trouxe-nos, paralelamente, um conjunto de responsabilidades tais, que, se não nos surpreenderam, exigiram, de nossa parte, desde o principio, a aplicação de todos os esforços e desvelos.

É notório que o benemérito Governo de S. Excia. dominara, já, com vantagem, ingentes problemas da cidade. Em Belo-Horizonte, todavia, os impulsos do progresso não permitem repouso à administração; novas imposições, na ordem geral de sua evolução, desafiam constantemente a atenção, a vigilância, a iniciativa dos responsáveis por ela.

Comum na história das cidades modernas, o fenómeno apresenta, aqui, características peculiares, decorrentes de factores políticos que atuaram nas origens de Belo-Horizonte. A proporção que se desenvolve, a cidade, cuja administração nos foi atribuída, gera em si suas próprias energias; sobrepassámos já a fase de existência dependente, o que necessariamente assinala a história de Capitais como a nossa: Belo-Horizonte emancipa-se. Correlatamente, multiplicam-se as exigências.

Na exposição a que vamos proceder, instruída dos elementos estatísticos indispensáveis, importa frisar, como subsidio para apreciação futura, que o período administrativo de 1940 a 1941 encontrou já o país assoberbado pela crise resultante do conflito mundial e cujas repercussões, evidentemente, não podiam deixar de atingir-nos. Os efeitos imediatos e mais sensíveis da situação internacional sobre a vida de Belo-Horizonte, em suas relações com a administração, consistiram nos embaraços opostos ao empreendimento de obras públicas, pela carência de materiais, e na impossibilidade de sujeitar a novos

encargos os contribuintes, à vista, principalmente, da perturbação das atividades comerciais. Sem embargo, não se entibiou a administração municipal. Sob o estímulo, que nos insuflam o próprio volume dos problemas administrativos e a perspectiva de suas soluções, ao contemplarmos as possibilidades atuais e futuras do Município, enfrentámos animosamente o esquema de realizações proposto à exiguidade de nossas forças.

Pela complexidade de sua fisionomia urbanística, Belo-Horizonte gradua-se, hoje, entre os núcleos mais adiantados do país. Fluxos de população convergem de todos os quadrantes, atraídos pelas condições de vida econômica, social e cultural, que aqui se lhes oferece. Em plena expansão demográfica, a cidade amplia-se em duplo sentido — horizontal e vertical — assim na área geográfica, aperfeiçoando, concorrentemente, seus aspectos arquitetônicos, como na esfera social e intelectual, dotada, a mais e mais, dos recursos necessários ao conforto e à beleza das cidades modernas, e cada vez mais florescente nas atividades artísticas e científicas, por suas academias e órgãos culturais.

Eis aí por que, absorvido pela fascinação de servi-la, o administrador sente comunicar-se da vitalidade, do fremente entusiasmo, da palpitação das energias profundas da cidade, que apresenta à contemplação dos que a visitam e a absorvem a expressão alegórica do gênio criador dos mineiros, na sua força e no seu esplendor.

Para ser fiel ao seu programa funcional, a administração terá de constituir, aí, a confluência das aspirações gerais e reproduzir, no seu labor sistemático e multiforme, a tensão das energias coletivas.

Se conseguirmos atender a esses imperativos, a constante assistência do Sr. Governador, a fiel cooperação dos chefes e auxiliares da Prefeitura e a boa vontade dos Municípes explicarão a proficuidade dos nossos empreendimentos, e são essas circunstâncias que, ainda agora, continuam a alentar-nos na preocupação de desenvolver, em trabalho e em entusiasmo, a Belo-Horizonte, os estímulos de sua irradiante e vigorosa expansão que a todos, e principalmente a seus administradores, transmite a vontade de trabalhar por ela e engrandecê-la sem olhar a sacrifícios.

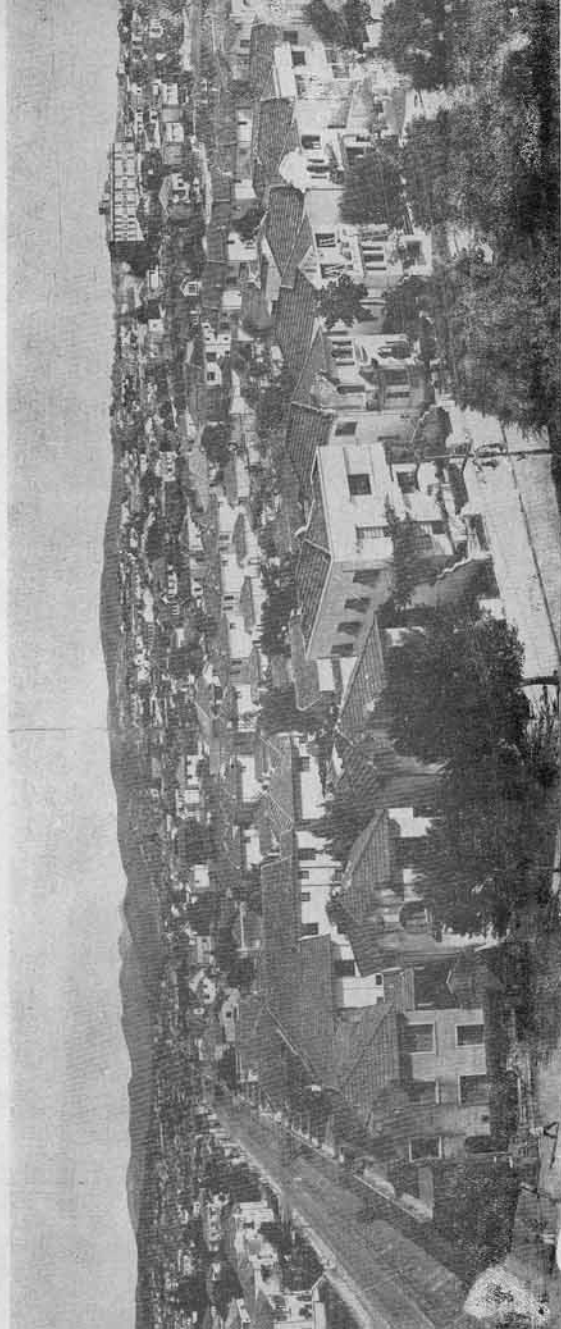
[4-a]



Uma visão aérea da Capital

[4-a V]

[4-b] >



Vista geral do bairro residencial de Lourdes, dos mais novos e dos que mais progrediram nestes últimos anos

V]

[5]

OBRAS PÚBLICAS

Quem acompanha a evolução de Belo-Horizonte, compreende que o progresso não permite à administração pública permanecer inativa. O crescimento constante da cidade é fator que reclama do poder municipal permanente atividade, sem o que seu desenvolvimento se paralisaria.

Procurámos, nos exercícios dos quais relatamos as atividades da municipalidade, sob nossa orientação, realizar o que mais útil e necessário se nos afigurou. Tivemos em mente, acima de tudo, resolver os problemas equacionados de modo a deixá-los solucionados para o futuro, pois não é possível que numa cidade como Belo-Horizonte se cinja apenas ao presente, tal o progresso que aqui se observa. O que hoje parece avantejar-se pelo vulto, amanhã representa a simples necessidade. Assim, atacámos, na medida do possível, os serviços que nos pareceram mais urgentes, afim de que a cidade contasse com novas fontes de progresso. E dentro dessa orientação, procurámos alargar o calçamento, não só levando-o a zonas até então sem pavimentação, assim como substituindo alguns tipos já inadequados para uma capital moderna. Para melhoria dos meios de comunicação do centro com os bairros e entre estes, traçámos um plano de abertura de novas avenidas — as avenidas radiais — totalizando, entre todas, uma extensão que destaca o esforço da Municipalidade. Por sua vez, os trabalhos de saneamento da cidade, dentre eles o de canalização dos córregos e ribeirões, foram e continuam sendo atacados. Como resultante ou, melhor, como preparo para essa série de serviços públicos municipais, os trabalhos de terraplenagem atingiram elevado vulto, como mais adiante se poderá verificar. Voltámos nossa atenção para as obras de embelezamento da capital, levando avante o conjunto urbanístico da Pampulha, onde temos procurado criar para Belo-Horizonte

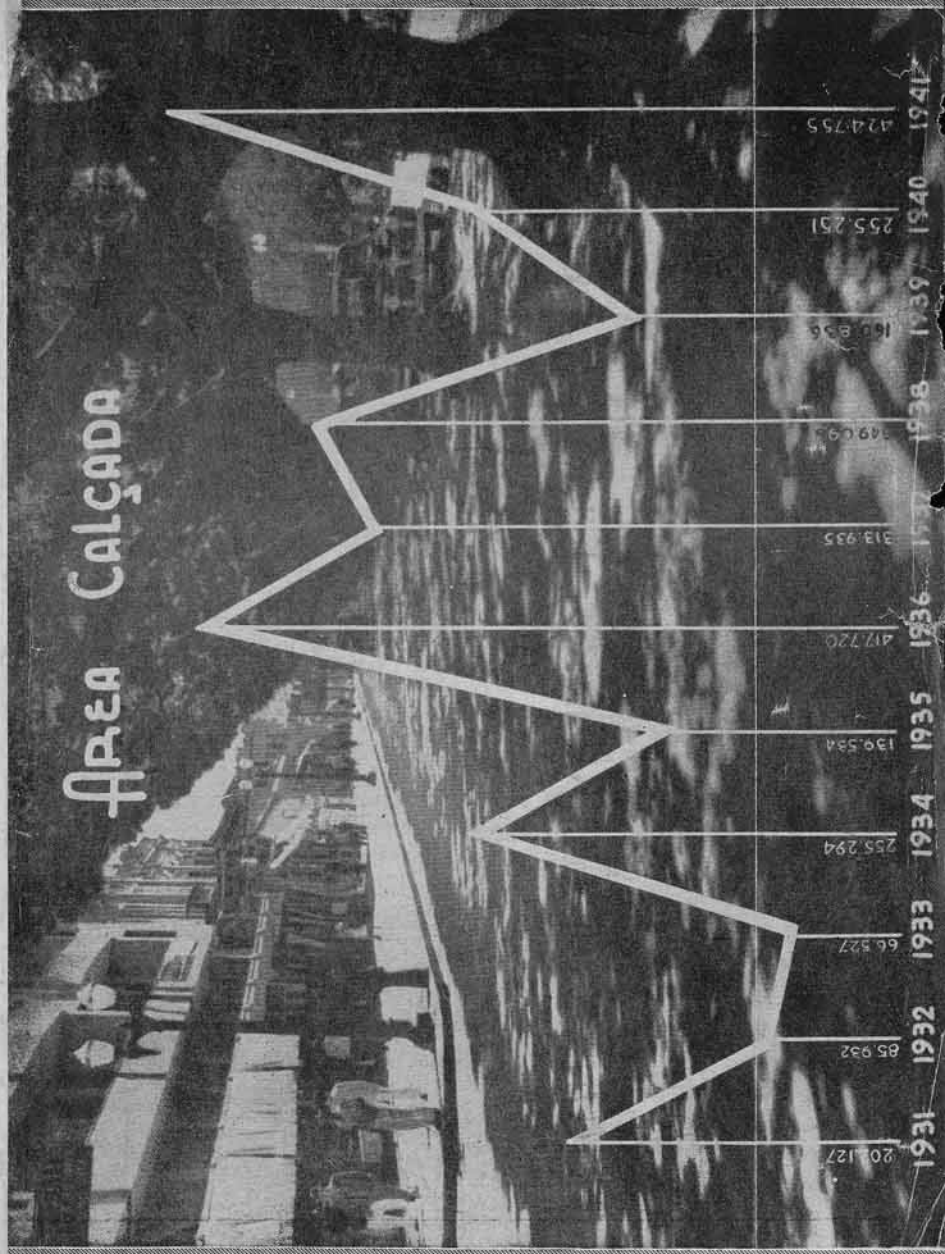
5

o que de há muito se reclamava e que, hoje, em todas as grandes cidades, é preocupação dos governos — a atração para o turista. Também um teatro digno da cultura da população mineira e de acôrdo com o progresso da cidade foi por nós iniciado, em substituição ao antigo edifício, em completa desharmonia com tudo o mais na capital. Procurámos, ainda, com esforço, atender a outras necessidades, como a da construção de um novo cemitério, da construção de pontes, da abertura e iluminação do Parque Municipal, visando, acima de tudo, corresponder à confiança em nós depositada pelo Sr. Governador do Estado e em retribuição ao apóio da população a tôdas as nossas iniciativas. Não nos esquecemos, também, dos problemas de assistência social, projetando e iniciando o Bairro Popular e a Vila Operária.

CALÇAMENTO

Ninguém desconhece que o calçamento na capital é dos mais onerosos e, por isso mesmo, de solução mais difícil. A cidade, pela sua topografia, pelo seu alargamento excessivo, reclamou que enormes áreas fôsseem pavimentadas em curto espaço de tempo. Bairros inteiros surgiram de um ano para o outro, demandando da Prefeitura a imediata realização de serviços públicos. Encontrámos a capital numa destas fases, pois o bairro de Lourdes acabava de nascer e outro, adjacente, na antiga Barroca, viria, em breve, constituir permanente preocupação, enquanto não recebesse todos os melhoramentos de que necessitasse. Noutras direções, a cidade se desenvolvia e a atenção do administrador não poderia deixar de se voltar para elas. Começámos por onde nos parecera mais urgente. Mas, em pouco, não podíamos mais limitar o calçamento a êste ou aquele ponto, porque a atividade particular acompanhava a da administração. A's primeiras pancadas das picaretas desferidas pela Prefeitura, correspondiam logo realizações individuais, o que generalizou o incremento do progresso.

Não pudemos fugir a essa contingência, muito embora de antemão conhecêssemos os dispêndios que acarretaria o desenvolvimento das obras de calçamento. Preferimos arcar com



responsabilidades financeiras mais vultosas a ver a cidade com sua evolução estacionada.

Como capital do Estado, com uma função política dentro da comunidade mineira, Belo-Horizonte tem que ser administrada com recursos que não os advindos sómente de uma arrecadação ainda insuficiente à realização de serviços novos. Daí, termos que recorrer aos meios extraordinários, repetindo, aliás, o que outros administradores têm feito, para não prejudicar as necessidades de uma cidade em crescimento. Fizemos face à realidade, não com a matemática de um financista, mas com a de quem quer ver a cidade desenvolver-se, ter novos recursos, tornar real o sonho de tantos mineiros orgulhosos da capital cuja construção eles iniciaram. Todavia, deve-se compreender que novas fontes de progresso representam sempre novas fontes de arrecadação, como o calçamento é uma delas. A Prefeitura o faz de uma vez, mas por ele recebe permanentemente os tributos. Meditámos no dilema que, no início de nossa administração, se nos apresentou — ou administrar dentro dos simples recursos que nos proporciona a arrecadação, que seria a paralisação quase completa dos serviços públicos, limitando-nos à simples manutenção dos existentes, ou lançar mão de meios obrigacionais para o futuro.

Optámos pela segunda situação. E o resultado se pôde verificar. A cidade cresceu, suas rendas aumentaram, ao contrário do que ocorreria.

A fisionomia da capital transformou-se, para hoje ser apontada por uma denominação que para nós é uma honra e um conforto — a cidade do asfalto.

Do ano de 1940, podemos assinalar apenas o segundo semestre. E' que, apesar de havermos assumido o governo da cidade em abril, sómente algum tempo depois dávamos início ao plano de realizações que havíamos elaborado após a alta investidura que recebêramos. Entretanto, ao findar-se o segundo semestre de 1940, tivemos ensejo de computar os dados alcançados.

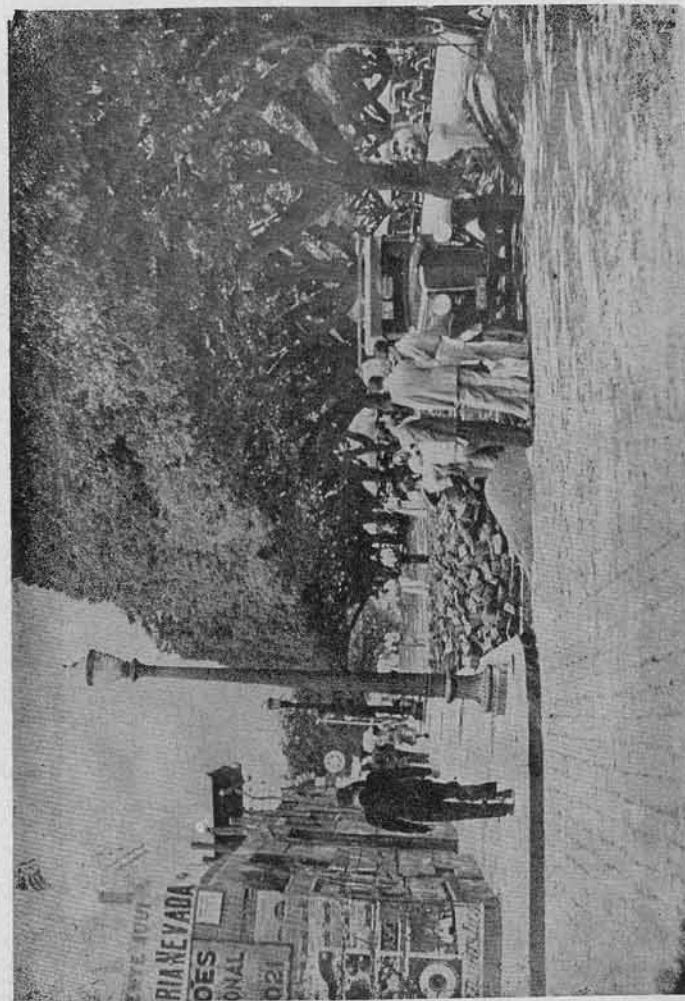
Fôram iniciados trabalhos de pavimentação em 11 avenidas e 35 ruas, restaurada a pavimentação de uma praça por concreto asfáltico e iniciada a substituição do calçamento de três das principais avenidas da capital — a Afonso Pena, a Santos Dumont e a Paraná, tôdas elas de tráfego intenso e

cuja pavimentação era ainda a antiga, por isso mesmo em desacôrdo com o progresso da "urbs".

Dentre as ruas e avenidas cujo calçamento se fez em 1940, citam-se as seguintes:

<i>Avenidas</i>	<i>Tipo de calçamento</i>	<i>Áreas ms.²</i>
Afonso Pena	— (conc. asfáltico)	33.000,00
Amazonas	— (paralelepípedos)	4.750,00
Barbacena	— (alven. poliéd.)	1.857,28
Carandaí	— (" ")	450,00
Contórno	— (conc. asfáltico)	1.727,20
"	— (alven. poliéd.)	3.530,00
Getúlio Vargas	— (paralelepípedos)	2.465,00
" " na	— (" ")	
Pampulha	— (alven. poliéd.)	69.500,00
Pedro II	— (" ")	18.598,90
Santos Dumont	— (conc. asfáltico)	10.850,00
Silviano Brandão	— (alven. poliéd.)	23.468,60
Tocantins	— (conc. asfáltico)	6.000,00
<i>Ruas</i>		
Alagôas	— (paralelepípedos)	1.400,00
Ant. Torres	— (alven. poliéd.)	1.785,60
Aimorés	— (" ")	13.072,13
Alv. Peixoto	— (" ")	1.920,00
B. Guimarães	— (paralelepípedos)	1.200,00
"	— (alven. poliéd.)	6.115,00
Brito Melo	— (" ")	1.443,60
Botucatu	— (" ")	786,00
C. Manuel	— (paralelepípedos)	600,00
Curitiba	— (alven. poliéd.)	2.489,77
Est. de V. Nova	— (" ")	1.520,00
Gonçalves Dias	— (paralelepípedos)	1.000,00
" "	— (alven. poliéd.)	3.188,00
Grão Pará	— (" ")	24.305,60
Inconfidentes	— (paralelepípedos)	1.000,00
Itú	— (alven. poliéd.)	1.920,00
Juiz de Fóra	— (" ")	3.936,00
Lopes Trovão	— (" ")	916,22
Mato Grosso	— (" ")	471,50
Macajá	— (" ")	1.825,00

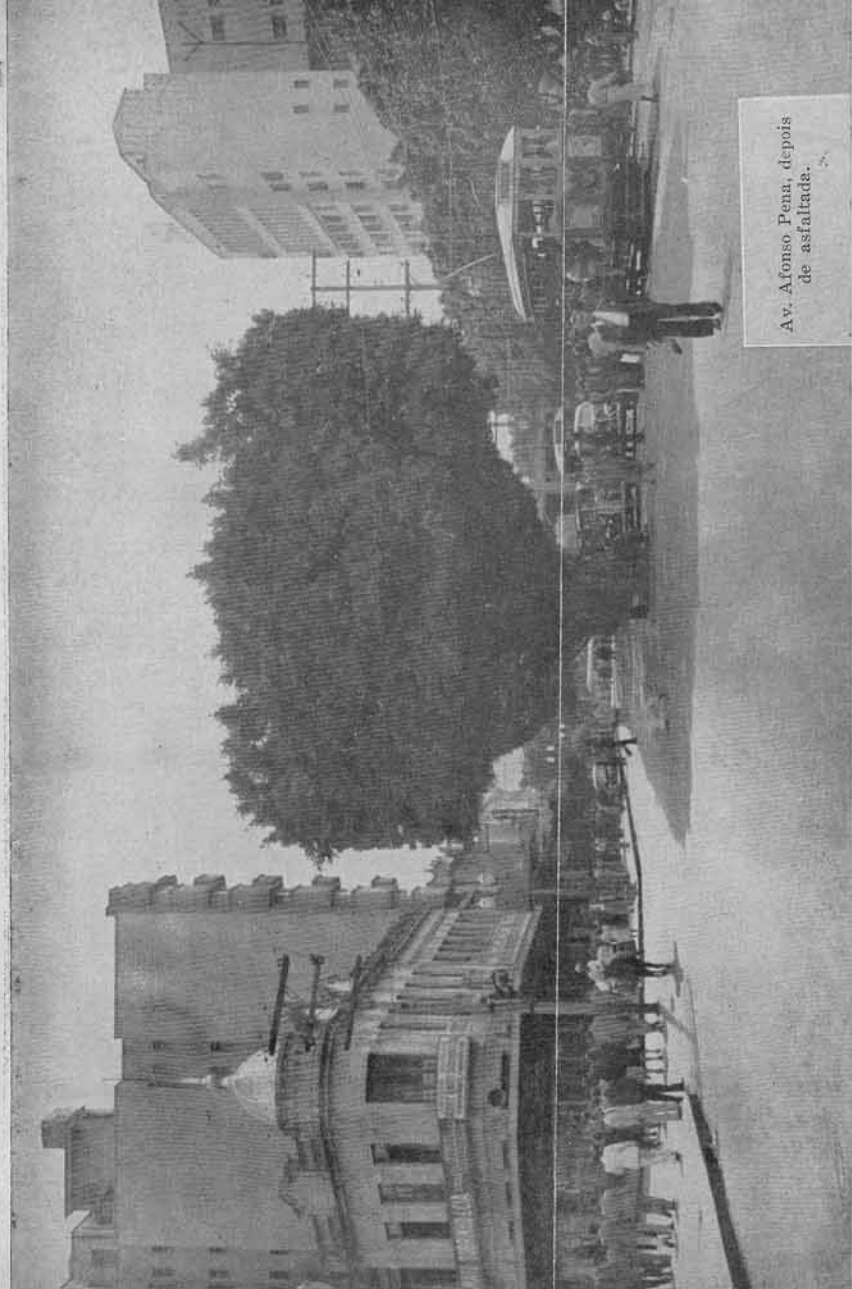
[8.a]



Início das obras de pavimentação asfáltica da av. Afonso Pena.

[8-a v]

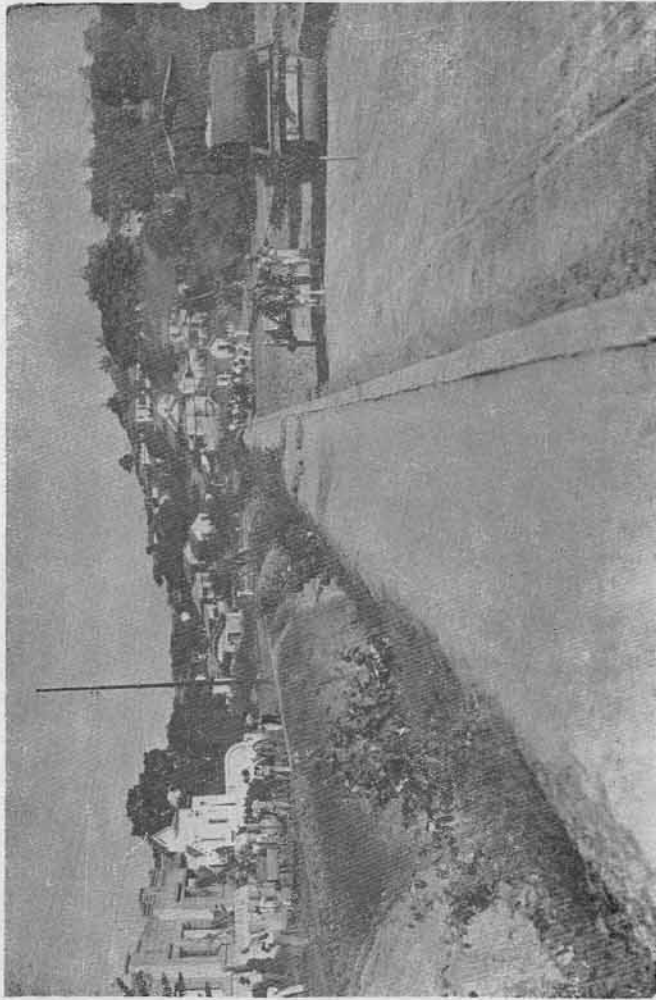
[9-87]



Av. Afonso Pena, depois
de asfaltada.

[v 8-9]

[8-c]



Fase do calçamento da avenida Pedro II

Ouro Preto	— (" ")	3.498,21
Paracatú	— (" ")	5.285,60
Platina	— (" ")	368,00
Sabinópolis	— (" ")	368,00
S. Rita Durão	— (paralelepípedos)	900,00
Sergipe	— (" ")	2.400,00
Siderose	— (conc. asfáltico)	560,00
Timbiras	— (" ")	3.960,31

Não ficaram terminados apenas os serviços de calçamento das ruas Pernambuco, entre as avenidas Carandaí e dos Andradas; da rua dos Carijós, entre Baía e Espírito-Santo; Timbiras, entre Sergipe e av. João Pinheiro; Aimorés, entre Alagôas e av. João Pinheiro; Cláudio Manuel, entre Alagôas e av. Brasil; e a av. do Contorno, entre a rua Varginha e a Praça Vaz de Melo. As demais foram entregues ao tráfego, perfazendo o total de 225.251,89 ms.² a área pavimentada nesse ano.

Em 1941, o desenvolvimento da pavimentação foi bem maior, alcançando mesmo um expressivo índice, verdadeiro recorde no total das obras realizadas neste setor da administração municipal. O calçamento atingiu a área de 424.775,13 ms.², contra a maior área anteriormente obtida, de 417.720,00 ms.², em 1936, quando também os serviços municipais adquiriram notável intensidade. Não só a expansão numérica deve ser computada neste total obtido em 1941, porquanto fatores há que merecem menção.

Já em 1941 se sentiam, mais que em 1940, os resultados desastrosos da guerra que ensanguentava a Europa e que logo viria estender-se à América. O custo do material, principalmente o asfalto, que é importado, subira vertiginosamente, não só em consequência da dificuldade de transporte, mas pelo aumento das tabelas de seguro em alto mar e o custo no próprio mercado fornecedor. Por sua vez, como resultante de um encarecimento geral, o custo da mão de obra se tornava maior, obrigando-nos a uma revisão de nossas tabelas, onerando os serviços. Não obstante todos estes fatores ponderáveis, conseguimos dois resultados altamente lisonjeiros — rapidez na conclusão dos serviços, pois quase todas as obras tiveram seu término antes do prazo prefixado e custo

razoavelmente módico, em comparação aos serviços dessa natureza.

Verifica-se, portanto, que em menos de dois anos, ou seja de abril de 1940 a dezembro de 1941, a Prefeitura pavimentou quase 680 mil metros quadrados de vias públicas da capital.

Em 1941, foram atacados os trabalhos em 12 avenidas, em 104 ruas e uma praça pública, sendo que algumas vias tiveram o serviço iniciado em 1940. Trabalhou-se, então, nas seguintes ruas e avenidas, dentre tôdas:

Avenidas:	Tipo de calçamento	Área ms. ²
Afonso Pena	— (conc. asfáltico)	8 898,70
Amazonas	— (" ")	209,94
"	— (paralelepípedos)	17.434,36
"	— (alven. poliéd.)	26.866,05
Alam. Americana	— (" ")	2.328,00
Barbacena	— (" ")	2.107,47
Carandai	— (" ")	3.418,49
Contórno	— (" ")	4.253,00
Francisco Sales	— (" ")	2.999,47
G. Vargas (Pamp.)	(paralelepípedos)	3.500,00
" "	(alven. poliéd.)	96.500,00
Pampulha	— (" ")	não medido
Pedro II	— (" ")	33.295,07
Santos Dumont	— (conc. asfáltico)	991,88
Olegário Maciel	— (" ")	2.196,30
Silviano Brandão	— (alven. poliéd.)	10.528,96

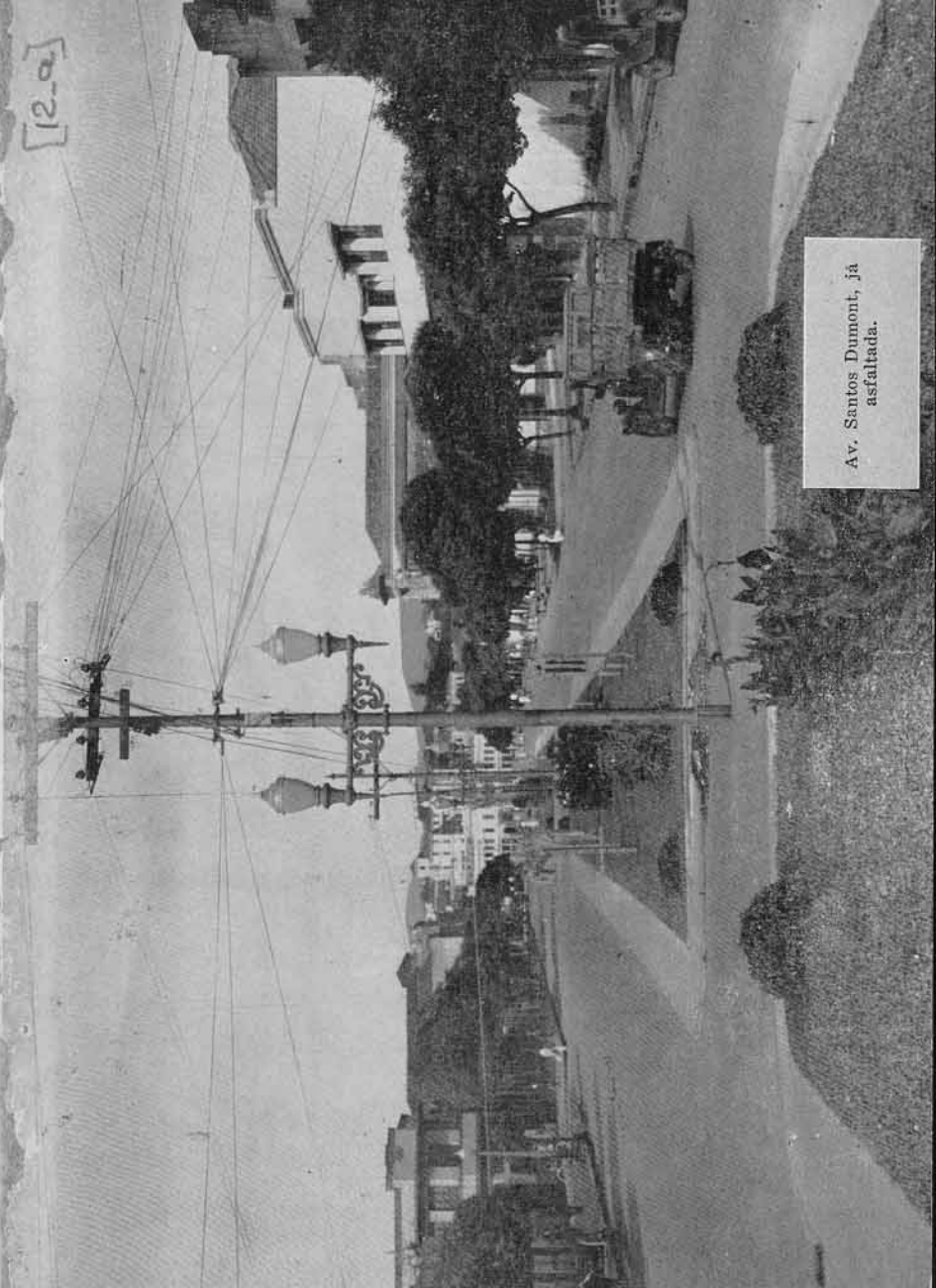
Ruas:	Tipo de calçamento	Área ms. ²
Aimorés	— (conc. asfáltico)	9.187,90
"	— (paralelepípedos)	2.991,42
Alagôas	— (" ")	1.142,31
Alv. Peixoto	— (alven. poliéd.)	4.638,32
Antônio Tórres	— (" ")	1.893,05
Araripe	— (" ")	813,63
B. Guimarães	— (paralelepípedos)	2.149,05
"	— (conc. asfáltico)	182,97
"	— (alven. poliéd.)	1.485,00
B. Brandão	— (" ")	157.879,63
B. Macaúbas	— (" ")	664,91

Caetés	— (conc. asfáltico)	1.191,49
Cambuquira	— (alven. poliéd.)	304,34
Campanha	— (" ")	1.260,00
Caparaó	— (" ")	2.120,87
Caraca	— (" ")	2.368,80
Carangola	— (" ")	319,20
Cláudio Manuel	— (paralelepípedos)	514,48
Ceará	— (conc. asfáltico)	2.558,38
Curitiba	— (" ")	1.149,41
"	— (alven. poliéd.)	229,50
C. D'El Rei	— (" ")	6.234,70
Divinópolis	— (" ")	3.939,63
Diorita	— (" ")	1.208,38
Dalva	— (" ")	798,00
Espinosa	— (" ")	2.541,92
Est. do Horto	— (" ")	2.228,46
Est. Pampulha	— (" ")	1.322,20
Grão Pará	— (" ")	1.300,42
Gonçalves Dias	— (conc. asfáltico)	1.043,48
" "	— (paralelepípedos)	110,72
" "	— (alven. poliéd.)	2.555,01
Hermílio Alves	— (conc. asfáltico)	3.033,40
Inconfidentes	— (paralelepípedos)	148,58
Itajubá	— (conc. asfáltico)	195,45
Itapagipe	— (alven. poliéd.)	879,84
Itapeva	— (" ")	2.147,80
Ibituba	— (" ")	918,54
Ibis	— (" ")	985,50
Juiz de Fóra	— (" ")	5.050,83
Jounezia	— (" ")	2.469,60
Lavras	— (" ")	3.590,00
Leopoldina	— (" ")	275,00
Mármore	— (conc. asfáltico)	2.387,28
Manáus	— (alven. poliéd.)	2.616,00
M. de Hespanha	— (" ")	718,55
Major Lopes	— (" ")	3.640,00
Montes Claros	— (" ")	974,00
Nova Lima	— (" ")	1.590,73
Nova	— (" ")	1.016,05
Niterói	— (" ")	1.162,35
Otonis	— (" ")	1.278,26
Ouro	— (" ")	2.210,98
Pernambuco	— (conc. asfáltico)	1.176,03

Padre Rolim	— (alven. poliéd.)	2.216,19
Pitangui	— (" ")	10.648,95
Paracatú	— (" ")	4.822,93
Paulo Brandão	— (" ")	1.617,00
Pitangueiras	— (" ")	613,33
Prados	— (" ")	1.022,26
Pe. Odorico	— (" ")	1.218,00
Passa Tempo	— (" ")	3.243,57
Pium-í	— (" ")	3.058,17
R. G. do Sul	— (conc. asfáltico)	4.479,42
Rio Casca	— (alven. poliéd.)	1.633,77
Rubí	— (" ")	983,30
Raim. Corrêa	— (" ")	1.890,00
Rio Verde	— (" ")	3.091,28
Sergipe	— (paralelepípedos)	1.819,18
S. D. do Prata	— (conc. asfáltico)	1.126,80
Silv. Ferraz	— (alven. poliéd.)	3.871,84
São Felix	— (" ")	894,57
S. Domingos	— (" ")	630,00
Sabinópolis	— (" ")	469,30
Timbiras	— (con. asfáltico)	181,60
"	— (paralelepípedos)	2.708,01
Tomaz Gonzaga	— (alven. poliéd.)	445,30
Tte. Garro	— (" ")	1.680,00
Turfa	— (" ")	1.451,00
Uberlândia	— (" ")	532,08

Deve-se também destacar o que representou a mudança da pavimentação das avenidas Afonso Pena, Santos Dumont e Paraná, de vez que o calçamento antigo e condenado se retirara, para dar lugar à faixa de asfalto, moderna, fácil ao tráfego e à limpeza pública.

Na avenida Afonso Pena, os trabalhos de substituição dos paralelepípedos pelo concreto-asfáltico se estenderam da Praça Rio Branco ao cruzamento com a rua Pernambuco, numa extensão superior a 1.500 metros. Fôram feitas, ao longo de toda a avenida, duas faixas de pavimentação, com a largura de 9 metros cada uma, bem como asfaltamento das zonas de cruzamento com outras vias. Na parte central, entre as duas filas de "ficus", permaneceu o calçamento a paralelepípedos, para proteção das árvores. A Praça Rio Branco e as avenidas que a ela vão ter fôram asfaltadas. E' fácil observar-se a



Av. Santos Dumont, já asfaltada.

[12-a]

melhoria que a pavimentação moderna representou para a principal artéria da cidade, onde o tráfego sempre foi o mais intenso, não só de veículos de toda natureza, como de pedestres. E, se para o trânsito houve vantagens na substituição, para o embelesamento da cidade, a modificação representou alguma coisa de novo, interessante e de moderno. No primeiro ano, em 1940, ficaram concluídos 33.000 metros quadrados de pavimentação na principal via pública, muito embora as dificuldades na execução dos serviços, provocada por ser a avenida Afonso Pena a mais importante artéria da cidade e ter intenso e forçado tráfego permanente.

A quase completa substituição das rédes de águas potável e fluvial e a de esgotos, operada por ocasião da modificação do calçamento, por já estarem imprestáveis, determinou a demora nos serviços de pavimentação. Tornou-se inadivél a substituição de tais rédes, de vez que as de alguns trechos eram ainda as colocadas pela Comissão Construtora, no início da capital.

Além da parte propriamente concluída, ficaram ainda preparados mais de 10.000 metros quadrados de base da avenida Afonso Pena e atacaram-se os da avenida Santos Dumont, partindo-se da Praça Rui Barbosa para a Rio Branco, numa extensão de 600 metros. Mais tarde, era, a avenida Paraná que tinha os seus paralelepípedos retirados para dar lugar ao asfalto, numa extensão de cerca de 800 metros, colocando-se, então, nas duas importantes vias públicas, pavimentação de acordo com o desenvolvimento da cidade e fazendo-se remover aquela que existia há anos. Adotou-se, então, o sistema de ajardinamento da parte central com o que se procurou alcançar dois objetivos — o estético e o econômico. Estético, porque uma avenida ampla e modernamente pavimentada deve ser ajardinada. Econômico, porque a parte central — dos canteiros — se fez à custa de mão de obra da própria Prefeitura, pelas suas turmas de jardineiros. O asfaltamento é também formado por duas pistas, uma de cada lado dos canteiros centrais.

Hoje, com a entrega dessas vias ao tráfego e com a ligação de duas delas — a avenida Paraná à Amazonas, o Mercado Municipal se acha em fácil comunicação com as estações da Central do Brasil e da R. M. V.

A mudança da pavimentação para asfalto dessas três avenidas permitiu ainda à Municipalidade iniciar, imediatamente, o calçamento de várias vias novas no mais moderno e promissor bairro da capital, justamente o que está surgindo de onde, há pouco, existia um despenhadeiro. A avenida Amazonas, além da Praça Raul Soares, as ruas Ouro Preto, Paracatú, Juiz de Fôra, Brito Melo, Uberaba, Timbiras, Aimorés, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, Cláudio Manoel e a avenida Barbacena, tôdas, num longo trecho, fôram calçadas com o material retirado das avenidas Afonso Pena, Santos Dumont e Paraná.

Pelo quadro abaixo organizado, podem-se verificar a área e os diversos tipos de calçamento nos serviços realizados em 1940 e 1941:

TIPO	1940	1941
	Área m ²	Área m ²
Alvenaria Poliédrica.....	176.254,57	314.276,66
Paralelepípedos simples..	18.765,00	32.518,12
Idem, rejuntados.....		16.142,00
Macadame betuminoso de 4 a 6 k/ m ²		21.104,89
Concreto asfáltico.....	52.677,29	41.332,55
Restauração — Cap. asfált.	7.555,03	8.000,35
Pavimentação c/ betumes		2.020,40

Deve-se ressaltar ainda o trabalho das turmas de calceteiros da Prefeitura, que, no quadro acima, entram com as seguintes áreas, em alvenaria comum:

Em 1940 12.926,00 ms.²
Em 1941 4.764,20 ms.²

Além disso, há a destacar outro trabalho das turmas de recomposição do calçamento, aberto para a execução de serviços de águas e esgotos, trabalho que não pôde ser computado como acréscimo, mas que representa índice valioso, como se verifica pelos dados abaixo:

Em 1940 27.316,00 ms.²
Em 1941 53.131,65 ms.²

Todos êstes serviços de pavimentação, realizados na sua maioria por empreitada, sob fiscalização da Prefeitura, por intermédio de seus engenheiros, permitiram que a capital tivesse a sua faixa de pavimentação acrescida de quase 680 mil metros quadrados, através de ruas, avenidas e praças, fator indiscutível de progresso para uma capital ainda em pleno desenvolvimento.

CANALIZAÇÕES

Neste capítulo das atividades municipais, procurámos levar avante um plano que nos pareceu o mais acertado, principalmente se considerarmos que Belo-Horizonte, pela salubridade de seu clima, se tornou cidade procurada por aqueles que desejam recuperar a saúde.

Dentro do plano geral de saneamento da capital, a canalização de suas correntes foi fator preponderante para se chegar a resultados os mais lisonjeiros, através de relatórios não só nossos, mas do próprio Serviço de Febre Amarela, que mais de perto está ligado ao problema de saneamento.

Um a um, atacámos os trabalhos de canalização dos córregos, para evitar que trechos insalubres existissem dentro das zonas urbana e suburbana, e mesmo nas suas imediações, pois chegámos a estender os serviços a outros pontos, para que mais amplos fôssem os resultados esperados. Hoje, pôde-se dizer que todas as correntes d'água da parte central estão retificadas e canalizadas, tornando mais sadia a vida da população, objetivo que tem sido uma preocupação constante de nossa parte, pelos cuidados que a saúde coletiva impõe ao administrador.

Em 1940, fôram feitos 756,40 metros de canalizações, distribuídas entre o Arrudas, o Córrego dos Pintos e o do Pastinho. Iniciou-se ainda a canalização do córrego proveniente dos terrenos da Claria Antonini Savassi, em Santa Efigênia, canalização seguida de aterros vultosos, para fazer desaparecer — o que se conseguiu em 1941 — uma zona insalubre. Tais serviços, numa extensão de 60 metros, permitiram, ainda no

decorrer de 1941, prolongar várias vias públicas, como as ruas dos Otoni, Maranhão, Grão Pará e avenidas Francisco Sales e do Contorno, através de longo trecho, anteriormente pantanoso.

O córrego do Pastinho, que passa no centro e sob a avenida Pedro II, em tôda a sua extensão, foi onde maiores serviços se fizeram em 1940, pois 607,00 metros de canalização se construíram, permitindo estender-se a avenida que será a principal ligação entre o Aeroporto Belo-Horizonte e o centro da cidade. Já em 1941, mais 250,50 metros se fizeram, crescendo de mais um trecho os benefícios levados pela Municipalidade ao bairro de Carlos Prates, fato que permitiu a ligação de algumas ruas do bairro com a avenida Pedro II, tais como as ruas Cambuquira, Três Pontas e Teófilo Otoni, o que muito melhorou as vias de comunicação para o bairro, até então com tráfego apenas pela rua Contagem.

O início da canalização do Córrego dos Pintos, em 1940, foi determinado pelo prolongamento da avenida Amazonas, rumo ao grande centro industrial mineiro, que, em breve, será o Parque Industrial do Ferrugem, projetado e construído pelo governo do Estado. Cortando a citada corrente, fôram as suas águas canalizadas em tubos de concreto-armado, para que sôbre eles passasse a avenida Amazonas. Fizeram-se, então 97,00 metros de canalização. Mas, iniciado o serviço, chegámos à conclusão de que todo o Córrego dos Pintos deveria ser canalizado, isto é, do trecho já feito, sob a avenida Amazonas, à rua Platina, pois dali até o Arrudas os trabalhos já se achavam concluídos. Determinámos, então, o prosseguimento das obras, numa extensão de 704 metros, alcançando os serviços a canalização de um trecho de 500 metros, até dezembro de 1941. E sôbre o leito do córrego, retificado e canalizado pelo sistema coberto, vem sendo aberta a avenida Francisco Sá.

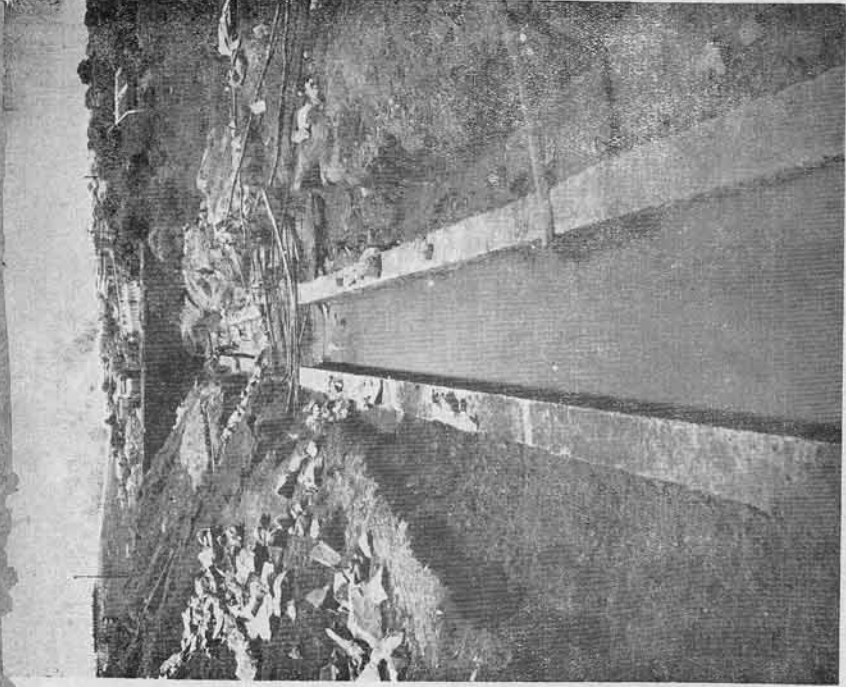
O Ribeirão Arrudas, a principal corrente que atravessa a cidade, mereceu, entretanto, especial atenção por parte da Prefeitura, pois as obras de sua retificação e canalização são de vulto, dependendo mesmo a Municipalidade elevadas somas para corrigi-lo. O trecho compreendido dentro da avenida do Contorno, isto é, de Santa Efigênia ao Barro Preto, estava canalizado. Mas, acima e abaixo dêsses dois pontos, a corrente seguia seu curso sinuoso, dolente e impedido aqui e acolá por



Canalização do Córrego da Mata, sob a avenida Silvíano Brandão.

[16 - a - v]

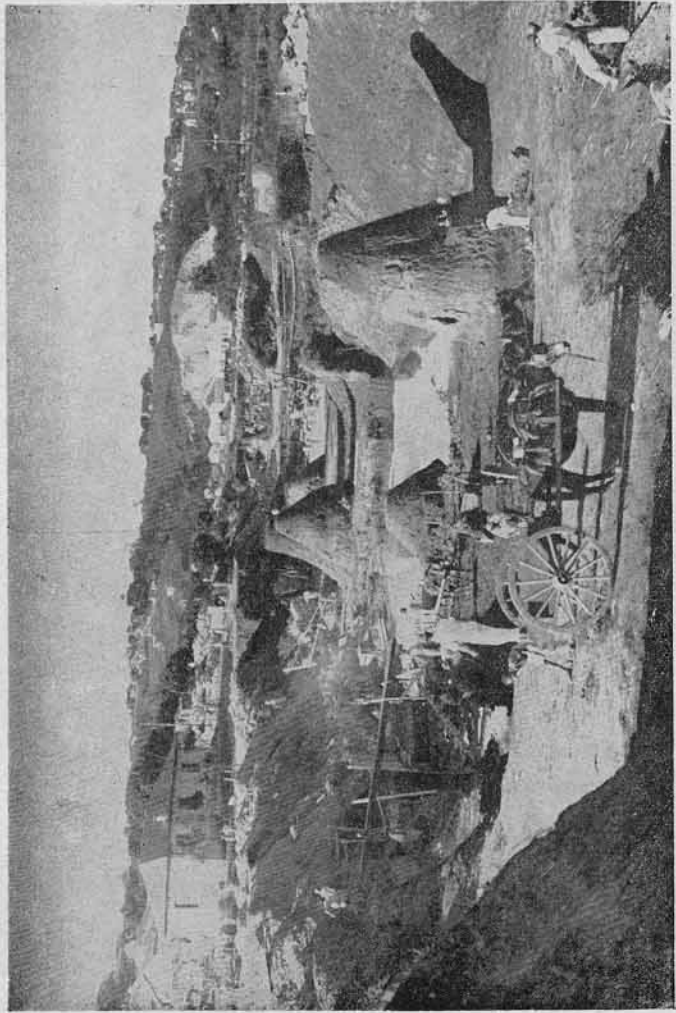
[166]



Construção do canal coberto sobre a avenida Francisco Sá, por onde corre o córrego dos Pintos

[16-b v]

[6-c]



Obras de canalização do Arrudas, no Calafate.

[16-c V]

[16-d]



Trecho do Arrudas já
canalizado.

enormes pedras, o que dava margem a constantes transbordamentos, pondo em sobressalto os moradores marginais e acarretando para a administração gastos constantes.

Procurámos resolver a situação, principalmente porque grandes áreas de terrenos estavam perdidas, não obstante o valor que possuímos. Depois de estudos adequados, autorisámos serviços numa extensão de 4.155 metros, para execução parcelada. Abaixo da avenida do Contorno, apenas um pequeno trecho. Mais acima, prolongando-se do Barro Preto, justamente no início da avenida Barbacena, até o Calafate e, depois, até a Gameleira, exatamente no ponto em que a avenida Amazonas cruza o Arrudas.

Além de sanear completamente uma extensa faixa, compreendendo as margens do Arrudas, a canalização e retificação dessa corrente, quando totalmente concluídas, permitirão evitar, por completo, os transbordamentos nas épocas das chuvas. Allás, já em 1941 se observou que as cheias não constituíram sobressalto, pois o leito do ribeirão, em grande parte, achava-se desimpedido, pelas obras realizadas e em realização.

O canal projetado e que vem sendo rigorosamente executado é de secção trapezoidal, calculado para as cheias máximas, com a declividade de 3x1.000. Os muros de defesa são de alvenaria de pedra argamassada com cimento e areia e dimensões de 1,10 ras. na crista e de 2,80 ms. de base. Simultaneamente com a canalização, vem sendo aberta a avenida Teresa Cristina, de um lado e de outro do canal e que constituirá uma das vias públicas mais extensas da capital, em conjugação com a avenida do Contorno.

Esta obra de real importância para a cidade foi distribuída por des lances diferentes e sua realização contratada com empreiteiros que a prosseguem. Inicialmente, atacou-se o serviço em dois lances. No primeiro deles, só as obras de alicerces preliminares para canalização atingiram a 66.337,000 ms.² de terra. Canalizaram-se, também inicialmente, 840 ms. para o que se empregaram 14.894 ms.² de alvenaria de pedra. Em setembro de 1941 atacaram-se os serviços nos demais lances, não nos sendo permitido, entretanto, uma apreciação em números, do que se fez. O ritmo dos trabalhos é, todavia, acelerado, tendo a conclusão dos serviços sido prevista para fins de 1943.

Num outro ponto da cidade, a administração levou também as suas atividades, determinando o prosseguimento das obras de canalização e retificação do córrego da Mata, numa extensão de 532 metros, acima da rua Itajubá, na Floresta, dos quais 272 metros foram executadas em 1941. A obra compreende dois lances, um dos quais de canalização aberta, em alvenaria com argamassa de cimento e areia e outra em tubos de concreto armado, de grande diâmetro. Como nas demais canalizações, a execução das obras teve em vista uma finalidade dupla — a de saneamento e a de abertura de uma via pública — a avenida Silviano Brandão, que já vinha do Horto à Floresta. Com o término das obras, tornar-se-á possível a ligação direta daquele centro de atividades ferroviárias com as Vilas Concórdia e Renascença.

Há ainda outros trechos menores canalizados em vários pontos da cidade, como no córrego da Serra, na auto-estrada que demanda a Pampulha, fazendo aumentar o total dos trabalhos realizados pela Municipalidade em 1940 e 1941, quando foram conseguidos, respectivamente, 756,40 e 2.023,55 metros de canalizações. Em 1942, o volume das obras, principalmente no Arrudas, será bem maior, pois os contratos assinados atingem serviços numa extensão de 4.155 metros.

AS GRANDES AVENIDAS RADIAIS

Torna-se desnecessário encarecer a importância e a necessidade das grandes avenidas radiais que integram, com trânsito fácil, ao centro das atividades urbanas, diversos núcleos de população, não só dentro dessa mesma área, mas as situadas nos seus arrabaldes. E' por elas que se possibilita a movimentação rápida e fácil dos veículos, em interligação com Municípios vizinhos ou que se destinam aos percursos mais longos

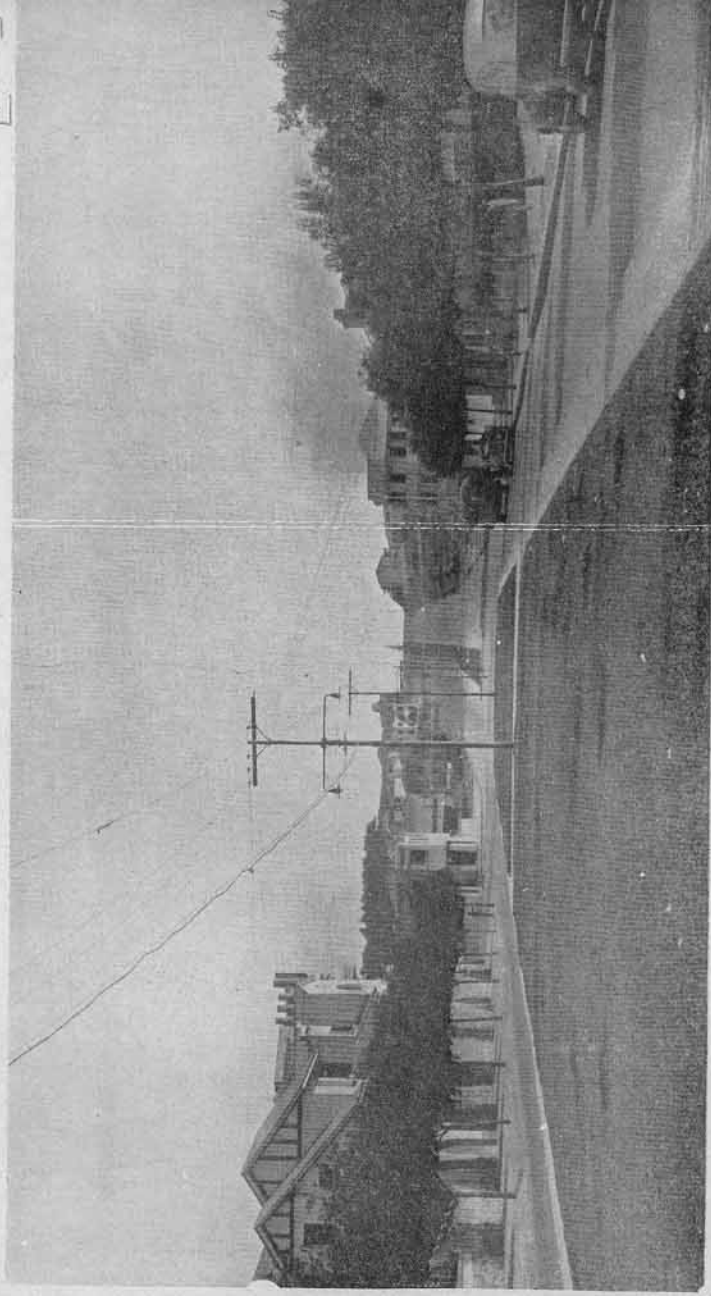
Projetadas e construídas de modo a oferecer condições técnicas que favoreçam o tráfego, tais avenidas impedem o congestionamento do trânsito, assim como constituem poderoso elemento de progresso para as zonas por elas atravessadas. Póde-se mesmo afirmar que as avenidas radiais são fatores



Inauguração da Av. do Contorno, em 12 de maio de 1940, em presença do Presidente Getúlio Vargas e do Governador Benedito Valadares, quando falava o Prefeito

[18-a V]

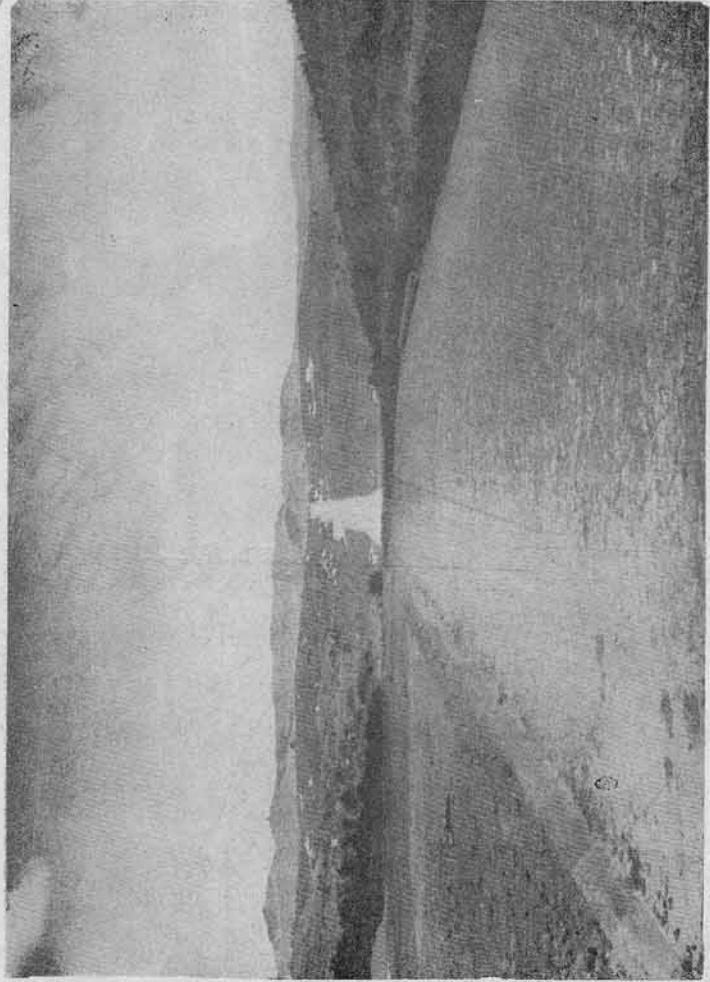
[18-b]



Moderno trecho da Av. Amazonas, no bairro da Barroca.

[LX - b v]

[18-c]



Um trecho da av. Pampulha, quando em construção.

[18-e V]

[18-d]

Avenida da Pampulha
no trecho em que a reta
atinge 4.200 metros

preponderantes de desenvolvimento dos grandes centros urbanos e que sua abertura constitui sempre preocupação para os administradores que procuram solucionar os problemas de uma grande cidade. Quanto mais tarde tais obras são realizadas, mais onerosas se tornam, pois as somas a serem invertidas nas desapropriações se multiplicam com o tempo. O exemplo da Capital da República é recente e, não obstante o custo dos serviços, são eles realizados, para que o centro das atividades urbanas tenha comunicação ampla e rápida com os bairros, advindo benefícios altamente compensadores. No Continente, há um caso típico com a admirável realização do Intendente Mariano de Vedia y Mitre, em Buenos-Aires, onde, abrindo as duas amplas avenidas Norte e Sul permitiu invulgar desenvolvimento à Capital do país vizinho, assim como dessa obra resultou um plano urbanístico de efeitos surpreendentes.

Em Belo-Horizonte, mais que em qualquer outra capital, as avenidas radiais eram uma imposição premente para a administração.

Ninguém desconhece a maneira pela qual a cidade se desenvolveu. Enquanto no centro se obedecia a um traçado geometricamente elaborado, os bairros, fóra da avenida do Contorno, se formaram e cresceram ao longo do que primitivamente foram as estradas que demandavam o centro. Não se preocupou em traçar, para a periferia da chamada zona urbana, um plano urbanístico que atendesse às mesmas características da cidade propriamente dita. Como consequência desse desprezo, a capital foi crescendo desordenadamente nos bairros. Em contraste chocante, às avenidas e ruas amplas e retas, seguem-se ruas estreitas e sinuosas, de tráfego difícil e congestionado. Enfrentamos a situação encontrada, para que a cidade tivesse novos meios de progresso, para que no futuro não se tornasse difícil a solução desse problema, pela constante valorização que teriam os terrenos atravessados por tais avenidas. Pudemos, então, em menos de dois anos entregar à população uma série de avenidas novas e importantes, todas elas de relevo para o desenvolvimento da cidade. Visamos solucionar a questão não só para o presente, mas para o futuro, dentro do princípio de que, para uma cidade em crescimento como Belo-Horizonte, a preocupação primordial deve ser a solução dos problemas de amanhã.

Avenidas novas em extensão superior a quarenta e dois quilômetros foram projetadas e quase todas construídas no pe-

ríodo posterior a abril de 1940, para o que, não medimos esforços no sentido de desfazer a afirmação de que, durante dez anos, Belo-Horizonte não apresentaria progressos. Hoje, as realizações da Municipalidade aí estão aos olhos de todos, sinais irrefutáveis de desenvolvimento.

Se o presente já assinala o que estas novas vias públicas, totalizando quarenta e dois quilômetros de extensão, representam para Belo-Horizonte, os dias vindouros, ainda com maiores razões, dirão da oportunidade dos serviços ora relacionados.

AVENIDA AMAZONAS

Uma grande artéria na circulação da cidade é a avenida Amazonas. Traçada pela Comissão Construtora da Nova Capital, ia apenas da praça Rui Barbosa à antiga avenida Itacolomi, hoje avenida Barbacena, numa extensão de 1.725 metros. Aí se interrompia, porque esbarrava com uma depressão totalmente intransponível para uma administração de recursos reduzidos. Nem mesmo em toda a parte projetada pela Comissão Construtora se estendeu a avenida, justamente devido à depressão. Mas a antiga Barroca desapareceu, com os serviços de terraplenagem, ampliando-se a cidade por uma extensa zona. Tomámos a iniciativa daí por diante, levando a majestosa artéria até a avenida do Contórno e daí à Gameleira, na ponte sobre o Arrudas, fazendo a junção dessa importante via com outra de não menor relêvo — a Avenida Teresa Cristina. O prolongamento, além da avenida do Contórno, nos permitiu proporcionar à cidade uma ampla e moderna via pública, uma das radiais da capital, acompanhando o desenvolvimento natural da nossa "urbs", em direção ao Oeste, até a Gameleira e daí até o Parque Industrial do Ferrugem, a grandiosa realização do Governo Estadual, cujos benefícios para Belo-Horizonte serão os mais valiosos. A avenida Amazonas, veio, por outro lado, solucionar o tráfego para o Triângulo, Oeste e Sul de Minas. Além do mais valorizou uma extensa parte da cidade, justamente aquela que é a mais progressista, por estar na direção em que a cidade se desenvolve — na marcha para o Oeste.

Quem conheceu o trecho por onde foi traçada a avenida Amazonas, pôde avaliar a sua importância. Cortando uma parte ainda não habitada, a grande artéria provocou o desenvolvimento de toda a zona por ela atravessada.

Com 9 quilômetros de extensão, prolongando-se da Praça Rui Barbosa até a Cidade Industrial do Ferrugem, sua construção compreende três etapas. A primeira, numa extensão de 1.725 metros, foi anteriormente aberta e compreende a parte central da Praça citada à avenida Barbacena. A grande etapa é a que se prolonga dessa avenida até a Gameleira, onde alcança a avenida Teresa Cristina, numa extensão de 3.600 metros. É a contribuição da Prefeitura Municipal em nossa administração, para a abertura da nova e moderna via pública. Da Gameleira ao Ferrugem, coube ao governo do Estado prosseguir a obra afim de totalizar os nove quilômetros. Sua largura é de 35 metros, com canteiros na parte central, pistas de ambos os lados e passeios largos laterais, constituindo uma das maravilhas urbanísticas de que se orgulhará Belo-Horizonte futuramente, quando as construções surgirem dos lados. Para evidenciar sua importância, basta o fato de ser quase uma linha reta, com apenas três curvas de quinhentos metros de raio, com rampa máxima de oito por cento (8%), permitindo, por isso, ligação rápida com o bairro da Gameleira, ligação que era feita com graves dificuldades por intermédio de elevado número de ruas estreitas e caminhos tortuosos e difíceis, além de pôr Belo-Horizonte em contáto de minutos com o que será, brevemente, uma das pedras angulares da economia e do trabalho mineiros — a Cidade Industrial do Ferrugem.

A faixa adquirida para sua abertura atingiu a área de 70.260,00 ms.², tendo os trabalhos de terraplenagem movimentado nada menos de 310.067,195 ms.³ de terra.

Tão logo se ultimaram as indispensáveis obras de transposição dos cursos d'água atravessados pela avenida, promovemos o assentamento de meios fios e a extensão do calçamento na parte que coube à Prefeitura. Na primeira parte, isto é, da rua Araguari até a avenida Francisco Sá, sendo um trecho urbano e outro suburbano, autorizámos e foram construídos 17.434,36 ms.² de pavimentação a paralelepípedos. Da avenida Francisco Sá até a Gameleira (a avenida Teresa Cristina), foram realizados 44.300,41 metros quadrados de calçamento em alvenaria polidétrica.

AVENIDA DA PAMPULHA

As obras realizadas na Pampulha exigiam e justificavam construção de melhor meio de acesso àquele bairro em formação e que, muito breve, será um dos mais encantadores da capital. A antiga estrada de rodagem de Venda Nova, que a servia, não foi obra tecnicamente estudada. De fato, simples estrada, inicialmente melhorada, depois alargada e, por fim, calçada em sua maior parte, não se destinava aquela via a mais que atender às contingências do tráfego sempre crescente, mesmo antes que a Administração Municipal valorizasse, como fez, aquela zona suburbana. De fato, analisando o seu perfil longitudinal, que ora descaía para pressões profundas, ora escalava espigões sucessivos, com fortes rampas e curvas de raio fechado e, por isso mesmo de tráfego difícil e perigoso, acabámos convencidos de que sómente por meio de nova via pública, mais curta e em melhores condições técnicas, poderíamos proceder à integração à capital, daquele patrimônio, dia a dia mais valorizado.

Através de amplos estudos, lográmos obter novo traçado, partindo da rua Formiga, em continuação à antiga avenida Sanitária e, posteriormente, a avenida Pedro I. Fizemos, então, desapropriar, amigavelmente, uma faixa de terra de 125 metros de largura, numa extensão de 6.500 metros, até a barragem da Reprêsa. Dos 125 metros de largura, apenas 25, ou seja a mesma largura da parte anteriormente concluída, se destinaram à avenida, pois a Municipalidade reservou ao longo de toda a nova via pública, duas faixas de 50 metros de cada lado, para futuramente alienar o que, com a natural e rápida valorização, será uma fonte de renda para o Município. Conseguiu-se, assim, uma via em magníficas condições técnicas, com uma única curva, com raio mínimo de 300 metros e rampa máxima de 8 %. (O traçado oferece duas pistas, para "mão" e "contra-mão", com a largura de 7 metros cada uma e canteiros na parte central, assim como, obras de embelezamento nas partes marginais, as quais, realizadas, constituirão verdadeiro motivo de atração para a nova e importante via, cujo tráfego deverá ser aberto no fim do primeiro semestre de 1943.

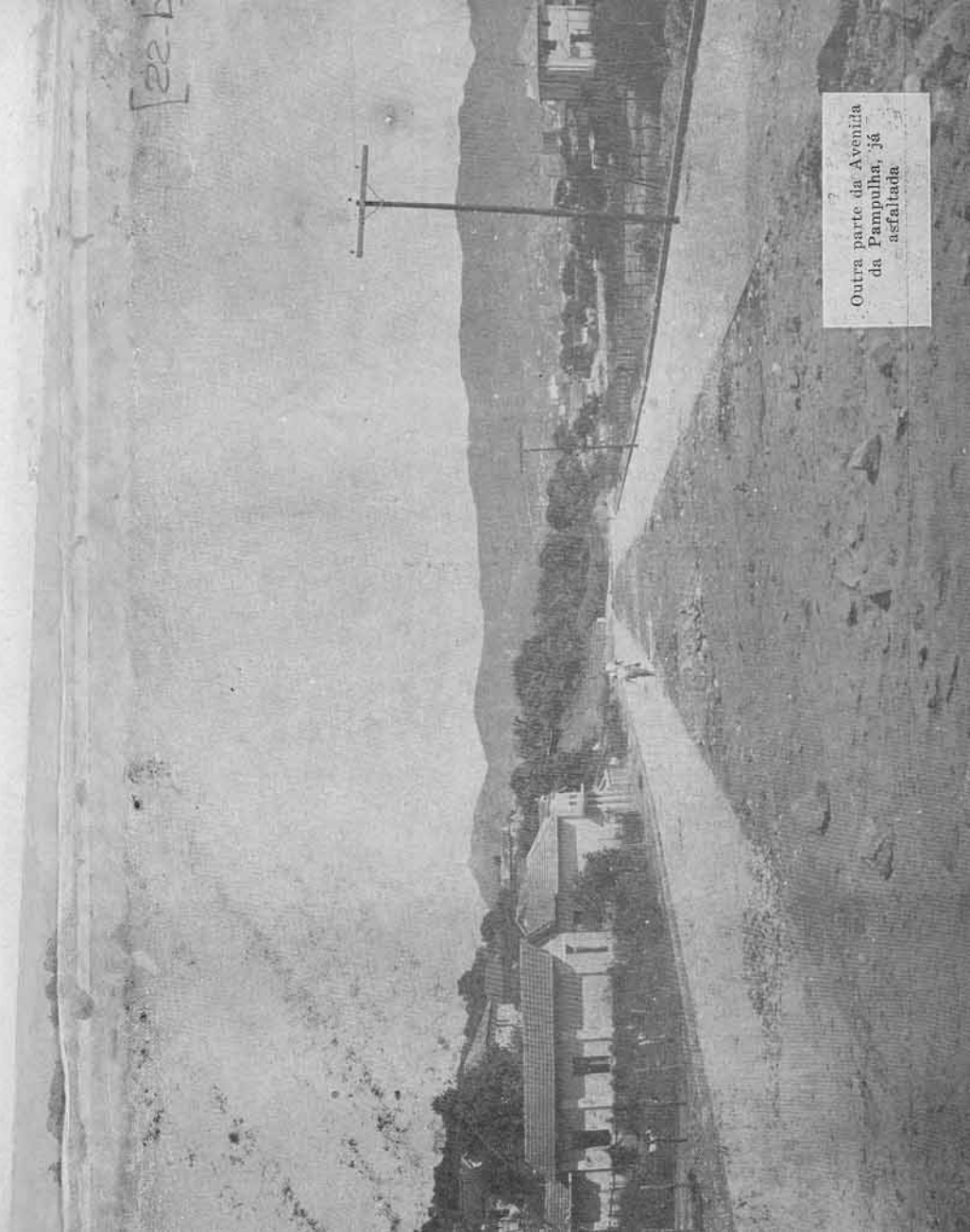
Partindo da rua Formiga, o novo trecho passa pelos terrenos marginais do Bairro Popular, em demanda da Vila



Avenida da Pampulha,
no início de sua abertura

[22-a V]

[22]



Outra parte da Avenida
da Pampulha, já
asfaltada

[88-6 V]

Cachoeirinha e dali, em linha reta de 4.200 metros de extensão, até a Represa. Os trabalhos de abertura da avenida da Pampulha foram vultosos, pois fizeram-se cortes profundos, assim como tivemos necessidade, para não prejudicar o seu traçado, de canalizar dois trechos de córregos — um correndo em direção ao Arrudas, numa extensão de 350 metros, empregando-se nos trabalhos, tubos de concreto-armado, e outro, demandando o córrego da Cachoeirinha, numa distância de 1.200 metros, em alvenaria comum e tubos de concreto. Em vários outros pontos foram feitos serviços de escoamento, construindo-se oito boeiros.

Os trabalhos de abertura da avenida foram terminados, quanto às canalizações dos córregos, construção de boeiros e serviços de terraplenagem, com a antecedência de cinquenta dias do prazo contratual para entrega das obras, o que é um auspicioso acontecimento na execução de obras públicas do país, assim como revela o interesse com que a Prefeitura Municipal executa os serviços que a cidade reclama. Os trabalhos de terraplenagem foram, como acentuamos linhas atrás, volumosos, pois se elevaram a 340.000,000 ms.².

As obras de embelezamento da via pública, aberta para integrar a "Cidade Satélite" (denominação dada pelo urbanista Agache à Pampulha) já se iniciaram com o calçamento, provisoriamente, à alvenaria poliédrica e, mais tarde, a asfalto. Também os trabalhos de iluminação e ajardinamento em breve serão atacados, afim de que, dentro do menor prazo possível, esteja entregue ao tráfego essa avenida, que ligará fácil e rapidamente, a Pampulha ao centro da cidade.

AVENIDA TERESA CRISTINA

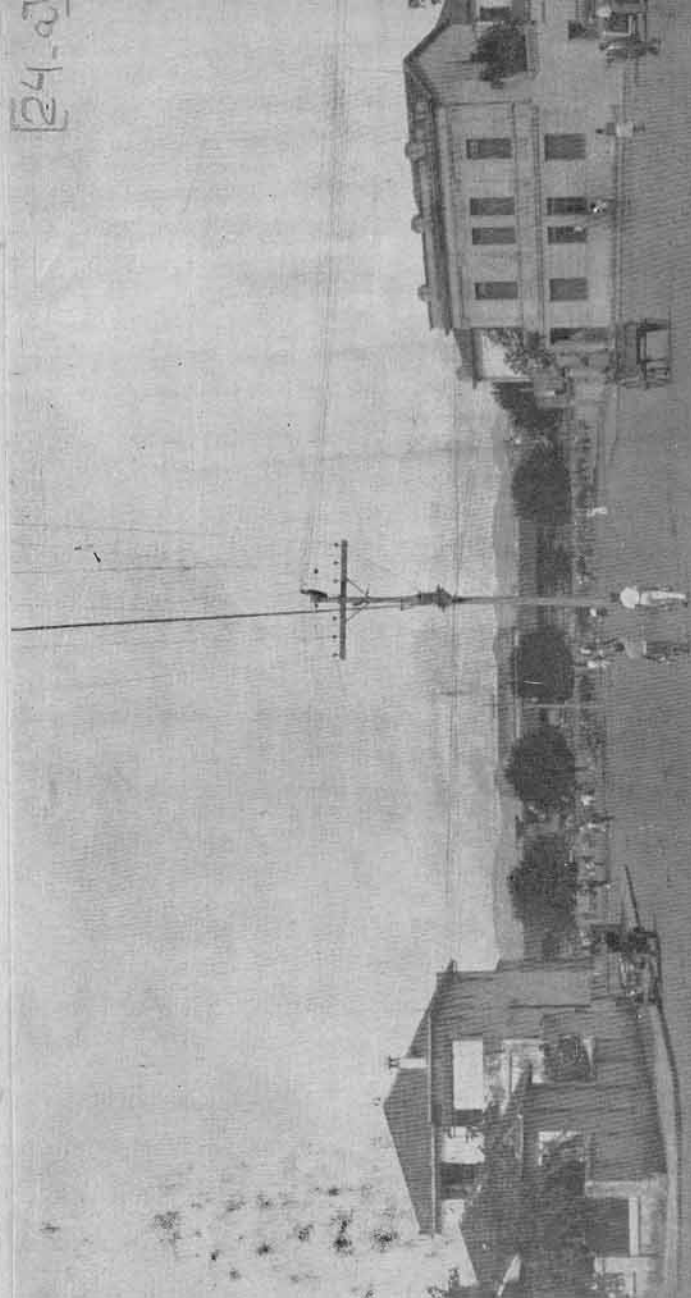
Em importância para a cidade, a avenida Teresa Cristina é a terceira. Como complemento, entretanto, das obras de saneamento que a Municipalidade realiza no Arrudas, sua importância se eleva, tornando-se indispensável ao plano então elaborado com o objetivo de dar à capital novas e melhores condições de saúde coletiva.

A retificação e canalização do Arrudas, numa extensa parte, permitiu a abertura dessa via pública, em continuação à avenida do Contorno na parte fóra do perímetro urbano, em direção à Gameleira.

Ao longo das margens direita e esquerda de nosso principal curso d'água, oferece a via pública um traçado vistoso e, ao mesmo tempo, diverso do que se observa nas outras avenidas, pois os canteiros da parte central darão lugar ao leito do ribeirão, formando-se as pistas dos dois lados, ligadas de trechos em trechos por pontes de concreto-armado. Tornar-se-á por isso mesmo, uma das mais belas avenidas da capital. Sua abertura ligará a parte comercial e industrial, situada ao longo das estradas de ferro Central do Brasil e Rêde Mineira de Vição à parte central dos bairros da Floresta, Santa Teresa, Lagoinha, Carlos Prates e toda a parte norte da cidade com a saída para o Sul, Oeste e Triângulo Mineiro, indiscutivelmente zonas que mantêm com a capital intenso tráfego, quer por meio de transportes de passageiros, quer pelos de abastecimento ou de remessa de mercadorias para o interior do Estado. Avulta dêsse modo, a importância dessa nova via pública, reputada, com justa razão, o escaouro da produção industrial do município.

A avenida Teresa Cristina tem uma extensão de 4.155 metros, partindo da avenida do Contorno, no Barro Preto, onde tem início também a avenida Barbacena. À medida que vai sendo retificado e canalizado o Arrudas, corrente acima, a nova radial da cidade se prolonga, até sua conclusão final marcada para 1943. É, como dissemos, formada de duas pistas, uma de cada lado da canalização, com 7 metros de largura, passeios dos dois lados das pistas, sendo de um metro o do lado oposto. Inicialmente, foi autorizada a construção de 1.800 metros, aumentando-se esta metragem para 4.155 metros, com os novos contratos que fixaram a retificação e canalização do Arrudas até a avenida Amazonas, na Gameleira.

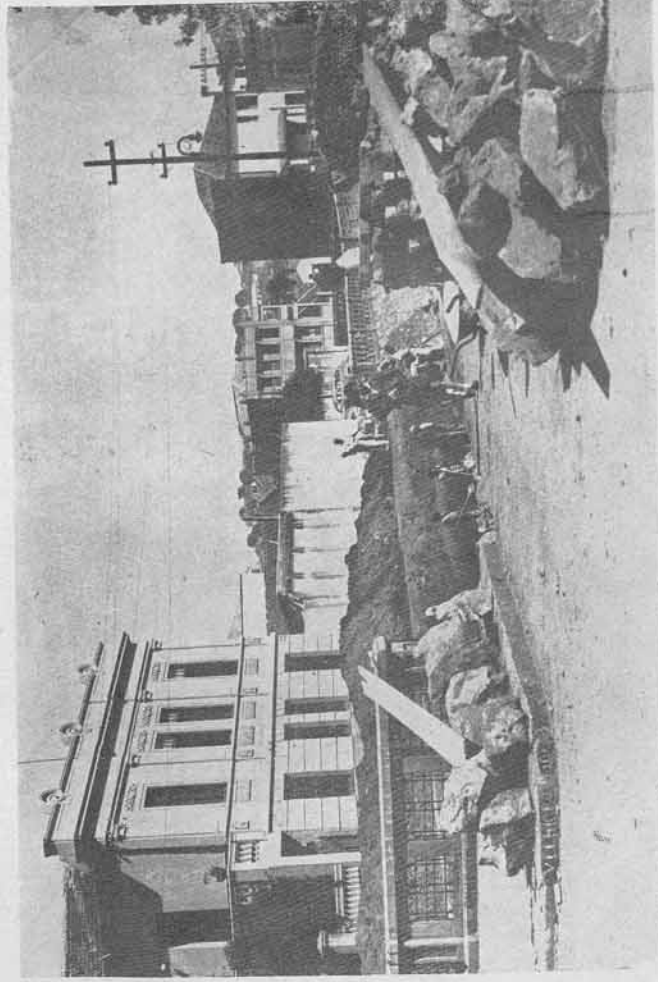
Os trabalhos de terraplenagem se tornaram volumosos, pois o desmonte de terras, nalguns trechos, e os atêrros, em outros, determinaram, nos estudos previamente feitos, remoção no total de 218.000,000 metros cúbicos, dos quais já se acham feitos, até dezembro de 1941, 66.337,000 metros cúbicos.



Completamente desobstruída, a avenida Perand é ligada à Amazonas

[24-a V]

[24-b]



Início das obras de ligação das avenidas Paraná e Amazonas

[24-b v]

[24.c]

Prolongamento da av.
Afonso Pena, até a base
da Serra do Cipriat.

Essa nova via pública atravessa uma zona até então insalubre, pouco habitada, mas hoje completamente modificada pelos serviços realizados.

AVENIDA SILVIANO BRANDÃO

Outra grande avenida que está sendo terminada é a Silviano Brandão, ligando o Horto Florestal à Renascença, depois de passar pela Floresta e Vila Concórdia.

E' uma artéria de grande relevância, pois facilitará enormemente o tráfego por uma extensa zona, hoje bastante povoada. Está sendo terminada numa extensão de 532 metros sobre o córrego da Mata, de maneira que dois proveitos serão obtidos com o serviço — abertura de uma avenida e a cobertura de uma corrente d'água sempre perigosa à saúde da população. Os trabalhos estão na parte final, já próximos à Renascença.

AVENIDA PEDRO II

A ligação do Aeroporto Belo-Horizonte com o centro da cidade far-se-á pela avenida Pedro II, cujas obras prosseguem ativamente. Esta outra via pública liga uma série de pequenas vilas à parte central, como as Vilas Celeste Império, Progresso, Minas Gerais, Futuro, Santos Dumont, Santa Teresinha, Angélica e S. Leopoldo ao Carlos Prates e daí ao centro, vindo terminar na ponte que a Prefeitura construiu sobre o Arrudas, entre a rua do Acre e a avenida do Contorno, do outro lado do Ribeirão.

A extensão dessa avenida é de 4.000 metros, estando concluídos mais de 3.000 metros, dos quais quase 1.000 em nossa administração. E' também uma obra de saneamento, pois cobre, em toda a sua extensão, o córrego do Pastinho.

AVENIDA FRANCISCO SÁ

Entre a avenida Teresa Cristina e a avenida Amazonas, sobre uma pequena corrente d'água — o Córrego dos Pintos —

está também sendo terminada uma nova avenida, justa homenagem a um grande mineiro, o ministro Francisco Sá, a quem a nova Capital Mineira deve os mais assinalados benefícios desde o período da construção, quando S. Excia. foi Secretário da Agricultura e Obras Públicas.

A extensão dessa canalização é de cerca de 704 metros e a largura de vinte metros.

AVENIDA AFONSO PENA

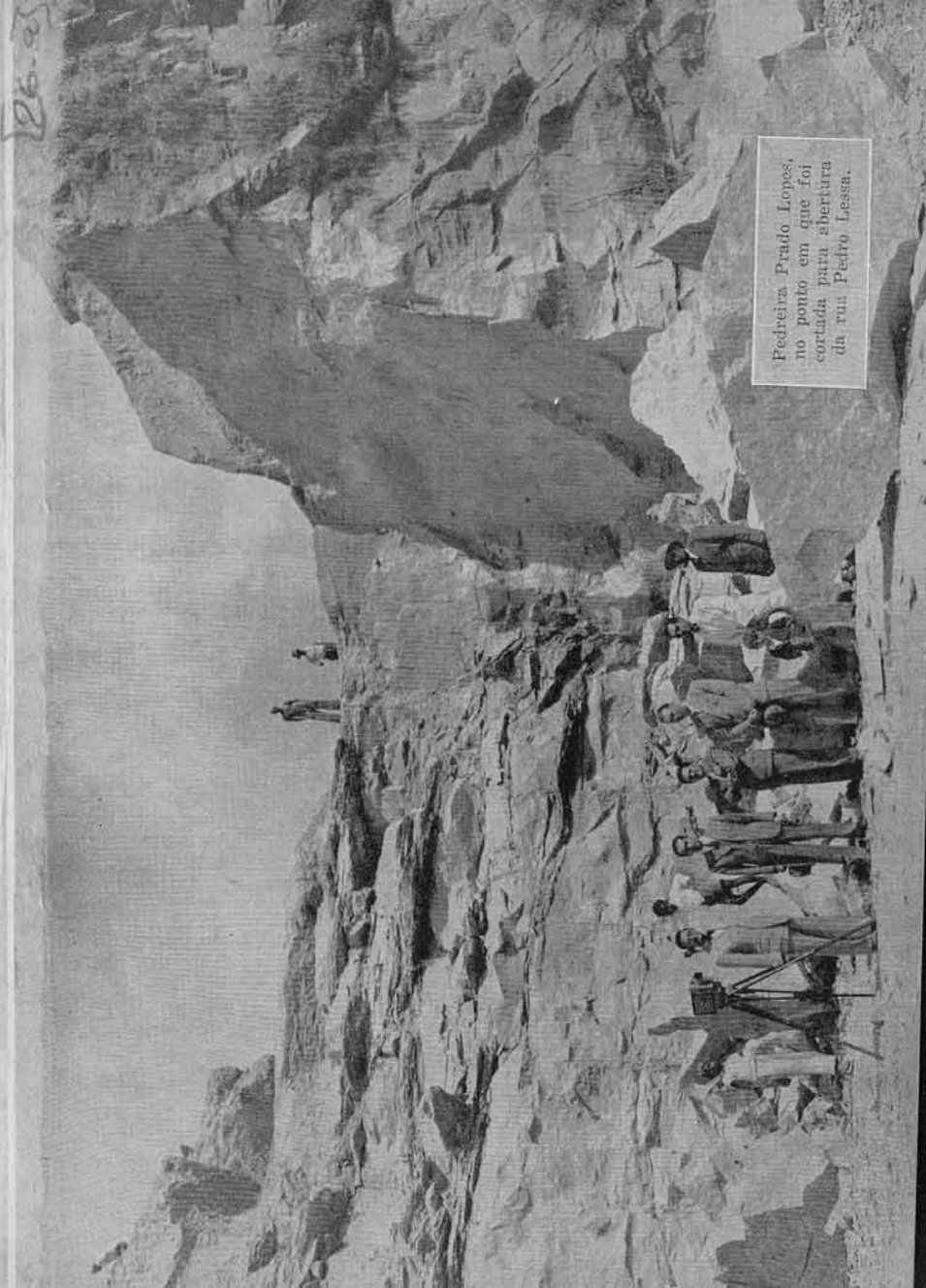
Em demanda da Serra do Curral, fizemos prolongar a avenida Afonso Pena, numa extensão de 332 metros, afim de que se facilite a ligação desta capital ao município de Nova Lima e dali à capital da República, através de um túnel em estudos e que, realizado, será uma das maiores obras da engenharia brasileira.

A largura do trecho aberto é de 50 metros, a mesma de toda a principal avenida da cidade, pois determinámos fôsem as obras realizadas dentro das mesmas condições. Os trabalhos de terraplenagem atingiram 59.412 metros cúbicos.

A LIGAÇÃO DAS AVENIDAS PARANÁ E AMAZONAS

Sempre constituiu uma anomalia no traçado da cidade a brusca interrupção da avenida Paraná, na sua parte final, ou seja nas proximidades do Mercado Municipal. Ali, a importante avenida, uma das mais centrais da capital, atravessando um trecho essencialmente comercial e, conseqüentemente, de tráfego intenso, se apresentava como que fechada, pois a ligação com outras vias era difícil.

Determinámos estudos que permitissem a desobstrução dessa via pública, em consequência do que foi fixada a desapropriação de algumas propriedades de pouco valor em relação à importância dos serviços que seriam realizados. O Córrego do



Pedreira Prado Lopes,
no ponto em que foi
cortada para abertura
da rua Pedro Lessa.

[26-a V]

19-92

Rua Pedro Lessa, aberta
através a rocha viva,
na antiga Pedreira
Prado Lopes.

Leitão, num trecho de 50 metros, foi coberto, assim como aberta a avenida Paraná, ligando-a à avenida Amazonas, o que acabou com uma falha sensível nos meios de circulação da cidade.

Hoje, essa via pública está inteiramente integrada nas suas verdadeiras finalidades, quais as de facilitar o trânsito com o Mercado Municipal.

VILA SANTO ANDRÉ E OUTRAS

Se as avenidas chamadas radiais têm significação capital para o progresso da cidade, vias públicas outras existem que são de real importância para o desenvolvimento da metrópole mineira. Nos bairros, principalmente, onde o número de construções se torna cada vez maior, tivemos que realizar trabalhos de abertura de diversas ruas, como na Vila Maria Brasileira, onde uma dezena de vias públicas foi entregue ao tráfego. Em Santa Efigênia, na Serra, no Prado e Calafate, na Vila Santo André e Cachoeirinha, o número dessas novas vias públicas é grande. Deve-se destacar a abertura da rua Pedro Lessa, ligando o bairro da Lagoinha à Vila Santo André, afim de que por ela fosse possível passar a linha de bondes para o bairro operário, onde uma população já numerosa reclamava meios de transporte para a cidade. Abrimos, então, uma passagem, sendo que num trecho tiveram os serviços que ser feitos através da rocha viva, numa profundidade de 20 metros.

Os trabalhos de terraplenagem se elevaram a 252,713 m³. Uma vez aberta a passagem, tornou-se possível a construção de uma linha de bondes na extensão de 1.350 metros, serviço de grande repercussão no desenvolvimento de um bairro operário, para o bem estar de seus habitantes.



[28]

PONTES

Para que pudéssemos completar o plano de melhoria dos meios de comunicação dentro da cidade e mesmo na parte suburbana, tivemos nossa atenção despertada para a necessidade de construir diversas pontes em locais que estavam a reclamar transposição dos cursos d'água. Mesmo o observador menos atento, que percorresse, no início de 1940, a zona urbana, verificaria, desde logo, a deficiência dessas passagens sobre os nossos cursos d'água.

O desenvolvimento natural da cidade, nesses pontos, era dificultado, pois que bairros permaneciam como que isolados da parte central e mesmo entre eles, provocando, desta maneira, paralisação do progresso, visto como o comércio e o tráfego estavam prejudicados. Uma obrigação se nos impunha, então, para que afastássemos tais impecilhos, cada vez mais nocivos à cidade, cujo ritmo de vida dia a dia se acelera.

Procurando reparar essa falha, lançámo-nos a um programa amplo, no desejo de integrar ao centro as diversas regiões atingidas pelas deficiências, promovendo a pronta e fácil intercomunicação de bairros, de diversos núcleos urbanos ou suburbanos e até da própria parte habitada da capital.

De início, verificou-se a necessidade de serem construídas seis pontes, tôdas de importância capital para a articulação desejada. A' execução do plano considerado urgente, dedicámo-nos, visando solucionar de vez a questão, para a Municipalidade tão importante como o da abertura de avenidas e ruas ou da canalização dos cursos d'água.

Começámos, então, com a ponte sobre o Arrudas, na avenida dos Andradas, em prosseguimento à rua Pernambuco, construindo-a em tipo pórtico, em concreto-armado, com 24,50



Ponte sobre o Arrudas,
na rua Pernambuco

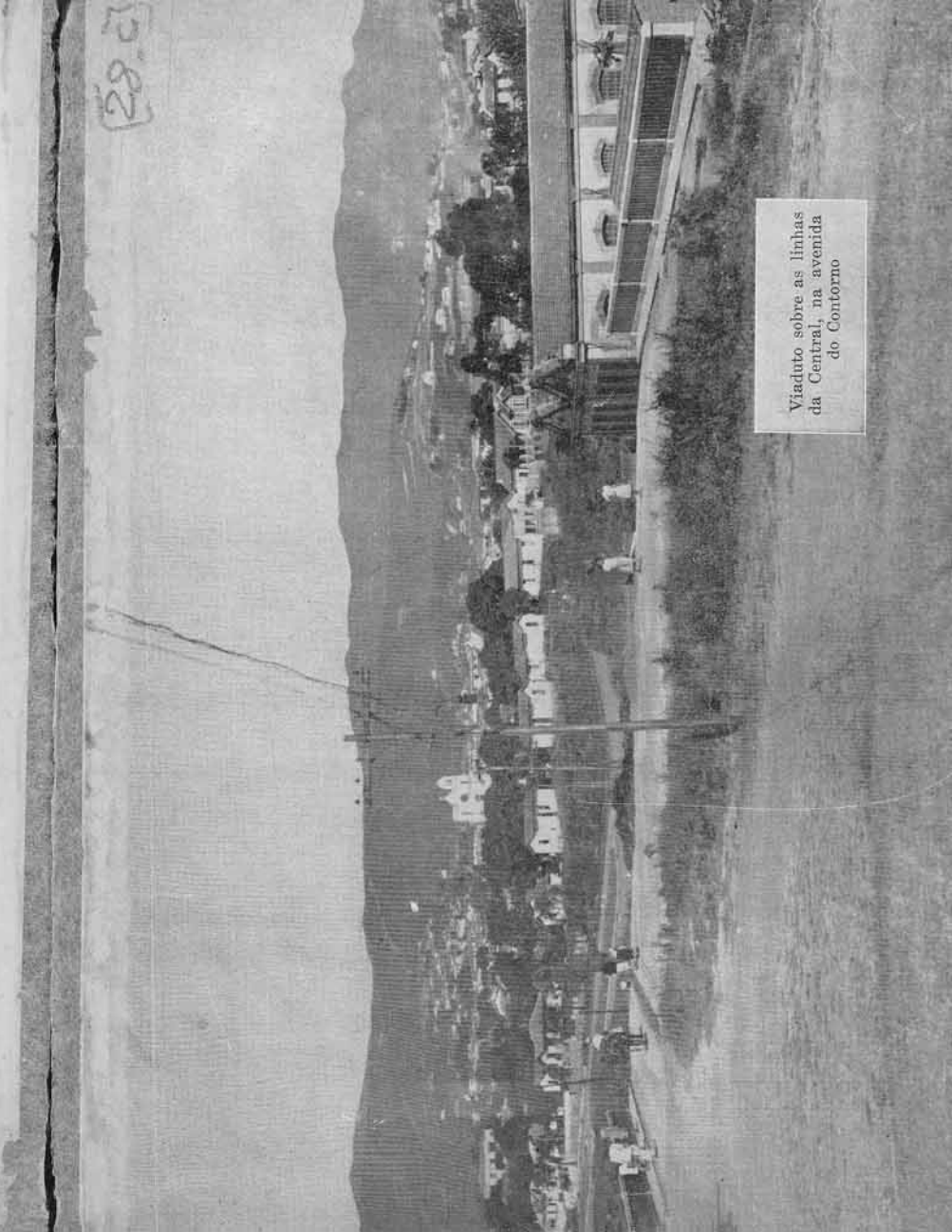
[28-av]

[20-6]

Ponte da avenida do
Contorno, alargada em
1941

[28-6 U]

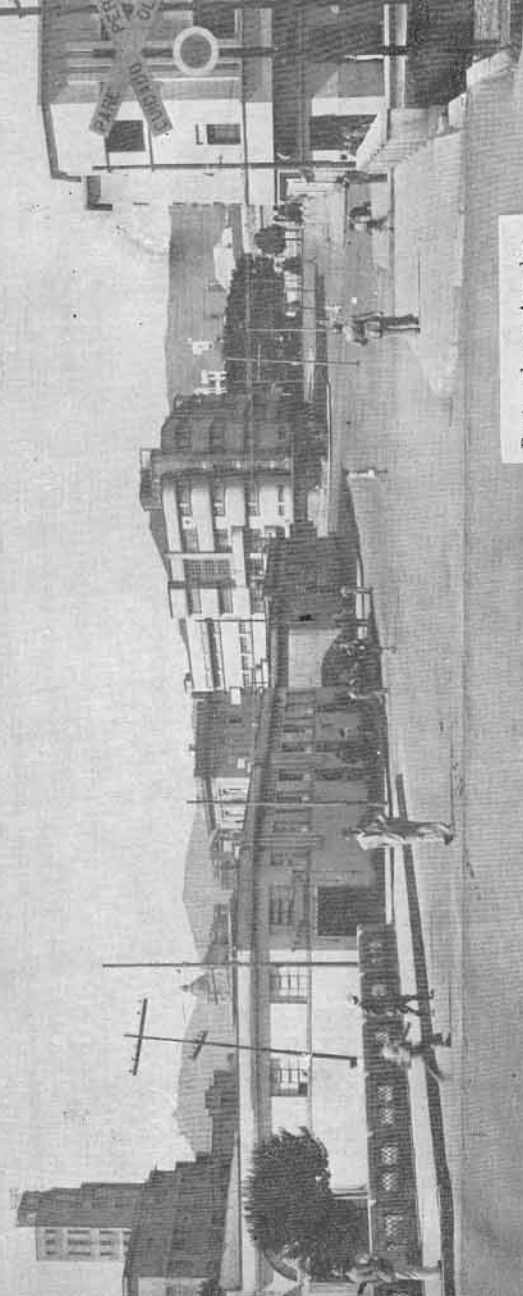
[28.0]



Viaduto sobre as linhas
da Central, na avenida
do Contorno

[28-c V]

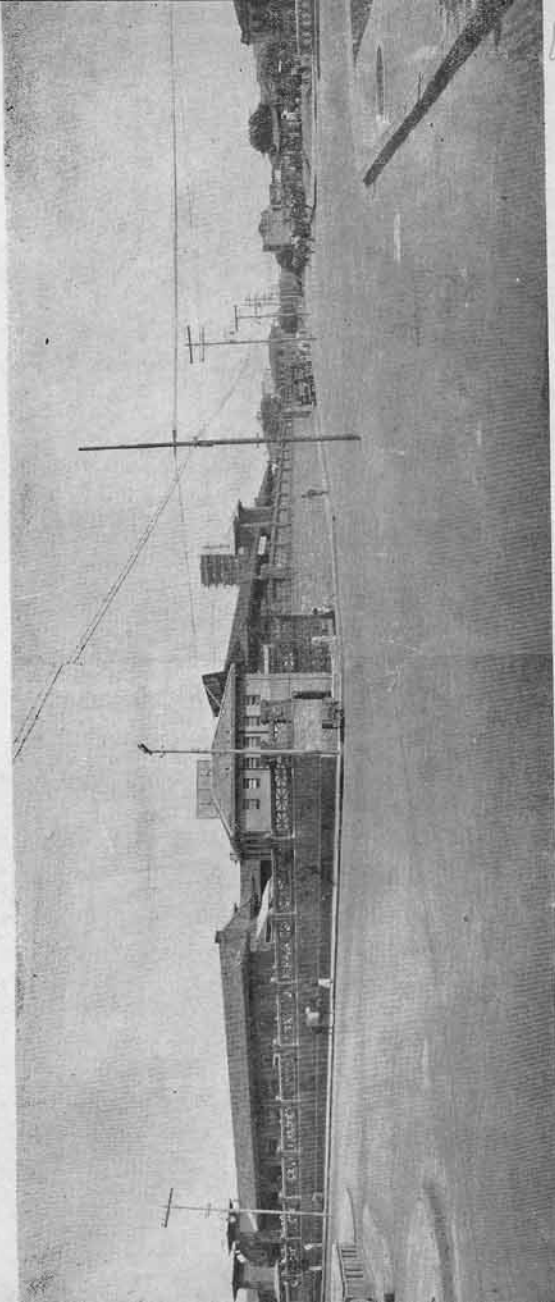
[28-d]



Ponte sobre o Arrudas,
na rua Acre, ligando o
centro ao Carlos Prates
e Bonfim.

[28-d V)

[28.e]



[28.e]

Trecho alargado da ponte sobre o correio do Leão, junto ao Mercado

42

[28-e v]

[28F]



Ponte sobre o córrego
do Leitão, na rua
Mato Grosso.

ms. de comprimento, por 20,70 ms. de largura, com o objetivo de tornar fácil o tráfego entre os bairros da Floresta e Santa Teresa, com os de Santa Efigênia e Funcionários. Como meio de ligação dêses dois últimos com a estação da R. M. V., a finalidade da passagem se comprova, mesmo à primeira vista. Ao mesmo tempo, promovemos o imediato alargamento da ponte de concreto na avenida do Contôrno para a rua Piauí. Passando-a para 21,00 ms. de largura e 20,70 ms. de comprimento, dando-lhe largura igual à da via pública e impedindo uma situação irregular e perigosa para o tráfego.

Ampliação dêse mesmo gênero fizomos no Viaduto Santa Efigênia, sôbre as linhas da Central, também na avenida do Contôrno, dando-lhe afinal, 21,10 ms. de largura por 23,20 ms. de comprimento, visando as mesmas finalidades procuradas no alargamento da ponte da rua Piauí.

Os meios de comunicação com o bairro de Carlos Prates acusavam deficiência prejudicial à população daquela parte da cidade. Sómente por duas passagens havia comunicação com o centro da cidade — pela ponte da rua Tupis, no Barro Preto e pela ponte do Saco, no final da rua Tupinambás. No entanto, magnífica via pública estava sendo continuada, indo das margens do Arrudas até o novo aeroporto da capital. Num longo trecho, já a avenida Pedro II oferecia trânsito fácil, tornando as ruas Contagem e Ramal com o tráfego desenfogado. Encetámos a construção de uma ponte nesse trecho, ligando a rua do Acre, na parte urbana, à avenida Pedro II, promovendo ainda o alargamento da então rua Berilo, afim de que, com facilidade, conseguíssemos os objetivos visados.

Entretanto, tivemos que paralisar, logo de início, a obra, para entendimentos reclamados com a diretoria da E. F. Central do Brasil e com a Rede Mineira de Viação. Uma vez harmonizados os interesses em jogo, foi a construção retomada, para, mais uma vez ser paralisada, à vista do decreto-federal 61.287, de 14 de setembro de 1940, em que se autorizava a construção de um grande viaduto no mesmo lugar e que, de modo mais perfeito, viria resolver a passagem de nível sôbre a linha da Central, constituindo um notável melhoramento para a cidade. Todavia, não se tornou possível a realização de tão importante obra, prosseguindo-se os trabalhos, em abril de 1941, até que, afinal, vimos concluída a passagem nos últimos dias de dezembro de 1941, obtendo a cidade mais uma pon-

te, em estilo pórtico, com 18,61 metros de vão livre e 20,54 de largura.

Como tivemos ensejo de salientar, a avenida Paraná se interrompia junto ao gradil do córrego do Leitão, antes, de alcançar a avenida Amazonas. Para que pudéssemos prolongar aquela avenida, pondo-a em comunicação fácil com o Mercado, tivemos que cobrir o dito córrego, com uma lage de concreto-armado, estendendo-se numa área superior a 200 ms.². Demais, promovemos o alargamento da ponte da avenida Amazonas, na parte correspondente ao passeio. Com tais serviços, corrigiu a Administração uma falha existente no centro da cidade, qual a da interrupção brusca da avenida Paraná.

No cruzamento de Curitiba com Goitacases, foi feito serviço análogo ao descrito, cobrindo-se a extensão de 47,80 ms. Ali existia apenas uma passagem para pedestres, com a largura de 1 metro.

Na rua Rio Grande do Sul, no cruzamento com Tupiá, sôbre o córrego do Leitão, nova ponte em concreto-armado se levantou, essa ainda do tipo pórtico, com 6 metros de vão livre e 20 de largura, permitindo o tráfego em toda a extensão daquela rua.

Sôbre o mesmo curso d'água, fômos obrigados, finalmente, a construir, no cruzamento com a rua Guarani, uma passagem para pedestres, em vigas semi-engatadas, com 6 metros de vão livre e 1 de largura útil.

Completando a série de passagens sôbre os cursos d'água da capital, fôram construídas mais duas pontes sôbre o Arrudas, sendo uma na rua Paraguassú e outra no local denominado "Mato da Lenha", ambas em concreto-armado, obra moderna, com as quais pensámos ter resolvido os casos mais prementes de comunicações exigidos pela vida normal da cidade.

TEATRO MUNICIPAL

A inexistência de um Teatro Municipal vem sendo, de há longo tempo, a lacuna de que se ressentia a capital.

Centro dos mais adiantados, Belo-Horizonte não podia delongar, por mais tempo, a construção de um templo destina-

[30-a]

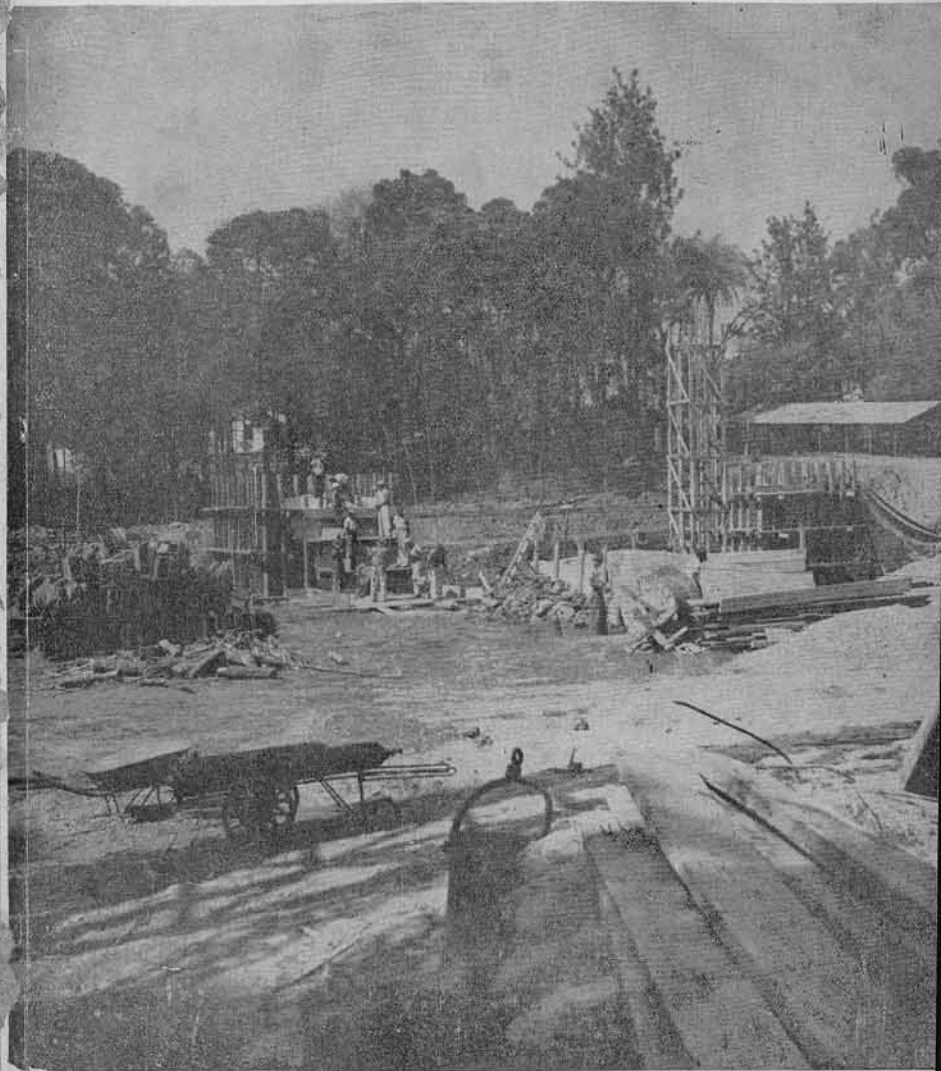


Teatro Municipal — Provas de "carga", sobre as estacas

[30-a V]

[30-b]

TEATRO MUNICIPAL — Fase inicial das obras, quando se procediam ás provas de carga sobre as estacas "Franki"



do ao culto das artes, digno do progresso da cidade e da cultura dos mineiros. O velho teatro da rua Golias, cuja reforma se fazia, quando do início da nossa administração, não era, para nós que desejávamos obra melhor e mais moderna para a cidade, a solução para esse problema, cujas raízes se aprofundaram na vontade popular, desejosa de ter um centro de culto à arte, principalmente a música.

Projetámos então e iniciámos a construção de um novo Teatro Municipal, entregando os planos aos cuidados de um dos mais hábeis e renomados engenheiros do país, do que resultou o conjunto que a Administração iniciou no Parque Municipal.

Encontrámos o antigo Teatro Municipal em reforma. Visava-se adaptá-lo às necessidades da população, com uma série de melhorias. Mas, como temos acentuado, procuramos sempre realizar obras que de vez solucionem os problemas da cidade. Abandonámos, então, a reforma em curso, vendendo o prédio em hasta pública pela importância de 2.001 contos de réis. Ao mesmo tempo, dava a Administração início à construção do novo Teatro, dotando o seu projeto — autoria do arquiteto Oscar Niemeyer Filho — de todos os modernos requisitos. Localizado no Parque Municipal, contratámos sua construção com o engenheiro Ajax Correia Rabelo, sendo as obras atacadas de pronto.

Sua concepção é de grande arrôjo e felicidade, tendo o arquiteto utilizado o mais possível, os elementos naturais para sua valorização.

A fachada tem 65 metros de largura e 38 metros de altura, voltada para dentro do Parque, na direção do lago. O edifício está todo dentro do Parque, afastado cerca de 60 metros da avenida Afonso Pena, à qual será ligado por meio de um viaduto. Este será construído em arco de concreto-armado, de 60 metros de vão e 4,50 metros de flexa, com 14 metros de largura, de uma parte plana, que constitui a ligação com a avenida. Assim, haverá acesso à entrada do "foyer", pela parte do Parque, subindo o arco, e, pela parte da avenida, por meio da ponte de ligação.

A construção está se fazendo de modo a preservar o maior número possível de árvores, obtendo-se ornamentação natural e de extraordinário efeito decorativo.

Sob o arco, no pavimento térreo, abaixo 4,50 metros do nível da avenida, será instalada uma confeitaria. Ainda no térreo, será localizado um "parking" para os automóveis.

No nível da avenida, estará o grande "hall" de entrada, com pé direito de 30,00 metros. Aí, desenvolvem-se as rampas de acesso aos balcões, as quais terão grande elegância, pois serão sustentadas por meio de tirantes de aço às grandes vigas da cobertura, evitando-se, assim, colunas pesadas, que lhe tirariam o lindo efeito de leveza. Este grande "hall", com mais de 1.000 ms.², dá acesso à platéia. Nesta, foi muito bem estudada a localização dos espectadores, permitindo-se a todos perfeita visão. Assim, o piso terá uma inclinação e as cadeiras terão sua localização estudada com cuidado.

As rampas de acesso conduzem aos balcões, ou melhor ao balcão, porque não haverá dois superpostos, e sim um grande e separado em duas copas. À frente, estará uma fila de camarotes, não havendo, no edifício, camarotes laterais, por se ter chegado à conclusão de serem eles incômodos e oferecerem má visibilidade.

A platéia e o balcão comportarão 3.500 poltronas de couro e alcochoadas, muito cômodas.

O teto terá um formato projetado de acôrdo com os últimos estudos de acústica teatral e revestido, bem como tódas as paredes laterais, de material apropriado, afim de que não se perca ou se modifique o som.

O edifício terá instalação de ar condicionado indispensável numa obra de tais proporções e para a finalidade a que se destina.

A instalação elétrica, em nada ficará a dever a qualquer outra do país, devendo mesmo ser a melhor, por ser a mais recente, e, conseqüentemente, poder introduzir novidades ainda não conhecidas.

Essa construção tem um característico essencial, que o distingue sobremaneira — em nada copia ou imita qualquer outro teatro já construído, nem no estilo, nem nas suas instalações modelares.

Cobrirá uma área de 4.000 metros quadrados, dispondo de uma platéia de 46 por 30 metros e "foyer" com a área de 840 metros quadrados.

O palco e suas dependências ocuparão uma área correspondente a quase a metade de tódá a área coberta. Possui amplos subterrâneos, nos quais serão instalados todos os maquinismos necessários ao funcionamento do teatro e aos palcos móveis. Estes serão os melhores do país e os mais amplos. Terão movimento vertical e horizontal em toda direção e serão em número de três, permitindo, assim, extraordinária maleabilidade na mudança dos cenários.

Também a orquestra terá seu elevador, tudo isto estudado e projetado em colaboração com um dos maiores técnicos em teatros dos Estados Unidos.

Póde-se, pela descrição do futuro monumento arquitetônico que a Prefeitura constrói na cidade, avaliar a importância da obra, tão necessária à capital moderna, quão expressiva em sua finalidade.

CEMITÉRIO DA SAUDADE

Outra necessidade premente, encontrada no início de nossa administração, foi a da construção de novo cemitério para a cidade.

A necrópole do Bomfim, a única existente na capital, desde o início de seu povoamento, estava com sua capacidade quase toda esgotada. As providências até então tomadas para o melhor aproveitamento dos espaços no seu interior não podiam mais ser repetidas. A única e inadiável solução era a construção de novo Campo Santo, afim de repartir, com o Bomfim, as necessidades do movimento obituário da capital.

A administração teve a concepção nítida da importância do problema e o atacou de frente para solucioná-lo com rapidez. Os estudos de escolha do local fizeram-se, optando-se, entre vários, pelo situado nos terrenos próximos à Fazenda da Baleia, na saída da cidade para Nova Lima. Após o levantamento do terreno, iniciou-se o serviço de terraplenagem. Mas quando este já se fizera em parte, tivemos ensejo de apreciar um plano que nos pareceu mais conforme à época em que vive-

mos e capaz de tornar a nova necrópole — cujo nome escolhido por nós foi o de “Cemitério da Saudade” — de concepção diversa da que habitualmente se verifica nos campos santos. Autorizá-mos então a modificação do plano, contratando sua construção com um técnico, afim de que, no conjunto, fôsse preservada a concepção idealizada.

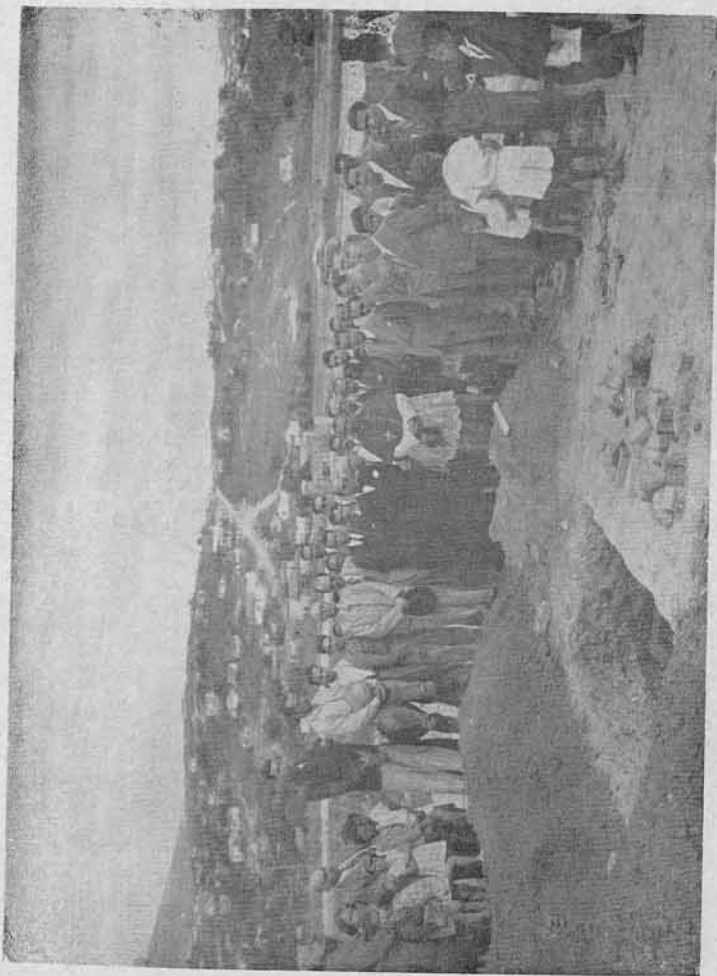
O “Cemitério da Saudade”, cuja abertura previmos para o início do segundo semestre de 1942, foi projetado em estilo-parque, com túmulos monumentais e arborização ornamental.

Está situado na zona léste da cidade, separada da parte oeste pela av. Afonso Pena, com uma área de 202.115,00 ms.². O total dos serviços de terraplenagem, medidos até 31 de dezembro, foi de 168.853,152 ms.³. Pouco mais, entretanto, se fez depois de modificado o plano, porque o novo projeto não dependia de grandesmovimentos de terra. Aproveitava ao máximo a situação natural do terreno. Sua grande área real, isto é, fóra a parte destinada à entrada e alamêdas, é de 178.058 ms.², portanto maior 30.000 ms.² que a do Bonfim, com capacidade para 23.000 túmulos.

A nova necrópole é precedida de ampla praça, para estacionamento de grande número de automóveis, abrindo-se, pela encosta, por um portão monumental. A' direita, fôram localizadas a casa de administração, dependências, capela, etc., acompanhando as alamêdas principais à configuração do terreno, sinuosamente, numa extensão de 3.380 metros. Ao lado das alamêdas, desdobraram-se os lotes maiores, os médios e os menores, assim como as sepulturas rasas. Os lotes maiores são em número de 879, com 6x9 metros de dimensão e permitirão uma única ou várias sepulturas. Os médios, com 6x6 metros e em número de 276 e os menores com 3,50x4, no total de 3.005 lotes, permitirão mais de um túmulo. As sepulturas rasas são em número de 7.518.

Com a construção desse cemitério, espera a Administração ter resolvido por largo tempo o problema que se lhe apresentou, pois o Bomfim, com 18.146 carneiros, teve vida útil de 45 anos, enquanto que o da Saudade comportará 23.000 túmulos.

[34-a]



Benção do “Cemitério da Saudade”, por d. Antonio dos Santos Gabral.

TERRAPLENAGEM

Ninguém ignora que os serviços de canalização de cursos d'água, de pavimentação e de abertura de avenidas e ruas quase sempre têm que ser precedidos de trabalhos volumosos de terraplenagem. E se assim é comum, em Belo-Horizonte, que esses trabalhos assumem proporções bem mais elevadas, dada a topografia da cidade, onde as diferenças de níveis são constantes e onde os numerosos cursos d'água reclamaram, para sua regularização, atêrros de grande volume.

A série de serviços que a Prefeitura Municipal executou neste biênio de 1940-1941 provocou intensos trabalhos de terraplenagem. Tivemos que cortar fundo a terra em vários pontos, assim como em outros as depressões fôram aterradas, obras de vulto para uma administração que tem sua atenção voltada para vários outros trabalhos, todos êles de urgente necessidade para o progresso da capital. E como resultante dessa atividade, a administração registrou os algarismos mais elevados de tôda a história da capital, no tocante ao volume das obras executadas, pois atingiu, em 1941, a 1.130.023,241 ms.² em contraposição com o ano de 1936, quando fôram executados serviços no total de 1.040.548,000 ms.². Em 1940, os alcançados, não obstante termos assumido o cargo em abril, fôram de 671.837,580 ms.² que, anexados ao obtido em 1941, perfazem o total de 2.201.860,821 ms.², durante o período de nossa administração até dezembro de 1941.

Póde perfeitamente, mesmo o leigo, compreender a importância destes serviços, bem como a expressão dos algarismos que registraram o volume dos trabalhos executados, verificando que a administração teve em mente, como em todos os seus atos, beneficiar a capital, proporcionando-lhe novos elementos de progresso.

Alguns dos serviços realizados e que podem ser descritos com precisão, reclamaram trabalhos de terraplenagem volumosos, como o da abertura da avenida da Pampulha, cujas obras de preparação do leito da nova e importante via pública ascenderam, até o final do exercício de 41, à elevada soma de 340.000,000 ms.² de terra removida. Segue-se o da abertura da avenida Amazonas, com 310.067,000 ms.²; os trabalhos de terraplenagem do Cemitério da Saudade, com o volume de

168.853,000 ms.³; os do prolongamento da avenida Afonso Pena, além da Praça do Cruzeiro, com 59.412,000 ms.³; o da ligação da parte central da cidade com a Vila Santo André, onde foram feitos serviços no total de 34.252,713 ms.³. Este último foi dos mais difíceis, porque se teve que rasgar a passagem através da rocha dura, num córte de mais de 20 metros de profundidade.

Sua importância, entretanto, compensou o custo dos serviços.

Podem ainda citar-se os trabalhos de atêrro e desatêrro das obras de canalização e retificação dos cursos d'água, como o Arrudas, os córregos dos Pintos, do Pastinho, da Mata e da Cerâmica Antonini. Em todos, os serviços de terraplenagem se tornaram volumosos, além de custosos, principalmente pelo preço dos transportes, cada vez mais elevados nestes últimos meses, quando mais as consequências da guerra se fizeram sentir em nosso meio.

Todavia, a capital se beneficiou com tais trabalhos, visto como permitiram êles a melhoria de vários bairros, os quais se viram ligados à parte central de maneira fácil e rápida. Como já tivemos ensejo de afirmar, não ativemos exclusivamente ao que se poderia fazer, diante de uma arrecadação exígua. Fômos mais além, incrementando o progresso da cidade, dando-lhe novas fontes de rendas, procurando, enfim, dentro de nossa capacidade, corresponder aos encargos que caracterizam a administração municipal.

O quadro que a seguir publicamos revela o volume dos serviços de terraplenagem e indica os diversos departamentos da Municipalidade que os executaram ou os fiscalizaram:

SERVIÇOS A CARGO DA	1940	1941
	Área ms. ³	Área ms. ³
Insp. de Obras (por contrato ou por empreitada) —	18.480,220	333.727,351
Idem, por administração direta —	59.507,320	54.914,395
Inspetoria de Águas (por contrato)	86.148,180	176.041,000
Inspetoria da Fiscalização (idem)	322.201,860	613.840,495
Serviços da Pampulha - barragem e avenidas (idem) —	185.500,000	351.500,000
	671.837,580	1.530.023,241



OBRAS DA PAMPULHA

Com duas finalidades, ambas capitais para a vida de Belo-Horizonte, fôram, de início, projetadas as obras públicas que a administração realizou e realiza na Pampulha. De um plano, teve-se em mira preparar, para aproveitamento no futuro, um grande reservatório, acumulando-se, pela açudagem, enorme volume de água, com possibilidade de ser projetado o líquido no reservatório do Menezes, por meio de bombas de elevação, através de uma adutora de 7 quilômetros de extensão.

Não é necessário carregar nas côres com que a situação se apresenta, quer aos administradores, quer ao público, que tem de verificar a insuficiência, dia a dia agravada, da água potável.

Tal situação deriva do acréscimo anual que se verifica nos algarismos de nossa população, do aumento de construções e da multiplicação salutar de atividades que vem produzindo o desenvolvimento do centro urbano e dos nossos bairros.

Entretanto, o rápido desenvolvimento que vem tendo a Pampulha aconselha, antes de tudo, reservar a capacidade de acumulação do reservatório para as necessidades do próprio bairro, o que já representa um largo passo, nas obras de abastecimento, visto como não terá a administração que se preocupar com aquela parte da capital, cujo consumo, de comêço previsto para 2.000 metros cúbicos diários, em pouco será aumentado, tornando-se, portanto, necessária a ampliação da estação de tratamento.

Por outro lado, a Pampulha era uma imposição do progresso da capital, traduzido no crescimento constante da área edificada e na projeção vertical das construções, quando os arranha-céus vieram substituir casas velhas e sem conforto.

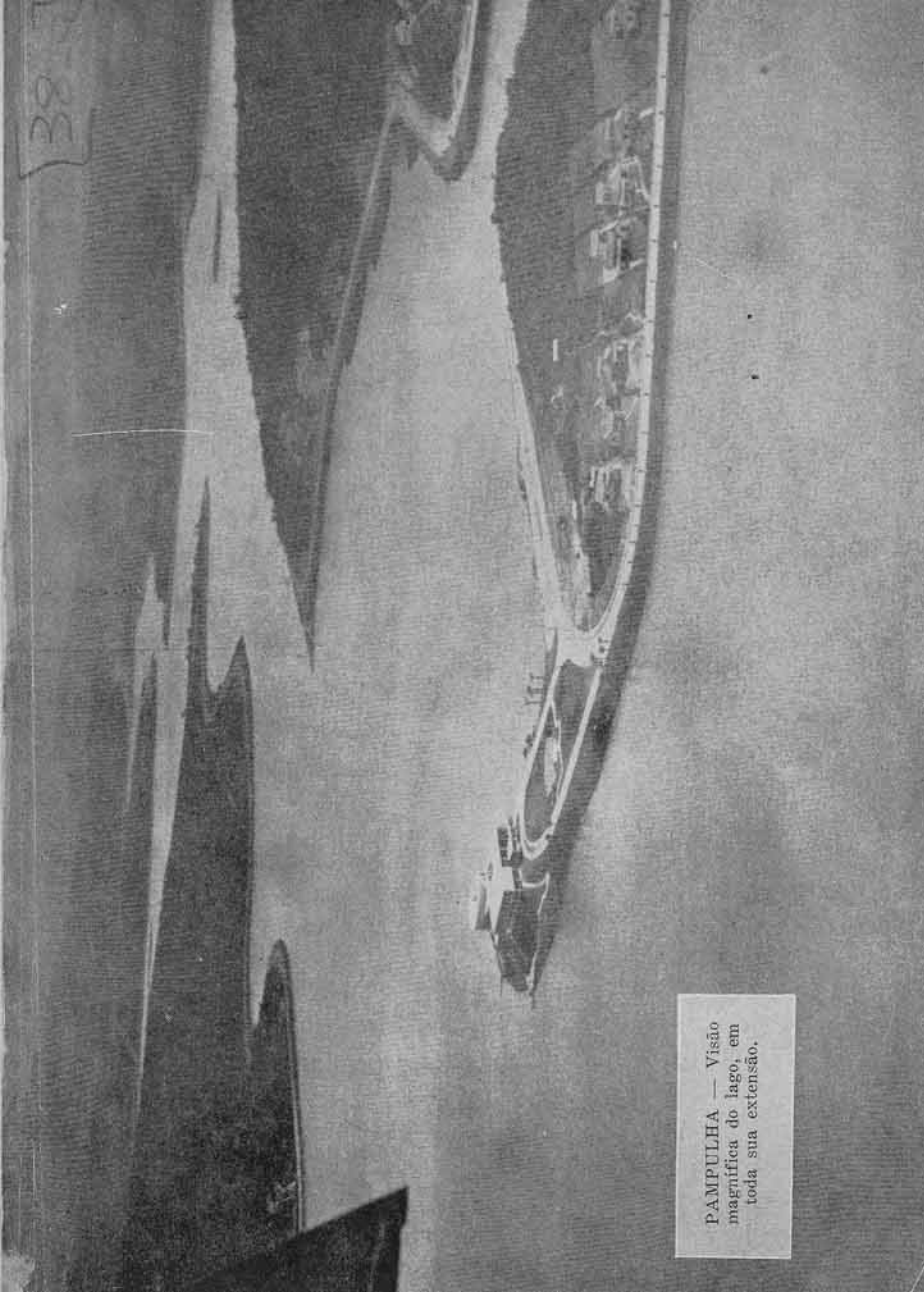
Compreendemos ser a ocasião propícia para dar à cidade uma série de atrações que em outros centros de população densa constituem fator preponderante para o desenvolvimento do intercâmbio turístico, uma das mais rendosas indústrias com que podem contar as cidades muito embora, com a conflagração do mundo, haja sofrido um pouco este intercâmbio. Como capital já de vida intensa e trepidante, Belo-Horizonte, por esse lado, reclamava um retempêro das energias gastas no labor diário. A Pampulha foi ideada com finalidades diversas entre as quais as que lembramos. Obras de vulto ali se realizaram e continuam em execução. Mas esta nova extensão da cidade, necessária ao seu desenvolvimento e à ativação da vida da capital, veio enriquecer o patrimônio de Belo-Horizonte, dotando-o de uma série de obras públicas de realce, as quais compensam as inversões de capital que têm sido feitas nessas obras, mesmo porque acrescem o valor imobiliário dos bens particulares, assim como cria para o Município novas fontes de tributação, permitindo uma arrecadação razoável, progressiva, à medida que o novo bairro se desenvolve.

Para atender às suas finalidades, a Pampulha está sendo edificada dentro de um plano inteiramente diverso do traçado para a capital, lançando-se alicerces de um bairro residencial em moldes completamente diferentes, mas de acordo com a paisagem que oferecem o lago e as construções ali levadas avante pela administração municipal, com o apoio decisivo do Sr. Governador do Estado.

O que a Pampulha representa para a capital e para toda Minas é fácil de se compreender, porque sua importância se revela no interesse com que todos aguardam a conclusão das obras projetadas para as margens da represa, assim como no valor que adquiriram os terrenos marginais do lago, de um ano para outro multiplicado por várias vezes. E com a abertura da avenida que liga o bairro ao centro da cidade, aquele núcleo ficou definitivamente integrado no patrimônio municipal. Mas, para se ter melhor visão da Pampulha, examinemos as suas principais obras.

A BARRAGEM

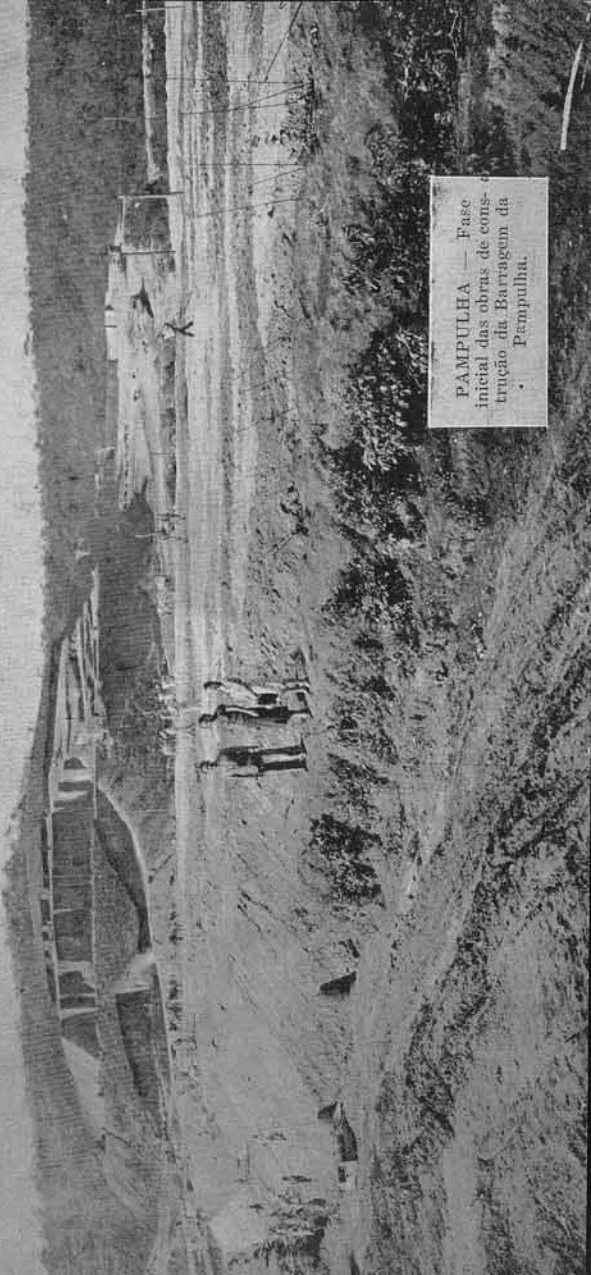
A Barragem é o marco inicial da Pampulha. Do antigo leito do Ribeirão da Pampulha surgiu o bloco massiço de cimen-



PAMPULHA — Visão magnífica do lago, em toda sua extensão.

[38-a V]

[1.23]



PAMPULHA — Fase inicial das obras de construção da Barragem da Pampulha.

[38-b V]

[38 C]

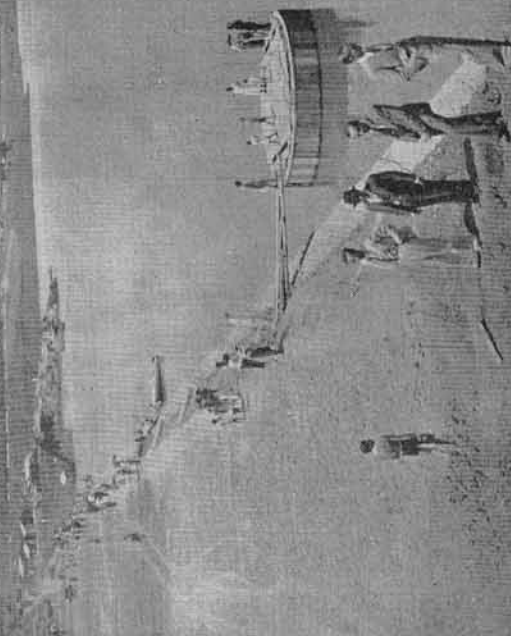
Outra fase das obras de construção da Barragem

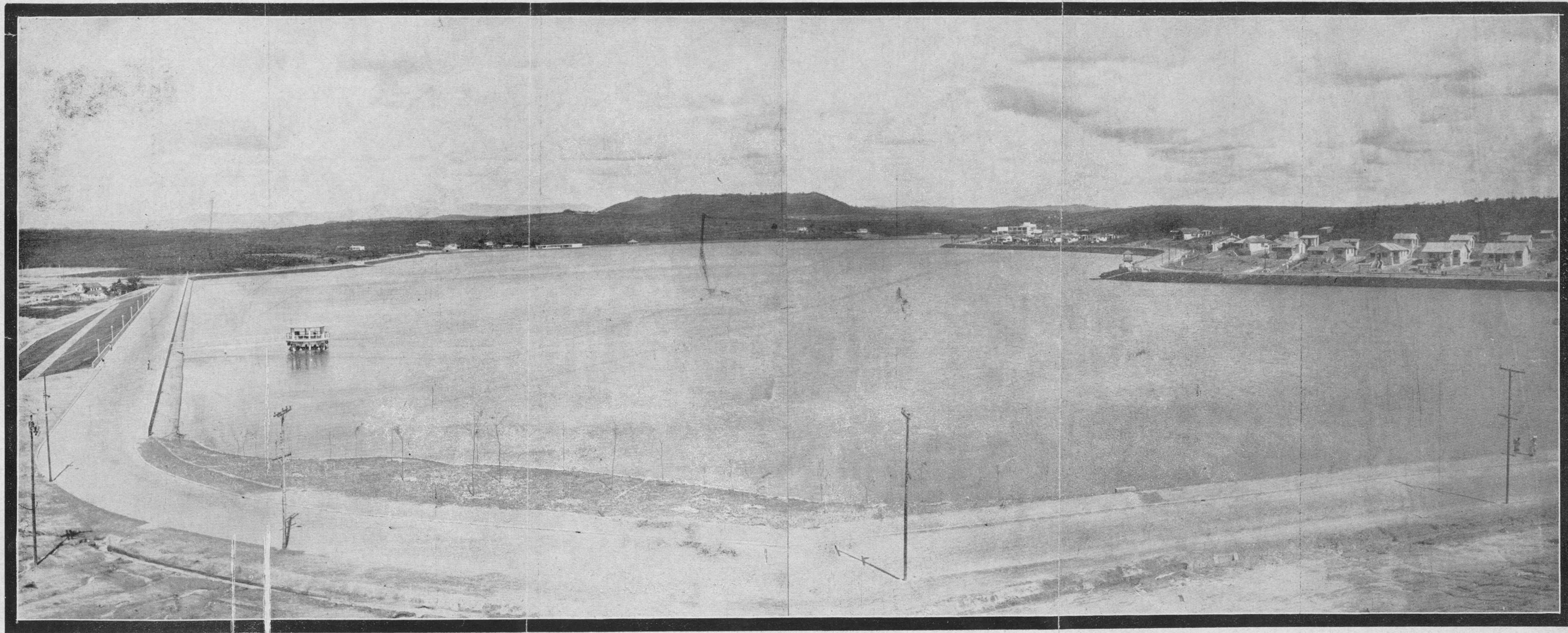


[38-0 V]

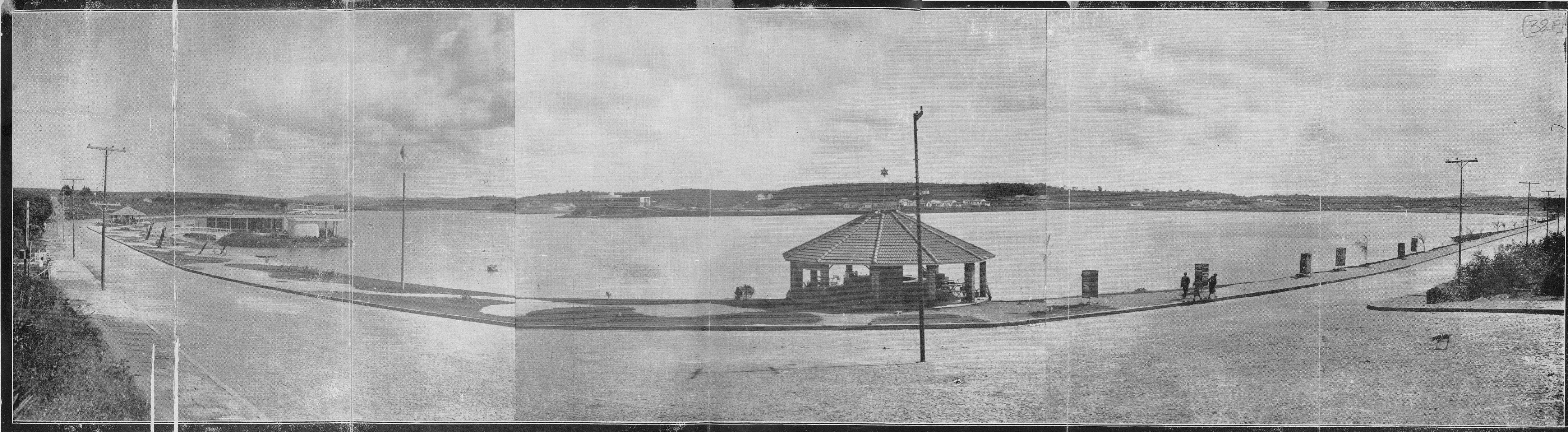
[P. 83]

PAMPULHA — O lago,
em formação, vendo-se
a comporta circular e a
Barragem.





UMA VISTA DO LAGO, DESTACANDO-SE A BARRAGEM.



MAGESTOSA VISÃO DO LAGO DA PAMPULHA, VENDO-SE O CASSINO, O IATE GOLFE, O BAILE E, AO FUNDO, Á DIREITA, A BARRAGEM

to, alvenaria e terra que, com uma altura de quase 18 metros, sustém todo o volume d'água que fórma o amplo lago artificial de Belo-Horizonte.

Fôra originalmente estudada e suas obras iniciadas no propósito de elevar-se à cota 111,500, com um nível de lâmina d'água a 110,000 e prevista a acumulação aproximada de 7 milhões de metros cúbicos de água, inundando uma área de cerca de 180 hectares.

Em 1940, atendendo à destinação da reprêsa, resolvemos ampliar aquele serviço, elevando-o ao triplo, isto é, a acumulação d'água, para o que se fez com que a barragem atingisse a cota de 117,000, com um nível d'água de 115,500.

O comprimento anterior da barragem, que era de 272 metros, se estendeu para 450 e a área inundada aumentou de 130 para 220 hectares. Tal ampliação determinou também o alargamento da base, de 54 para 87 metros e, de 7,50 de largo, na crista, se passou, uma via de 11 metros, tôda ela revestida de paralelepípedos, e com a qual se estabeleceu a continuidade da avenida Getúlio Vargas.

Com todos êsses acréscimos, o volume da barragem, que era estimado em 87.621,000 m^3 , passou para 311.491,000, e em igual proporção se estenderam os acréscimos às outras obras de defesa do mesmo serviço: consolidação da torre de tomada de água, modificação de seus registros, aumento de extensão no canal de fuga e sua retificação, com 130 metros de alvenaria de pedra, prolongação do vertedouro e novos drenos, que absorveram 2.500,000 m^3 de pedra. A bacia propriamente dita exigiu obras novas e assim foi que, numa área de cerca de 80.000,00 m^2 , foi necessário um rebaixamento para a cota de 114,500, afim de que dela se retirassem 5.000,000 m^3 de terra. Tal serviço permitiu que se criasse nesse local uma pista para regatas, com 2.000 metros de extensão.

AVENIDA GETÚLIO VARGAS

E' uma das maiores avenidas que se conhecem, pois se desenvolve numa extensão de 18.300 metros, contornando tôda a lâmina d'água da reprêsa da Pampulha. Para sua abertura e regularização, fôram escavados, entre 1940 e 1941, 444.565,000

ms.³ de terra, exigindo sua consolidação várias obras protetoras. Entre essas, mencionam-se 67 metros de boeiros, 257 metros de drenos em manilhas, alicerces para proteção de trechos de atêrros, que absorveram 1.620,000 ms.³ de pedra e uma rede de esgotos, que se desdobra em 7.470 metros. Sua pavimentação em alvenaria poliédrica, se desdobrou sobre 169.500,00 ms.², excetuando-se a parte sobre a crista da barragem, onde se empregam paralelepípedos e um pequeno trecho, no final da avenida Pampulha, cujo calçamento é do tipo asfáltico.

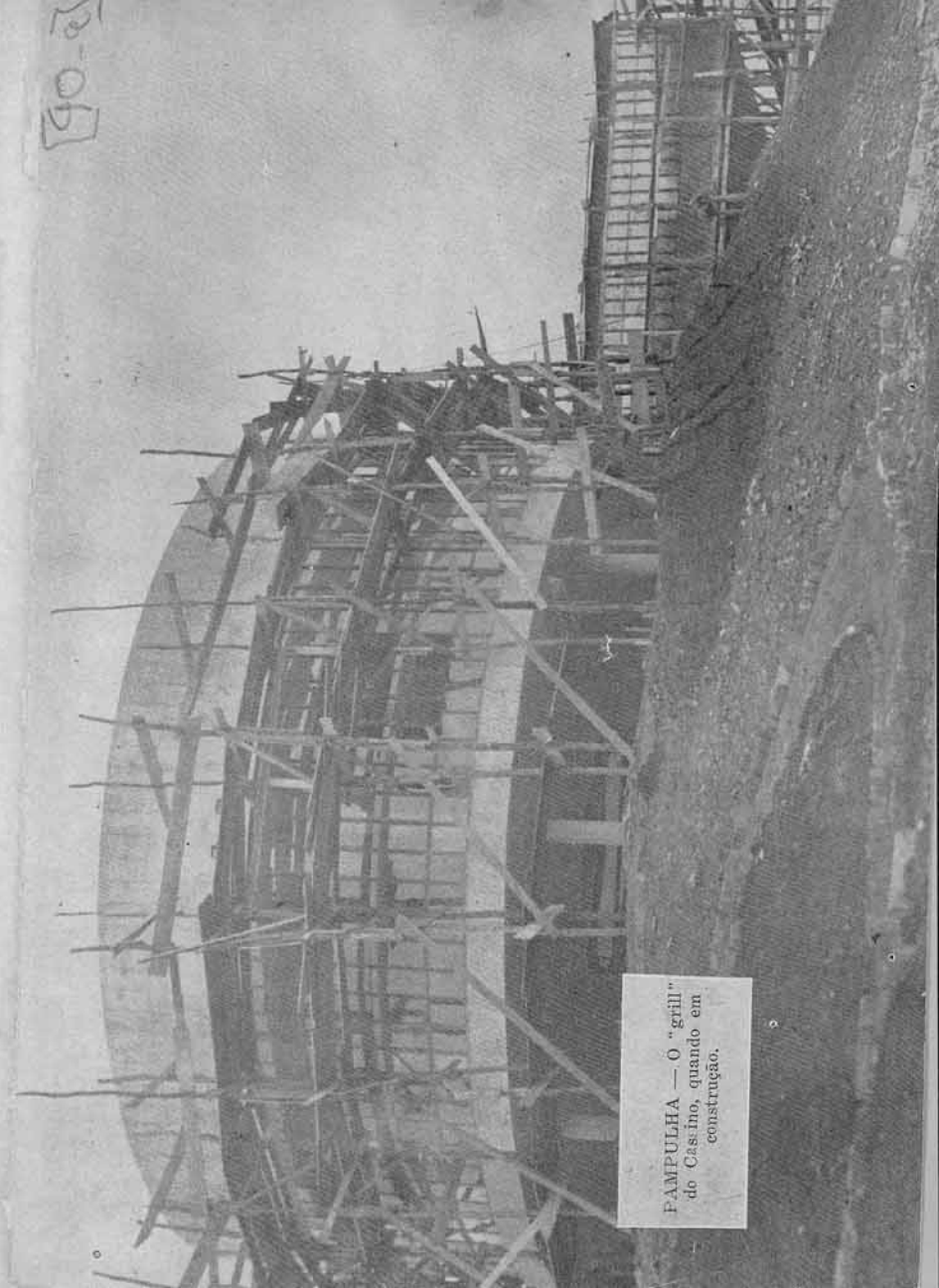
A longa avenida mede a largura de 15 metros sendo 9 para a pista e 3 de cada lado para os passeios. Do lado interno, tôda a via pública está sendo arborizada com palmeiras imperiais, cujo plantio se faz aceleradamente. Também a iluminação elétrica se vai instalando, com a distensão da rede própria. Em volta dessa avenida, que, sem dúvida alguma, constitue um dos motivos de embelezamento do novo bairro, já apareceram as primeiras residências particulares, numa demonstração de que a iniciativa particular, acompanhará, com interêsse, a administração municipal, valorizando ainda mais a Pampulha, tornando-a o bairro essencialmente residencial, de vida campestre.

Construídas em lotes de área mínima de 1.000 metros quadrados, e obedecendo a um plano próprio para o local, em harmonia com a natureza, as residências da "Cidade Satélite" constituirão um dos fatores de desenvolvimento rápido daquele bairro da capital.

O CASSINO

Com o duplo intuito de transformar a Pampulha num centro de vida ativa para os seus moradores e para a população da cidade e fazer aí um dos pontos de atração do turismo nacional e mesmo internacional, elaborou a Prefeitura um plano de obras não apenas de caráter monumental, mas, ainda, de valor urbanístico, turístico, social e esportivo.

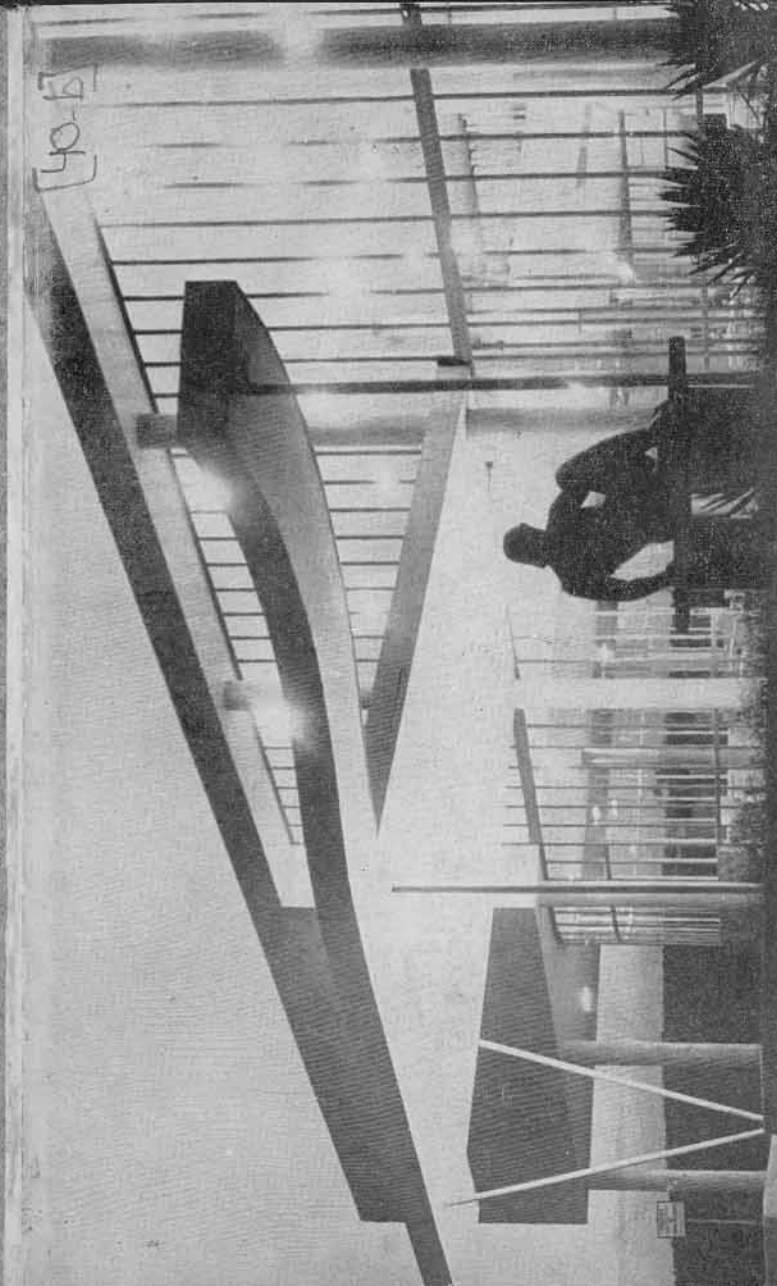
Nesse múltiplo sentido, promoveu toda a pavimentação da pista em derredor do lago e construiu o Cassino, o Baile, o Iate Golfe, a Estação de Tratamento D'água, os Postos Médico e Policial e tem ainda em estudos para breve realização de obras importantes e diversas que assegurem a continuidade do desenvolvimento daquele centro, dentre as quais se destaca o Parque.



FAMPULHA — O "grill"
do Cassino, quando em
construção.

[40-a V]

[40-a]



PAMPULHA — Entrada para o Cassino.

[40-b v]

[40-c]

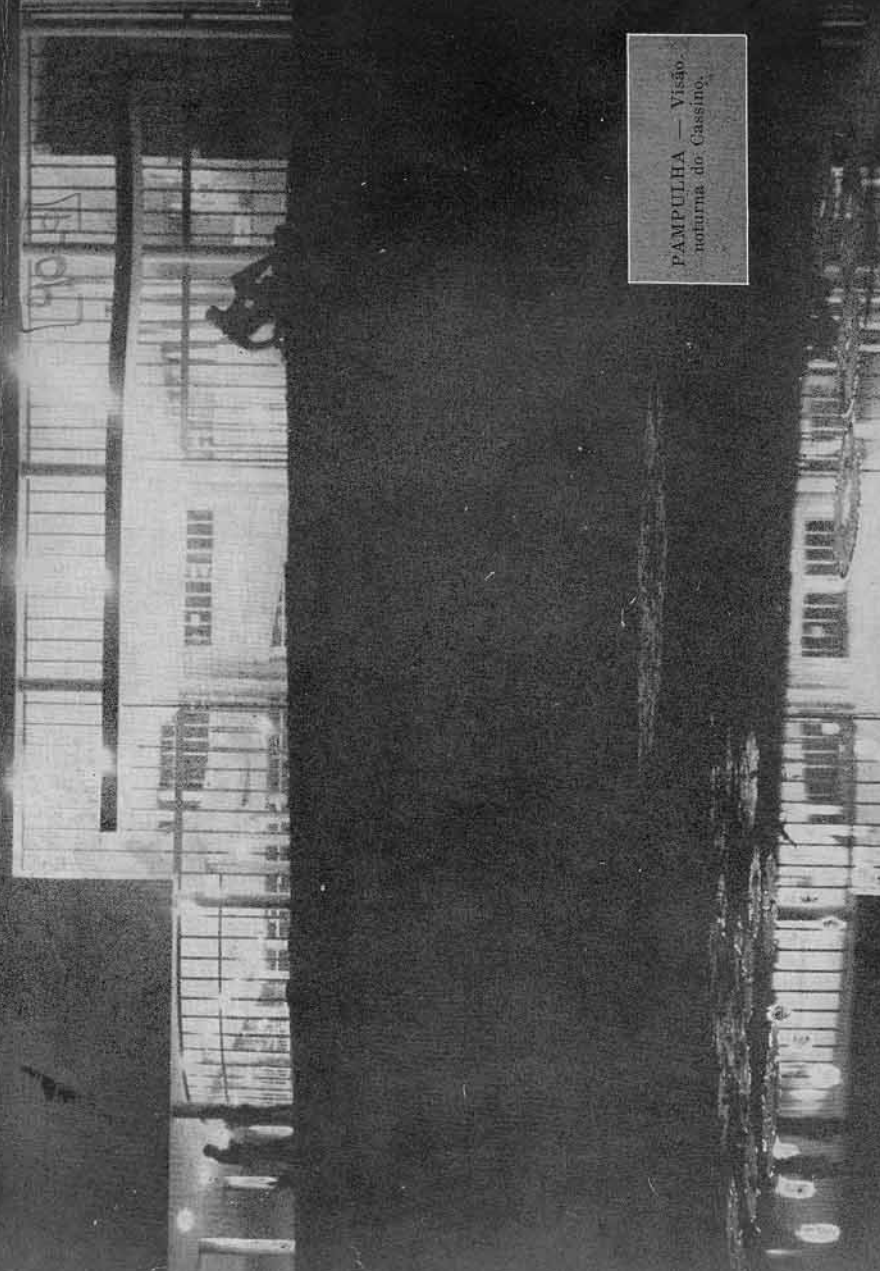
Cassino — Outra vista
da entrada



[40-6 V]

61

PAMPULHA — Visão
noturna do Cassino.



[40-d v]

[40-e]

PAMPULHA — Vista
geral do Cassino, to-
mada do Iate Golfe
Clube.



62

[40.e v]

[40.F]

63

Encantadora visão de
lago, à tardinha, mos-
trando o Cassino, ao
fundo

No conjunto das construções já ali ultimadas, é o Cassino, sem dúvida, a que mais se destaca, tendo o seu projeto sido confiado a um dos mais competentes engenheiros nacionais, o dr. Oscar Niemeyer Filho.

Ergue-se num promontório, projetando-se para o lago, em estilo moderno, em concreto-armado, oferecendo em conjunto um inédito aspecto de arte e bom gosto. Está a oito metros acima do nível das águas, todo cercado de jardins, com desembarcadores que permitem o acesso pela parte do lago. Plantas aquáticas serão colocadas no lago, dos três lados que cercam o promontório.

O jôgo de dimensões permite uma visão agradável e sugestiva. Está dividido em duas partes, uma para jogos e outra para o "grill-room". Nesta, a pista de dança é toda de vidro, iluminada com lâmpadas fluorescentes e provida de um moderno processo que permite a variação rápida das côres. Há um elevador automático, por onde podem subir e descer os artistas. De conformação circular, o "grill-room" é todo de paredes de vidro, ornamentado ainda com "brisolés" de fino acabamento e com cortinas apropriadas que o tornam mais atraente. O teto é formado por uma cúpula toda revestida de material absorvente do som. A iluminação do "grill" permite dezenas de variações, sendo ainda dotada de projetores. O palco, que tem ligação direta com os camarins, oferece agradável conjunto pela harmonia das cortinas com a iluminação. Pela disposição do palco e da pista de dança há perfeita visibilidade de qualquer ponto do "grill".

Na outra parte, no pavimento superior, se encontram os salões de festas, em comunicação com o andar térreo por meio de um plano inclinado muito suave, que dispensou inteiramente as escadas. As paredes são de vidro, exceção apenas da do lado do "grill", que é bastante castigada pelo sol, à tarde, motivo por que tem um poderoso quebra-sol, de modo que a temperatura é sempre amena e agradável, quer no "grill", quer no salão.

Todo o salão de festas se reflete em espelhos de cristal, colocados na parte esquerda, o que é de efeitos surpreendentes. Também as paredes dos planos inclinados e do lado interno do "hall" e do salão, na parte onde não há vidros, são revestidas de mármore argentino de bellissimas côres.

Existe uma sub-loja destinada à cozinha, instalações sanitárias e demais dependências necessárias aos que trabalham no edifício. As instalações de "toilette" foram estudadas e realizadas para oferecer conforto aos frequentadores do Cassino, o mesmo acontecendo às demais instalações do prédio.

A iluminação é inteiramente indireta, não apresentando lustres nem "plafonniers" pendentes do teto. E' feita por meio de lâmpadas de brilho prateado, ajustadas a refletores embutidos no teto.

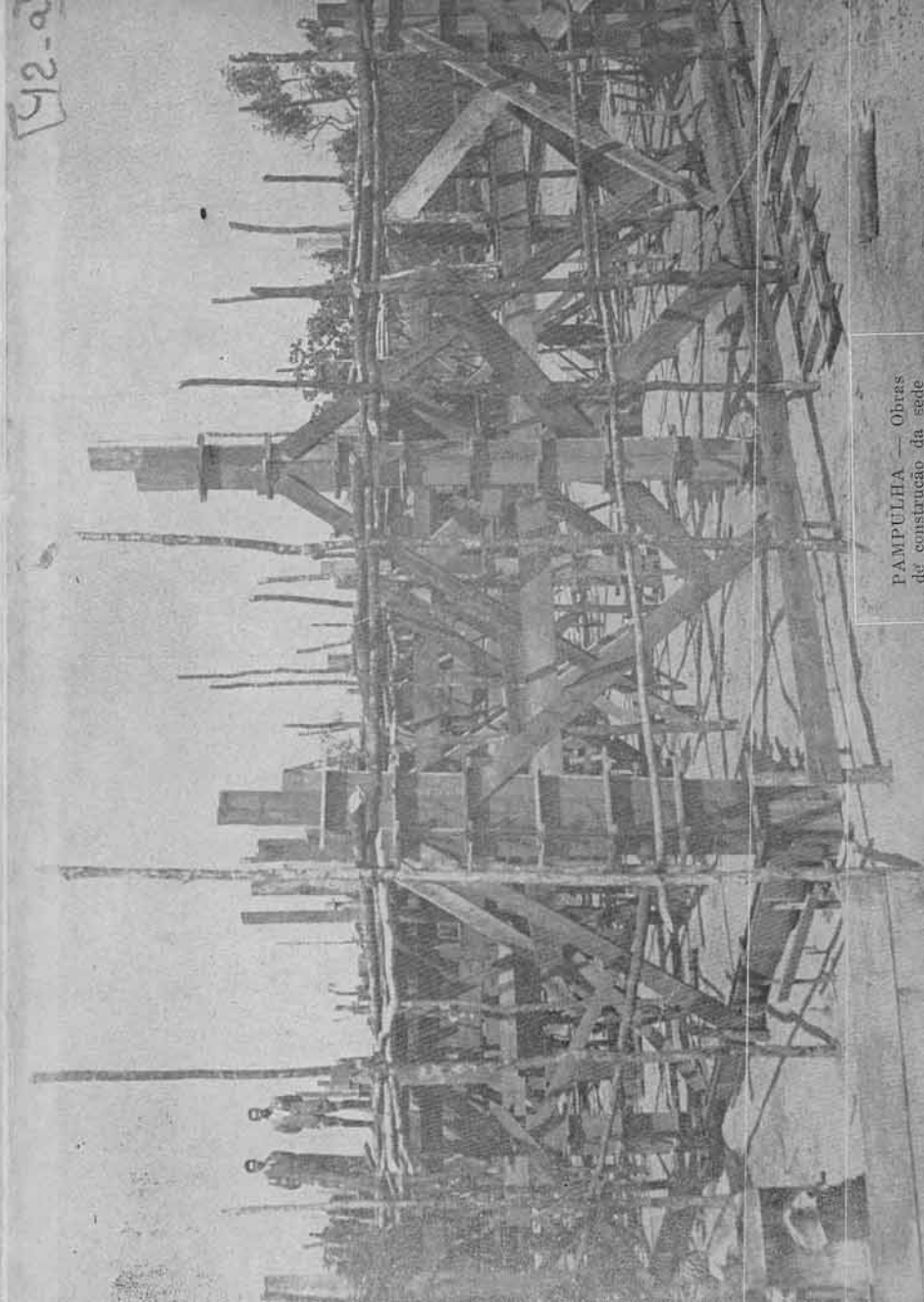
Sob o "grill-room", localiza-se o bar, em comunicação direta com o "hall". E' o bar todo envidraçado, com vista livre para o lago, em tôda a sua extensão.

Os móveis confeccionados especialmente para o Cassino, pela firma Lausbisch & Hirth, estão em perfeita consonância com o estilo da obra. São em páu marfim e veludo. Os do "grill-room" e da sala de festas, onde tudo é da melhor qualidade. Na sala de espera, além dos móveis próprios em couro e páu marfim, foram colocados tapêtes persas. As cortinas e "stores", em todo o edifício, impedem a ação dos raios solares, sem, no entanto, constituir impecilho à ventilação, pois são móveis. O "grill" e o salão de festas são revestidos de passadeiras, em tôda sua extensão.

Procurámos, desta forma, preparar o Cassino para o turismo. Visámos, antes de tudo, dar à Belo-Horizonte uma obra que não só refletisse o seu vestiginoso progresso, como ainda se tornasse um espelho da cultura mineira. E para isso, não medimos esforços no sentido de dar à capital uma obra original, atraente e moderna, assim como de aparelhá-la convenientemente.

A cozinha foi dotada de dois fogões a óleo, assim como de um forno de capacidade relativa às necessidades do "grill". Tem ainda câmara frigorífica e todas as instalações que uma cozinha moderna reclama. E' também junto a esta parte que se acham o almoxarifado e as instalações para direção e para os empregados do Cassino.

À entrada, com finalidade ornamental, será colocada artística estátua, em bronze, sôbre pedestal de granito.



PAMPULHA — Obras de construção da sede

192-a

X

[42-a v]

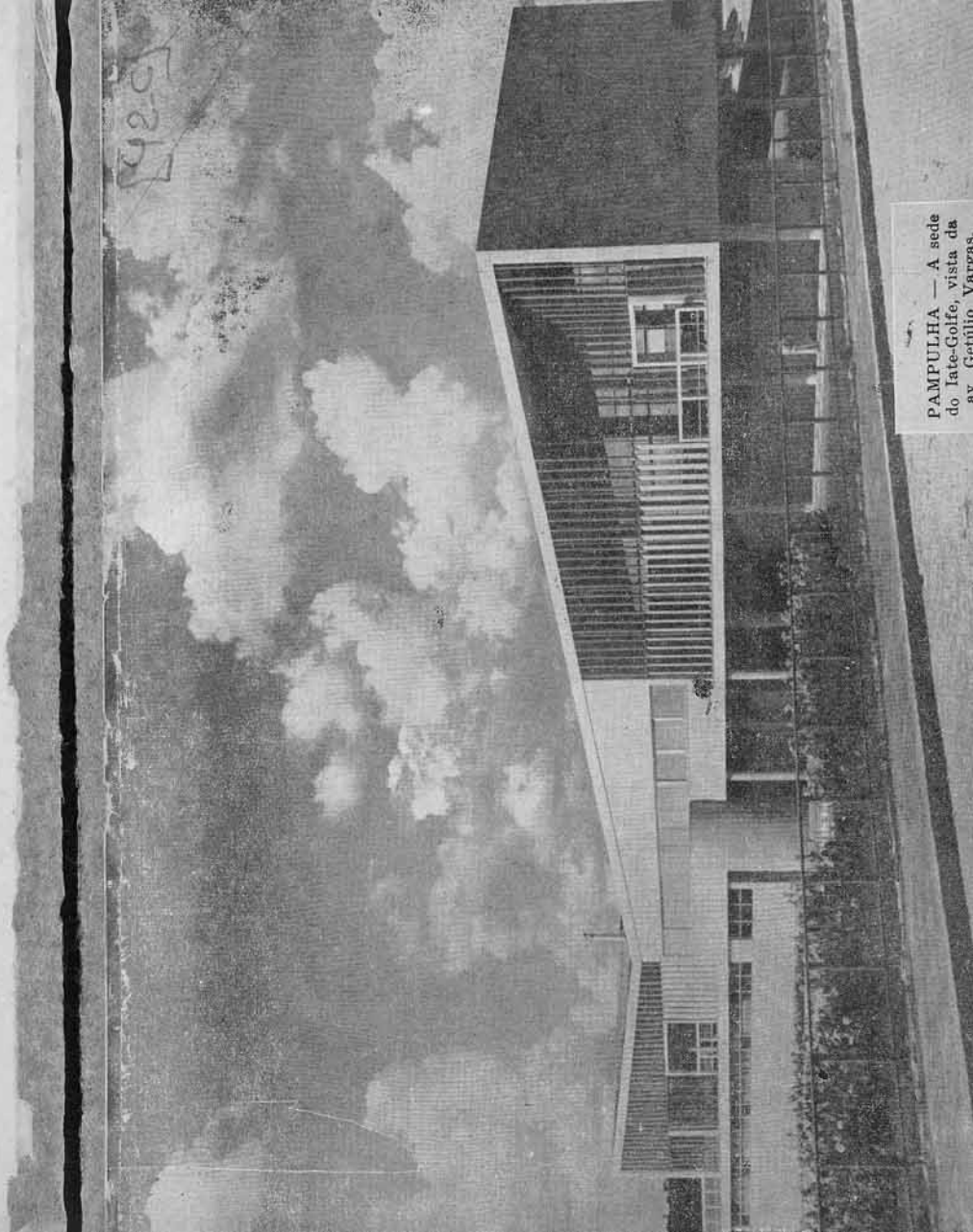
[42-b]



PAMPULHA — Obras
de construção da sede
do Iate-Golfe.

[42-b v]

[42-b]



PAMPULHA — A sede
do Iate-Golfe, vista da
av. Getúlio Vargas.

[2-c v]

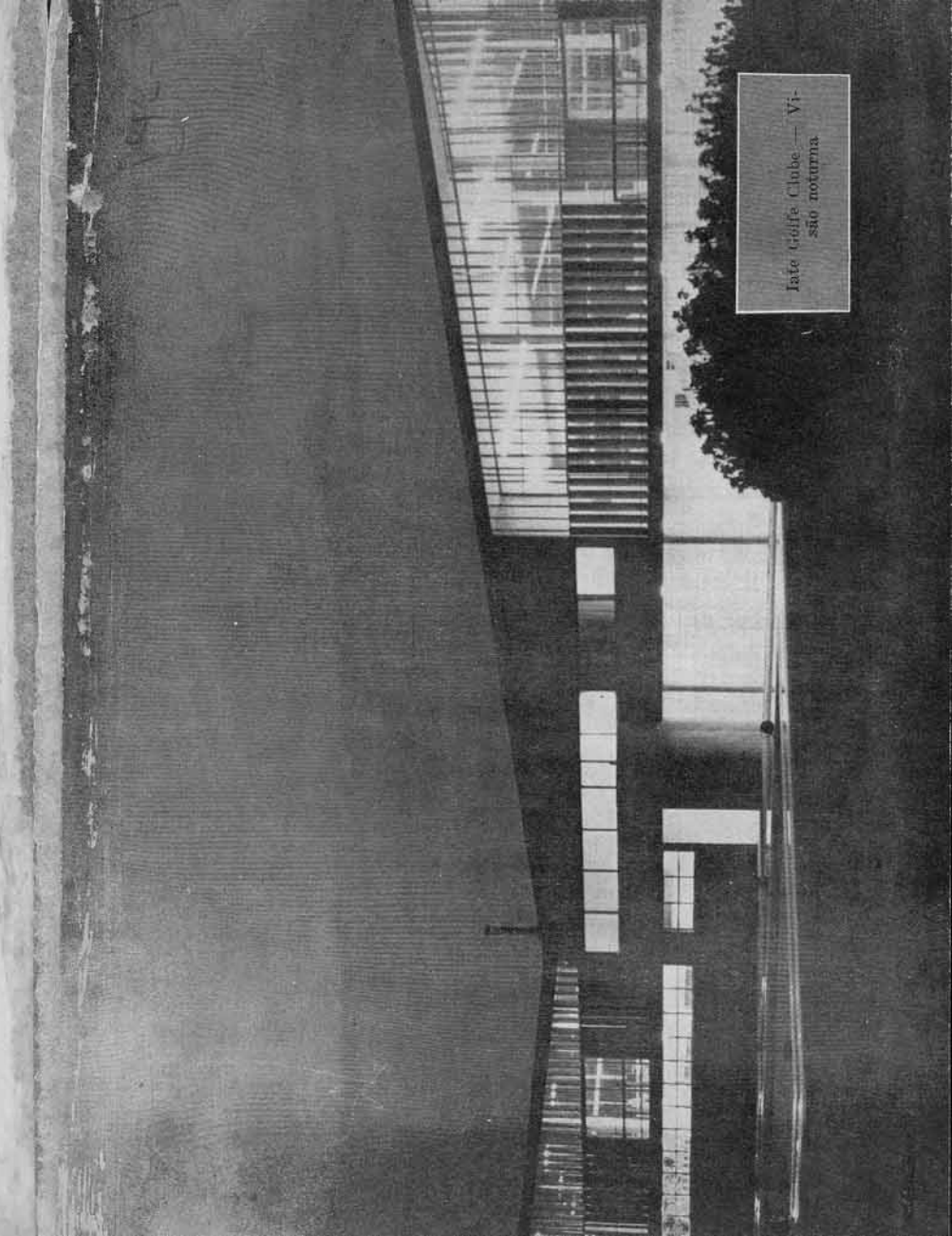
[2-c]

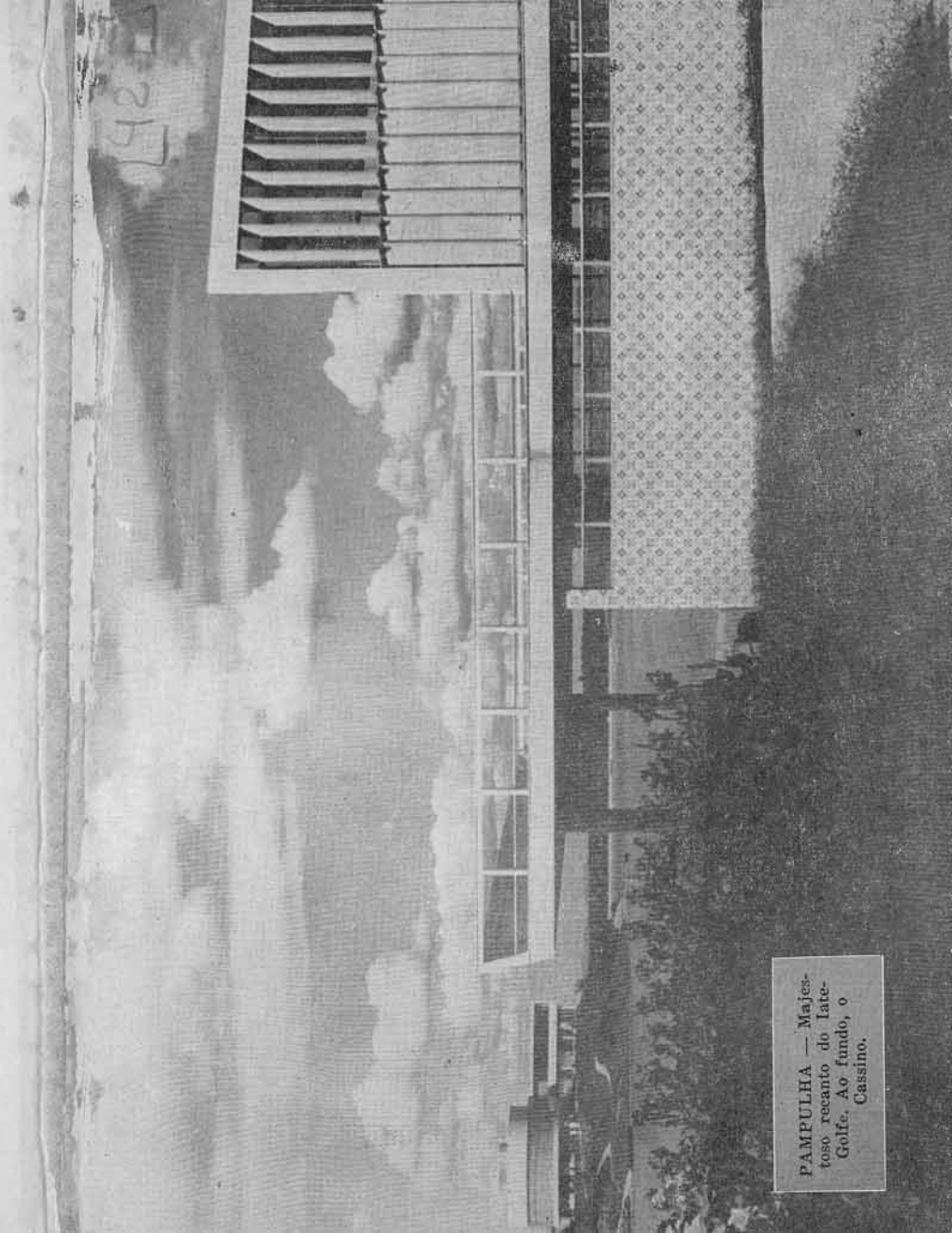
PAMPULHA — Outra
vista do late Golfe, to-
mada do lago.

[42.d v7]

69

Foto Griffe Clóbe — Vi-
são noturna





PAMPULHA — Majes-
toso recanto do late-
lote. Ao fundo, o
Casino.

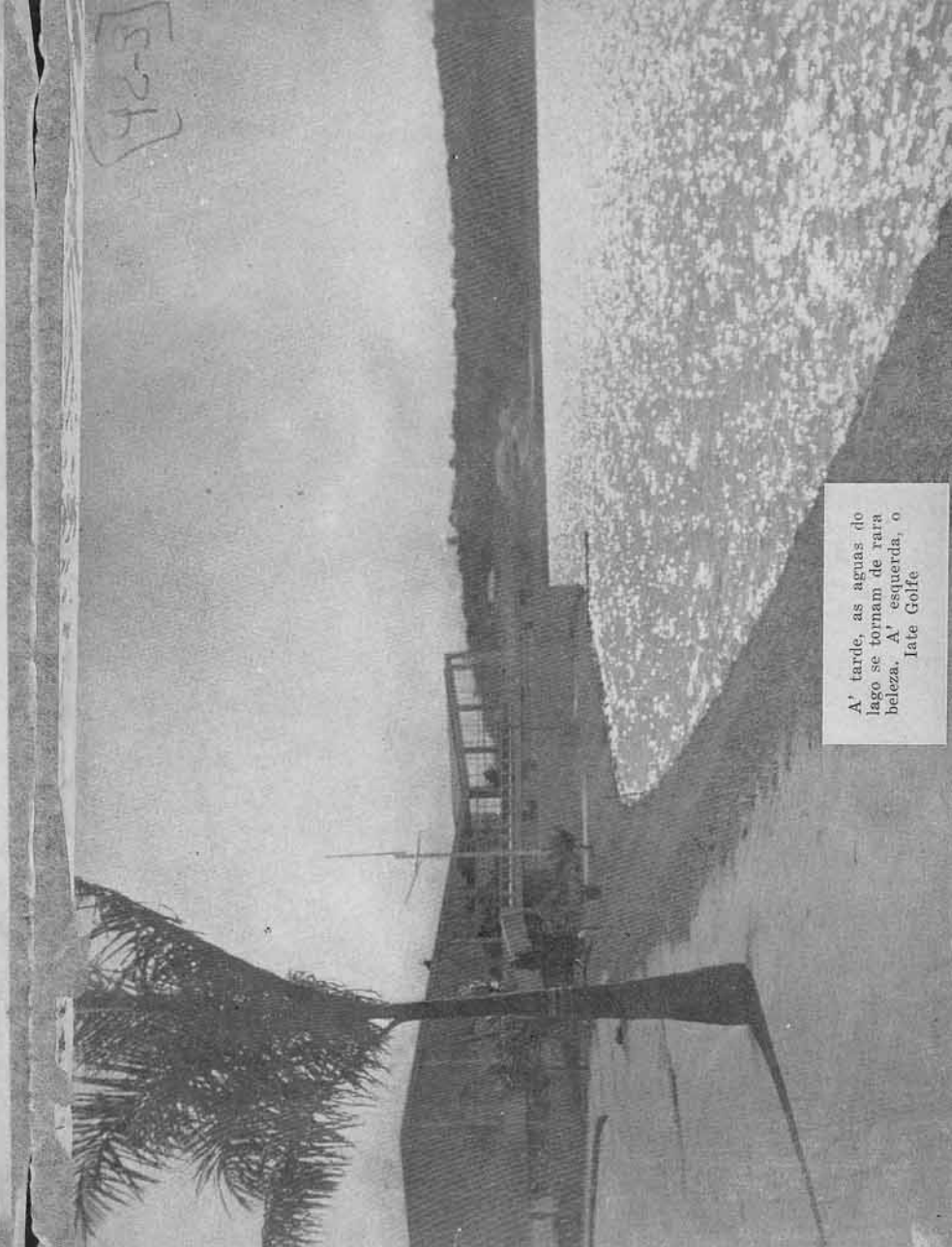
[42-f v]

[5-21]

A' tarde, as aguas do lago se tornam de rara beleza. A' esquerda, o late Golfe

71

70 1/2 1/2 6
70 1/2 1/2 6
70 1/2 1/2 6



O IATE GOLFE CLUBE

Não estaria completa a Pampulha se ali não fossem feitas obras destinadas ao aperfeiçoamento físico do homem, pelos exercícios esportivos. O próprio lago, com suas dimensões imensas, era um convite à administração, para que não tardasse com os trabalhos destinados à prática dos esportes.

Não hesitámos em dar à Pampulha os elementos destinados ao aprimoramento do corpo. Conhecedores que somos da importância dos exercícios ao ar livre, preparámos um centro de prática intensiva dos esportes, ao mesmo tempo que, como no Minas Tennis Clube, foi visada a parte recreativo-social. Surgiu, então, o Iate Golfe Clube, dotado de instalações modernas e que, em breve, estará com todas as obras concluídas, para que esportes como os do remo e da vela possam ser praticados pela mocidade, completando-se as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça, do qual o Minas Tennis Clube é centro irradiador.

A construção obedece às mesmas características do Cassino, tendo sido também projetada pelo engenheiro Oscar Niemeyer Filho.

Seu amplo e moderno edifício conta, na parte térrea, com alojamentos especiais para os departamentos técnicos do clube, garage, sala de massagens, de curativos, diretoria, secretaria, etc.. No pavimento superior, está localizada ampla sala de festas, com largas varandas abertas para o lago. Completando a obra, foi construída, ao lado, uma piscina de 25x12, com iluminação interna e embutida, de acordo com a técnica moderna para obras dessa natureza, possuindo ainda perfeita aparelhagem para filtração e tratamento d'água, preparando-se finalmente, três "courts" de tennis, uma quadra de "basketball", e um "play-ground", projetado conforme as experiências mais avançadas, para a cultura física e diversão das crianças. Para prática do remo, tem completa frota de barcos, dos tipos mais apropriados a esse esporte.

O BAILE

Com a finalidade de criar na Pampulha um centro de reuniões populares, a Prefeitura mandou projetar o edifício do

Baile, local destinado às diversões populares, havendo, portanto, duas finalidades na execução desta obra — a de valorização artística da Pampulha e a função social, como diversão sadia para o povo.

O Baile é um edifício em forma redonda, em estilo também moderno e atraente, com as paredes externas revestidas de azulejos com desenhos em cores azul e branca, especialmente feitos para a obra, e internamente coberto de madeira clara, tendo um salão com a área de 300 metros quadrados para as dansas. Está situado numa ilha artificial, do lado oposto ao do Cassino, ligado à avenida Getúlio Vargas por uma ponte artística com 11 metros de vão. Uma parte das paredes é em vidro, tornando a visão para o lago completamente livre.

No fim do primeiro semestre de 1942 deverá estar a construção completamente terminada. A par do salão de dansas, possui magníficas instalações para bar e restaurante, com aparelhagem moderna e completa.

Pelas suas linhas originais e pelo seu acabamento fino, o Baile será um dos pontos mais atraentes da Pampulha, estando situado na parte mais próxima do centro da capital, assim como entre jardins, visto estar toda a faixa, entre a avenida e o lago, projetada com motivos ornamentais.

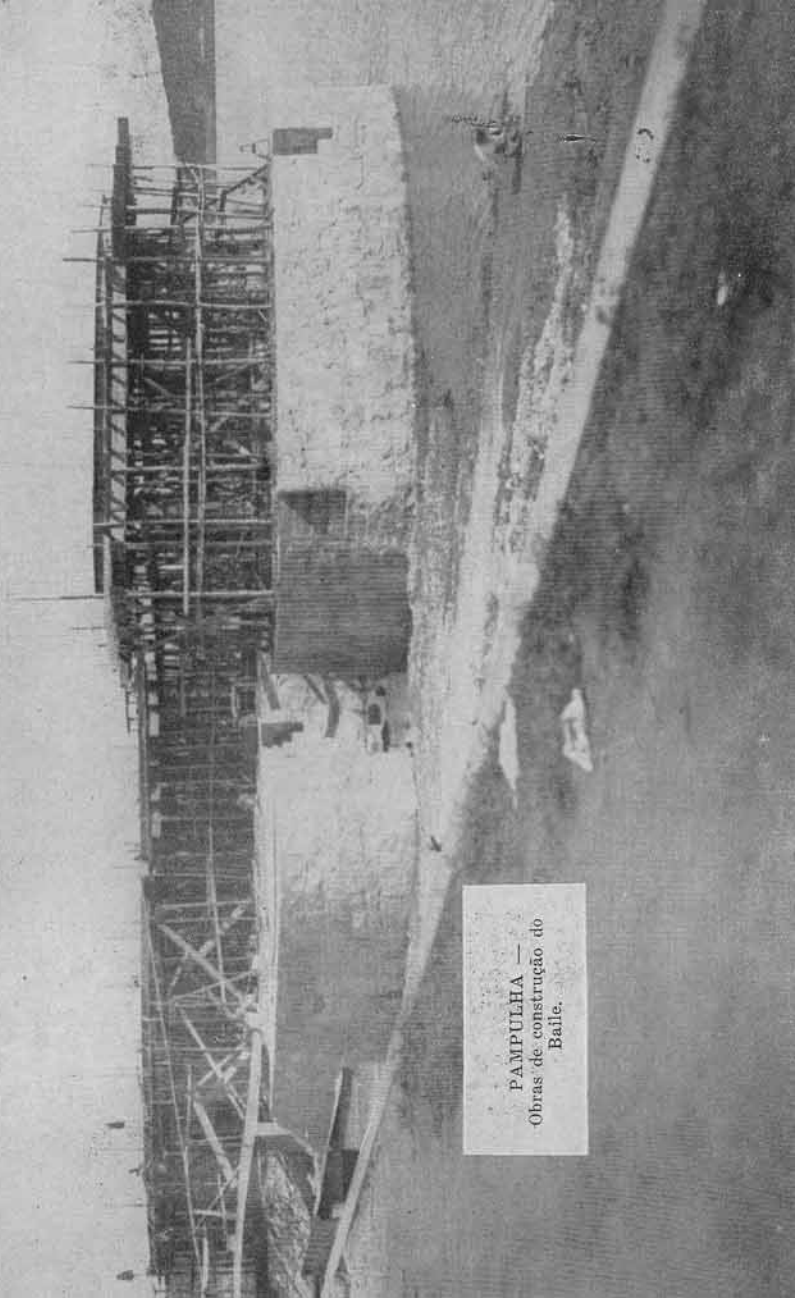
Em conjunto, é o que a Pampulha representa para a cidade. Cada uma das realizações da Municipalidade se completa por outra, de maneira que, isoladamente ou no todo, as obras visam dar a Belo-Horizonte o que ela de há muito parecia reclamar — o incentivo ao turismo.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA

Procurámos dotar a estação de tratamento de água da Pampulha do que há de mais moderno na engenharia moderna. Contém todos os requisitos adotados nas maiores estações do mundo.

A aquisição da moderníssima estação demandou insano trabalho, pois em vários países foram pedidas propostas, com detalhadas especificações, de maneira a se obter o que hoje representa o máximo de perfeição na técnica de purificar a água potável.

[44-a]



PAMPULHA —
Obras de construção do
Baile.

[44-a V]

Baile — Outra vista,
tomada do lago

[44-b v]

PAMPULHA: — Belis-
sima visão do "Baile".



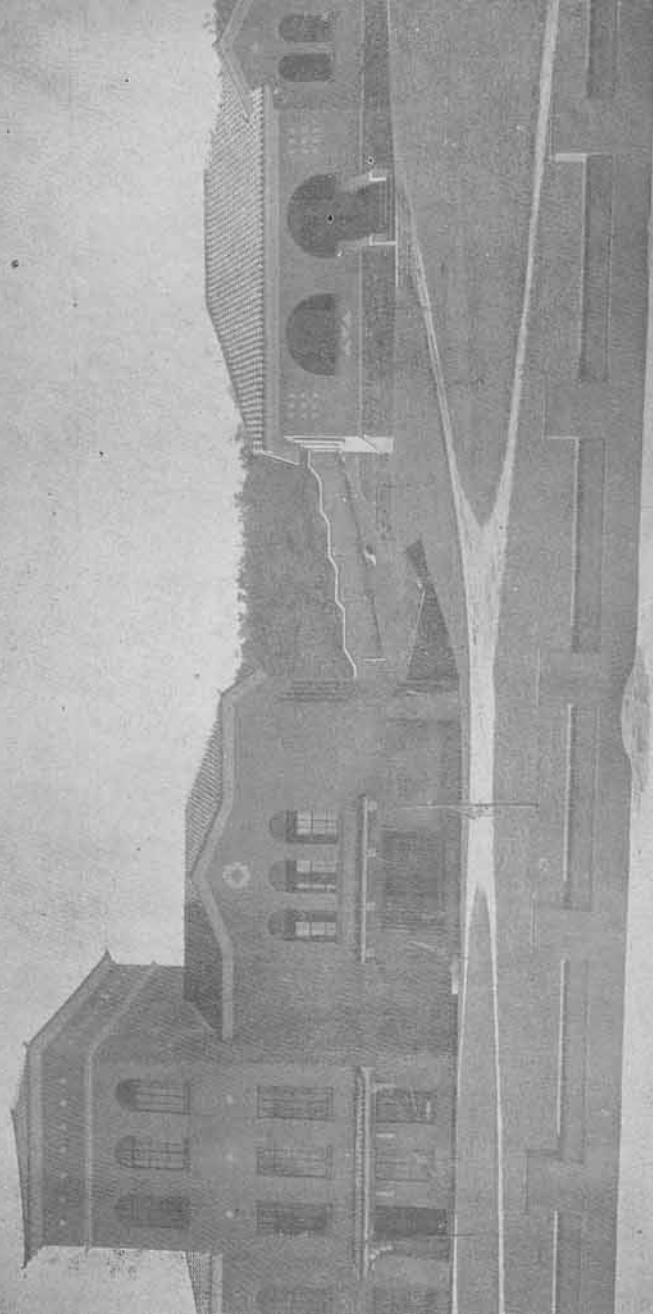
[44-0 V]



PAMPULHA — Outra
vista do Baile, vendo-se,
ao fundo, o lago.

[44-d-v]

[44-e]

Estação de tratamento
d'água da Pampulha

A capacidade de purificação da estação é de 2.000 metros cúbicos em 24 horas, aproveitando-se a água do próprio lago.

Esta estação é dotada do mais moderno equipamento compatível com a capacidade e qualidade da água a tratar.

Assim é que foi previsto o comando hidráulico dos filtros, comando este que torna mais fácil e rápida a manobra dos mesmos; foi também previsto o equipamento mais moderno para o controle do funcionamento desses filtros, como sejam os indicadores de perda de carga e vazão e os "controllers" de vazão e de água de lavagem; também o aparelhamento de dosagem de cal e sulfato está equipado com dispositivos automáticos, por meio dos quais se obtêm essas dosagens em função do volume de água a tratar; com esses dispositivos obtém-se automaticamente a dosagem adequada, qualquer que seja o volume de água crua reduzida, o qual, certamente, sofre variações, seja por se desejar, em determinados instantes, menor quantidade de água, seja por variação na ciclagem, seja pela manobra eventual do registro. Tratando-se de instalação que de início está trabalhando com pequeno volume, irá aumentando, à medida que for progredindo o número de construções à beira do lago. Foi prevista a instalação de três grupos de recalque de água crua e três grupos de recalque de água filtrada, sendo dois com capacidade para 1.000 metros cúbicos em 24 horas, instalados para trabalhar qualquer um deles, isoladamente; obteve-se, assim, uma elasticidade muito vantajosa, visto poder a estação trabalhar com as capacidades de 500, 1.000, 1.500 ou 2.000 metros cúbicos por dia.

Especial atenção mereceu a dosagem do cloro e amônia e seu controle.

Fôram previstos dispositivos destinados à íntima mistura das cloraminas com a massa de água e pontos de tomada de amostras, dentro da estação, para ser possível, com facilidade e rapidez, controlar e manter a dosagem de 0,22 p.p.m. de cloro residual depois de 10 minutos; em seguida, a água, com esse cloro residual, passa para uma caixa em que permanece durante 30 minutos disposta em forma a se poder facilmente colher amostra da água saída, para o exame bacteriológico, dentro da estação; dessa caixa, finalmente, a água cai no poço de sucção para ser encaminhada ao reservatório distribuidor.



Com tais dispositivos e facilidade de contrôle, tem-se garantida em gráu máximo, a distribuição de água, isenta de qualquer germe patogênico.

A descrição geral da estação é a seguinte:

a) — Arejador e canais de reação:

Para a oxidação de pequena quantidade de ferro, há um arejador na entrada de água crua.

Para a mistura dos coagulantes com água crua, fôram adotados chicanas, tipo horizontal, com velocidade e tempo de contacto conveniente; êsse tipo de misturador tem dado os melhores resultados em muitas estações, no Brasil e no estrangeiro.

b) — Decantadores:

Há dois decantadores, com capacidade total para 4 horas de sedimentação; cada bacia tem dimensões relativas para o máximo aproveitamento de sua capacidade volumétrica e dotada de todos os acessórios necessários à sua maior eficiência, como sejam as comportas de admissão imersas, que distribuem a água com uniformidade, as canaletas de coletas, com vertedores e "stop-logs", os canais e comportas de descargas.

c) — Filtros:

Dos decantadores, a água passa para os filtros, tipo rápido, de gravidade, equipados com material da Internacional Filter Co., cuja lavagem é feita por contra-corrente de água em alta velocidade.

O material filtrante é composto de pedregulho em quatro granulações e areia com "tamanho eficiente" e "coeficiente de uniformidade" de acôrdo com as normas técnicas americanas.

Para a lavagem dêsses filtros, há um reservatório elevado com capacidade bastante para também abastecer a aparelhagem química da estação.

A areia filtrante total é suficiente para a filtração de 2.000 metros cúbicos por dia, com velocidade de filtração de dois galões por pé quadrado e por minuto, velocidade "standard" americana para filtração de água destinada a abastecimento público.

Para a manutenção dessa velocidade de filtração, desde o instante de uma lavagem, em que o filtro está completamente limpo, até o momento em que está sobrecarregado no máximo pelas impurezas da água decantada, ou em outras palavras, para a estrita constância da velocidade de filtração (que redundará na constância da qualidade de água filtrada), durante o intervalo entre as perdas de cargas mínima e máxima, fôram adotados reguladores automáticos de vasão.

E para a uniformização da velocidade de água de lavagem, foi adotado também um regulador de vasão de lavagem; assegurada com êsse dispositivo uma vasão uniforme de água de lavagem e garantida pelo sistema de drenos inferiores propostos uma distribuição uniforme dessa água, tem-se garantida, para os filtros, uma lavagem perfeita, operação essencial para sua eficiência e longa durabilidade.

Os filtros são cobertos, o que permitiu dotar a estação de uma "sala de filtros", abrangendo-os e o corredor de comando, peça esta de notável aparência.

Neste corredor de comando, além das mesas de manobra, foi montada uma mesa-hidrosκόpio, com dois balões esféricos de vidro, sendo um para água crua e outro para água filtrada (a água nos balões em movimento contínuo por meio de trompas); esta mesa, de fabricação nacional, tem fôrma e aparência semelhante às mesas do comando, revestida de mármore nacional e com portas frontais de madeira compensada.

Também foi colocado nesse corredor um indicador de nível elétrico ligado ao reservatório de lavagem.

d) — Aparelhagem química:

Esta aparelhagem é em duplicata, cada uma para 12 horas de carga, ampla dosagem e concentrações baixas.

Para a coagulação, está a aparelhagem provida de dispositivos automáticos, que garantem uma dosagem proporcional ao volume de água a tratar; são de grande utilidade êstes dispositivos, uma vez que durante largos períodos de tempo é de se esperar uma qualidade uniforme de água do lago e variações mais ou menos frequentes dos volumes de água a tratar.

Fôram instalados um extintor de cal, dois tanques de preparação de solução de sulfato de alumínio com agitação mecânica, dois dosadores de solução de sulfato e dois misturados

res-dosadores de solução de cal, e êstes últimos providos de dispositivos de dosagem para aplicação em dois pontos para a coagulação e para a correção do PH da água filtrada.

e) — Aparelhagem de esterilização:

Fôram adotados aparelhos para a dosagem de cloro de amônia da reputada fábrica "Wallace & Tiernam", para cloro líquido em solução; êstes cloradores dotados de aparelhos automáticos que trabalham em função da altura da água na canaleta de água filtrada, independentes, portanto, dos automáticos para água crua. Dêste modo, a dosagem das cloraminas é mais rigorosa, visto que a ligação dêsses aparelhos com os proporcionadores ligados aos tubos de água crua, não lhes poderia conferir uma exatidão rigorosa, considerando que, cessado o recalque de água crua, ainda passaria para a canaleta de água filtrada o excesso de água contido nos decantadores dos filtros.

Com o equipamento acima indicado, tem-se uma estação de tratamento moderníssima, com todo o material aconselhado pelas grandes fábricas.

O reservatório de distribuição, construído a 50 metros acima do nível da avenida que contorna o lago, tem capacidade para acumular 720.000 litros de água, sendo sua construção de concreto-armado.

Já funcionando normalmente, a estação está fornecendo água à Pampulha, em perfeitas condições de potabilidade, ao mesmo tempo que põe em relêvo as possibilidades futuras de aproveitamento do imenso volume de água acumulado, para distribuição ao bairro.

POSTOS MÉDICO E POLICIAL

Como núcleo novo de habitação, situada a cêrca de 10 quilômetros do centro urbano, a Pampulha deveria ser aparelhada para prestar assistência médica não só aos seus habitantes, como ainda aos que alí procurarem o descanso das atividades quotidianas. Criámos, então, o Posto Médico, dotando-o de séde e aparelhamento próprios, afim de se obter melhor rendimento.

Para isso, construímos o edificio situado na parte externa da avenida Getúlio Vargas, a cêrca de 200 metros do



Edifícios onde funcionam os Postos Médico e Policial (ao fundo) da Pampulha

[48-9]

Baile. Com instalações confortáveis, tem acomodações para cinco ambulatórios, sendo um deles de pesquisas clínicas, os quais em breve serão convenientemente aparelhados com material cirúrgico moderno e próprio da finalidade a que se destina o pósto. Situado em terreno amplo e de conformação quase plana, a qualquer tempo poderá o edifício ser ampliado, afim de atender às necessidades do novo bairro, agora em formação.

Nesse pósto, logo que os centros de recreio da Pampulha estiverem em funcionamento, serão localizados os serviços de assistência rápida e eficiente. Muito breve, entretanto, serão os ambulatórios abertos, para atender aos que necessitarem de socorros médicos, independentemente da entrega, à cidade, dos citados centros de reunião. Por outro lado, o Pósto Médico terá inestimável importância na obra que a administração vem realizando na Pampulha, com o objetivo de sanear-la completamente, no que já se conseguiram resultados surpreendentes, assinalados, com detalhes, na exposição que, mais adiante, faremos do Serviço Médico.

O Pósto Policial era outra necessidade ao novo núcleo de população, para que, desde o começo, reinasse a ordem e se respeitasse as maneiras de bem viver. Está o edifício situado na parte posterior do lote em que se localiza o Pósto Médico. Tem instalações para acomodar um destacamento da Guarda Civil, que ali permanecerá continuamente.

Com a finalidade principal de fazer respeitar as determinações de autoridades superiores, o Pósto Policial será um dos fatores da manutenção da ordem na Pampulha.

ILUMINAÇÃO

A Pampulha perderia muito de sua beleza, se não providenciássemos a sua iluminação elétrica. Procurámos, então, dar ao novo centro esse elemento indispensável ao seu embelezamento e progresso, determinando a extensão das redes ao longo da avenida Getúlio Vargas, prolongando-as a 4.500 metros na margem esquerda do lago e em 2.000 na margem direita até além do edifício do Cassino, com 174 lâmpadas de 150 watts, em postes de concreto.

Na parte da barragem, estão sendo estendidos os cabos, através da balastrada, dos dois lados. Serão empregados

aí os globos, encimando os postes que servem de composição das obras de embelezamento da Reprêsa.

Aos poucos, toda a avenida Getúlio Vargas será iluminada, completando-se êsse serviço, que representa um dos mais expressivos fatôres de valorização do futuro bairro. Também a avenida Pampulha será iluminada, logo estejam completadas as rêdes.

O PARQUE DA PAMPULHA

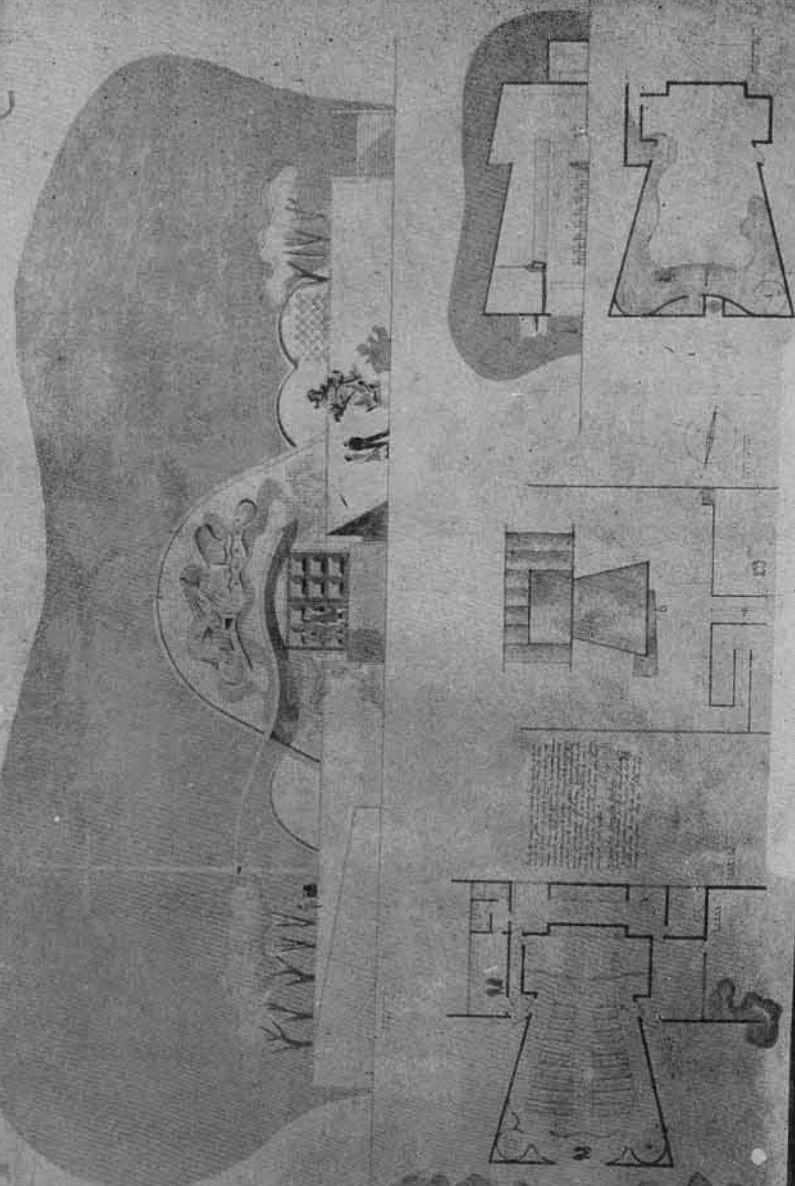
Uma das características principais da Pampulha é a harmonia do conjunto, pois tôdas as obras que a Administração ali tem realizado, obedecem a um plano geral, dentro das normas urbanísticas modernas e que constituem uma valorização para o local.

Com o objetivo de enriquecer ainda mais êsse conjunto, procuráramos dotar a "Cidade Satélite" de um parque de amplas proporções, com série de atrações, para sua própria valorização. Assim é que, em 1941, adquirimos uma área de 1.200.000 metros quadrados, mais ou menos, para nela localizar o Parque da Pampulha. Estabelecemos como norma principal, para o projeto que se está elaborando, a perfeita harmonia com a natureza, aproveitando-se mesmo o que ali existe, tanto a arborização, como as elevações do terreno.

O Parque será dotado de um campo de golfe, o qual terá a área de 386.000 metros quadrados, com a extensão de 8 quilômetros, compreendendo os seus diversos lances. Em volta dêsse Parque, que está situado nas cabeceiras da reprêsa, a cerca de 8 quilômetros da Barragem, será aberta uma avenida, que terá 70 lotes de terreno, com 25x50, cada um, destinados à venda. Todos êstes lotes darão frente para o Parque, achando-se êles situados na parte mais alta. Serão também construídas várias obras, entre as quais uma igreja, na parte mais elevada do Parque, bem como a "Club House", séde do grêmio de golfe. Além do golfismo que ali se praticará pelos adeptos do esporte dos reis, terá o Parque pistas para equitação e hipismo e um clube de caçadores. Várias cabanas serão construídas para que sejam alugadas aos que desejarem passar o "week-end" ao ar livre.

Foto 03

11



PAMPULHA - Cronis. da Igreja, em construção.

Logo que estejam terminados os trabalhos de levantamento do terreno, deverá a Administração dar início aos serviços de construção do futuro Parque, que, sem dúvida alguma, será uma das mais interessantes realizações na Pampulha.

ILHA DOS AMORES

Não faltarão à Pampulha os recantos pitorescos. A "Ilha dos Amores", em pleno lago, construída artificialmente, será o ponto mais pitoresco daquele futuro bairro da capital. Completamente arborizada e gramada, com alamedas estreitas e sinuosas, tornar-se-á uma atração para aqueles que desejarem encontrar paisagem tipicamente agreste, assim como um ponto apropriado ao repouso absoluto de algumas horas, no centro do lago, distante de tudo quanto possa constituir aborrecimento.

Para atingi-la, sómente em barcos será possível. Está situada à altura do quilômetro seis do lado direito.

SERVIÇOS DIVERSOS

EMPLACAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

No início de nossa gestão, em abril de 1940, tivemos ensejo de verificar que a cidade reclamava uma revisão nas indicações das vias públicas, visto estarem muitas delas sem individualização alguma. Mandámos, então, proceder, durante o exercício de 1940, a uma revisão geral das placas indicadoras de denominações dos logradouros públicos, promovendo-se a distribuição das já existentes sob o critério mais racional e colocando-se novas nos pontos que nos pareceram mais necessários. Para atender a essa renovação, fôram empregadas 126 placas, colocando-se ao mesmo tempo 1.452 com numeração para casas.

O advento da subdivisão de terrenos, criando vias novas, fez surgir um sem número de logradouros com designações inexpressivas ou mesmo impróprias e, em muitos casos, até com duplicidade de denominações. Verificadas tais irregularidades, ampliámos aquela revisão também ao índice geral das denominações de ruas da capital.

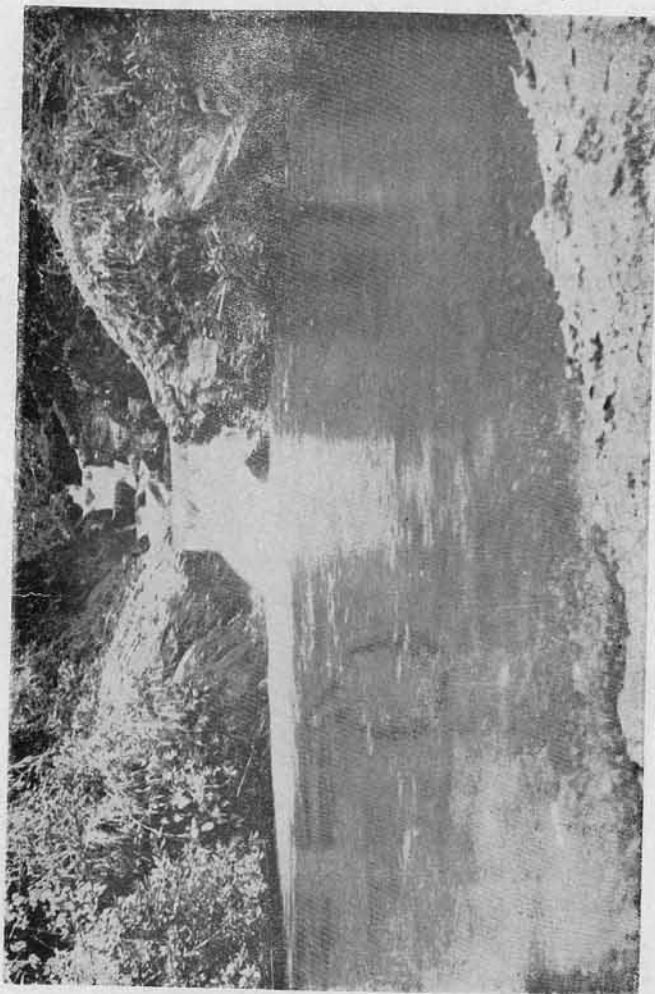
Os serviços em aprêço ficaram concluídos no exercício de 1941, quando a colocação de placas com exatas denominações, e com correção dos defeitos acima apontados ascendeu a 1.977 novas chapas. Nesse mesmo período, fôram numerados 992 prédios recentemente construídos ou ainda não catalogados e se colocaram 772 placas usuais, em construções que dispunham somente de números artísticos, muitas vezes de difícil leitura. A revisão em causa permitiu, ainda, que se corrigisse a ordem de numeração de 11 ruas, onde encontrámos enganos consequentes de erro no ponto de origem das mesmas vias.

CAPTAÇÃO DE NOVOS MANAN- CIAIS DE ÁGUA

Desde a fundação da capital, o problema do abastecimento de água potável tem sido motivo dos mais demorados estudos. A própria Comissão Construtora, ao tempo do início da metrópole mineira, tratou do assunto, visando proporcionar à cidade que então se formava, uma situação de desafôgo por muitos anos. Os estudos daquela época, feitos para a captação dos mananciais existentes no próprio local, garantiriam o fornecimento a uma população até 400 000 almas, com a média de 300 litros diários "per capita". Mas em pouco, verificou-se, que tais estudos não podiam ser aproveitados, por absoluta impossibilidade de captar as fontes enumeradas. Sómente o córrego da Serra, nos primórdios da capital, é que abasteceu a cidade, seguindo-se logo o do Cercadinho, somando a média de 12.000 metros cúbicos diários nas sêcas.

Os períodos de carência da água potável, de tempos a tempos, têm-se tornado crítico, provocando da Municipalidade estudos e trabalhos de relevância. Em 1910, verificou-se a necessidade do primeiro aumento, quando já orçava a população da capital em 33.000 habitantes. Iniciaram-se, então, pouco depois, as obras de captação das águas do Barreiro, fornecidas pelo "Posse" e seu pequeno galho — o "Clemente". Ganhou, então, a capital mais cerca de 14.000 metros cúbicos diários, passando, assim, a contar com 26.000 metros cúbicos, na época das sêcas. Passaram-se alguns anos e a capital, com seu vertiginoso progresso, reclamou novos aumentos, para atender à população sempre crescente. Em 1927, havia chegado o período crítico, provocando novos estudos. Iniciou-se, então, em meados de 1928, a canalização dos córregos "Rôla Moça" e "Tabuões", em Ibirité, sendo os novos serviços inaugurados em maio de 1930, quando se computava a população da capital em 117.000 habitantes. Essas obras vieram aumentar o fornecimento à população de mais de 23.500 metros cúbicos em 24 horas no período das sêcas e de 27.000 metros cúbicos diários, na época das chuvas. Também em 1928, iniciaram-se os trabalhos de assentamento de hidrômetros, com o que se pôde economizar mais, com o sistema dos medidores, garantindo, assim, um período mais longo de desafôgo.

[54-a]



Ribeirão do Mutuca, no ponto em que será captado

Todavia, a nossa população, nesses doze anos, quase duplicou, pois devemos estar perto de 220 mil habitantes, se já não houvermos ultrapassado este limite, tomando-se em conta os dados fornecidos pelo último recenseamento, que deu a capital com uma população de 214.000 habitantes. Com a média de 800 litros "per capita", os 53.000 m. c. diários não dariam para mais de 117.000 habitantes, o que vale dizer que de há muito é deficiente o abastecimento. Na verdade, desde 1938 a situação se vem agravando dia a dia, provocando da Municipalidade obras que visam suavizar a situação até que se possam trazer para os nossos reservatórios novas fontes, com que seja a população beneficiada. Verifica-se, portanto, que as medidas que a Administração vem pondo em prática são necessárias, para que se possa garantir fornecimento equitativo.

Ao iniciarmos o nosso governo, tratámos de estudar a questão com o máximo de interesse, para que novas fontes fossem anexadas à rede da cidade. Por outro lado, procurámos melhorar as adutoras existentes, para o aproveitamento máximo dos mananciais captados.

A CAPTAÇÃO DO MUTUCA

Posta à margem a captação das águas da Pampulha, para os reservatórios da capital, por medida de precaução, como acentuámos, visto aquele manancial dever bastar sómente ao bairro que rapidamente se forma em volta do lago, tivemos que voltar nossa atenção para outras fontes que nos permitissem desafogo à situação cada vez mais premente.

Verificámos, então, que, atualmente o manancial mais indicado para utilização é o do Mutuca, no município de Nova Lima, e localizado em terras da St. John del Rey Mining Co. Ltda.. Dos estudos que empreendemos, à guisa de ante-projeto, podemos adiantar dados muito próximos dos que não de prevalecer. Com o auxílio da açudagem para regularização da descarga, o ribeirão permite um aproveitamento contínuo de 30.000 m.c. em 24 horas. Póde conseguir-se armazenamento por uma barragem de 36 metros de altura, por 180 de comprimento, sendo, deste modo, uma obra de vulto, mas que compensará o seu custo, uma vez realizada, pois a açudagem, é de apenas 16.000 m.c. diariamente, ou seja pouco

mais da metade do que se pôde obter com o represamento. A captação far-se-á em cota próxima de 1.005 metros, logo abaixo da barragem de acumulação. Para que se possa trazer a água desse manancial até o reservatório do Carangola e, depois ligar este ao do Menezes, pela rêde já existente, deve construir-se uma adutora de 10½ quilômetros de extensão, passando por um túnel de 750 metros de comprimento, na transposição da Serra, assim como empregar-se canalização resistente, devido às depressões violentas na passagem dos vales, o que acarretará enorme pressão sobre os tubos. A bacia do Mutuca é de apenas 1.026,½ hectares, estando em estudos sua aquisição, para proteger-se de intromissão estranha. Não sendo muito extensa, poderá a represa manter-se constantemente bem defendida e limpa, de maneira que o açude exercerá o papel de um grande tanque de decantação, dispensando o tratamento pela coagulação e filtração, bastando apenas o arejamento e aplicação do cloro, fatores ponderáveis no assunto.

Como acentuámos, os terrenos por onde corre o Mutuca e também as vertentes onde ele se forma, pertencem à St. John del Rey Mining Co. Ltda., com a qual a Prefeitura, desde junho de 1941, está em entendimentos, para a aquisição da bacia hidrográfica. Já se chegou a um acôrdo no tocante a esta parte, pedindo a Companhia a importância de Cr \$250.000,00, manifestando ainda o desejo de cooperar com a Administração da capital, na solução do magno problema.

Todavia, interpelámos a mesma Companhia sobre o valor da indenização em dinheiro, pela perda da água, visto como será ela obrigada a executar certas obras para compensá-la. Não obtivemos ainda resposta a essa consulta e a aguardamos, para, de modo mais preciso, tratar da captação que permitirá à capital um desafôgo por longo tempo.

Outra vantagem no aproveitamento do Ribeirão do Mutuca é a possibilidade da captação futura do Córrego dos Fechos. Está situado a 7 quilômetros além do Mutuca, com uma capacidade de 30.000 m.c. diários, no período das sêcas, constituindo, por isso mesmo, uma fonte preciosa para o abastecimento da capital, com a vantagem ainda de estar em nível muito elevado — a 1.103 metros — podendo-se construir um reservatório no alto do Morro do Mendonça, na capital, a 1.040 metros com o que se abastecerá tôda a cidade, nas suas partes mais altas. Nos próprios entendimentos havidos entre a Pre-

feitura e a Companhia de Morro Velho para a captação do Mutuca, tem-se discutido o aproveitamento do Córrego dos Fechos, de maneira que já se prevê, mais para o futuro, novas fontes de abastecimento.

Com o aproveitamento desses dois mananciais, Belo Horizonte contará com mais de 60.000 m.c. diários na época das sêcas, atendendo a mais do dôbro da população, que, de acôrdo com os cálculos baseados nos índices atuais, deverá estar com 400.000 habitantes em 1960.

O trabalho que temos diante de nós é de vulto, quer quanto à sua finalidade, quer quanto ao custo das obras, principalmente nesta quadra, quando a guerra nos impõe tremendas dificuldades. Por tudo isso, temos orientado os estudos de captação do Mutuca dentro do mais sério rigor, afim de que, uma vez posto em prática o plano, possa ele continuar com rapidez e sem impecilhos.

MELHORAMENTOS

Até 1938, as manobras dos registros dos reservatórios, cuja distribuição de líquidos se fechava durante a noite, só se exigiam na época de estiagem. Com o crescimento, porém, da cidade e, conseqüentemente, da sua população, o fechamento se vem tornando indispensável ainda na época de chuva.

Nosso clima, as condições gerais da cidade, com grandes áreas ajardinadas, que dia a dia se ampliam, e maior superfície asfaltada, que reclama lavagens periódicas, determinaríamos uma quota de distribuição, "per capita", de cerca de 300 litros, segundo exigências urbanísticas modernas.

Isso significaria a necessidade de 63.495.000 metros cúbicos, enquanto dispomos apenas de 53.000.000 metros cúbicos, para uma população recenseada em cerca de 214.000 habitantes. Esse "deficit" de dez mil metros cúbicos, tenderia a crescer ou determinaria a política de não prolongar nenhuma rêde, ainda que necessária. Contornando a situação, antes que estudos técnicos e financeiros para captação de outros mananciais nos autorizem a anunciar a solução total do problema, promovemos a racionalização da distribuição de água, tendo em vista o seu maior aproveitamento, sem que, com tal medida, sacrificássemos o progresso da cidade ou a sua higiene, pois

sempre tivemos a preocupação permanente de fomentar as fontes de desenvolvimento da capital e mantê-la sempre saneada e limpa.

Procurámos melhorar a situação que se nos apresentou, solucionando problemas parciais, conseguindo, com tal prática, estabelecer um fornecimento equitativo da água potável aos habitantes das diversas zonas.

Dentre os serviços que realizou a administração municipal no período de 1940-1941, podem-se ser citados os da av. Afonso Pena, onde, da rua da Baía até Caetés, se substituiu a rede existente, já muito velha e insuficiente às necessidades por uma de maior capacidade. Na avenida Santos Dumont, em toda a sua extensão, fizemos o mesmo.

Na parte alta da avenida Tocantins, a pressão da rede não ultrapassava de 4 metros. Substituímos ali todo o tronco principal por canalização de maior diâmetro, com o que conseguimos elevar a pressão para 23 metros, de modo que a distribuição normal de água ficou estabelecida.

Igual escassez se verifica na Vila Maria Brasilina, onde, pela substituição da rede ali existente por uma de 125 m/m de diâmetro, levantámos a pressão de 3 para 0 metros, com vazão de 16 litros por segundo.

A VIII Seção Suburbana ressentia-se de certas deficiências na distribuição e isso nos forçou a construir nova linha tronco, partindo do cruzamento da rua Gonçalves Dias com Rio Grande do Norte e, em trechos sucessivamente de 200 m/m, 175 m/m e 150 m/m, até Alvares Maciel com Contorno, sanando, assim, as irregularidades existentes, mantendo agora, ali, perfeito abastecimento.

Nesses serviços obedeceu-se ao plano geral elaborado pela Inspetoria Técnica, o qual serviu ainda para a rede da Barroca, na XII.^a Seção Urbana.

Dentro daquele projeto, construímos 10.133 metros de rede e substituímos 8.936 em que se verificavam deficiências de diâmetros ou mau estado de conservação.

No que se refere ao capítulo dos reservatórios, continuámos o serviço de limpeza e lavagem, dentro de tabelas pré-estabelecidas, e reformámos o segundo compartimento do reservatório do Menezes, que apresentava um vasamento de cerca de um litro por segundo.

À mesma política se atendeu, no que se refere às adutoras, cuja conservação se fez regularmente, prosseguindo-se ainda no penoso trabalho do túnel do Cercadinho.

Na parte das captações, construímos o muro de arrimo a montante da bacia de decantação de Ibirité, afim de evitar desmoronamentos nas épocas chuvosas e um vertedouro modelo para melhor se apreciar o regime do Tabuões.

Proseguimos no mesmo ritmo os serviços durante o exercício de 1941, em que amplíamos as redes com diâmetros diferentes na extensão de 9.872 metros; modificámos trechos que deram a soma de 1.797 metros e substituímos outros no total de 5.570 metros.

De todas essas obras, cumpre destacar-se a da estação de tratamento e filtração da Serra, posta a funcionar em outubro.

O controle de tratamento de água fazia-se pelo Laboratório de Saneamento que, em 1940, além de análises normais de água do abastecimento, em número de 58.315, para verificação de tratamento, realizou 1.729 pesquisas clínicas, reclamadas pelo estudo de saneamento da Pampulha e circunvizinhanças. A atividade daquele Laboratório estendeu-se ainda a 47 amostras de água de vários municípios do Estado e a ensaios sobre diferentes materiais, como manilhas, chumbo, bauxita, sulfato de alumínio e lixo coletado.

Durante o primeiro trimestre de 1941, esse Laboratório executou as seguintes análises:

a) — análises químicas de potabilidade	660
b) — análises químicas de controle . . .	864
c) — determinação de cloro residual, nos reservatórios da Pedra Bonita, Serra e outras águas colhidas	5.019
d) — exames bacteriológicos, completos	401
e) — exames bacteriológicos p/ coli ...	202
f) — Pesquisas clínicas	548

Em 15 de maio de 1941, por determinação do Sr. Governador do Estado, foi o Laboratório transferido para o Instituto Bio-Químico de Minas Gerais, extinguindo-se o de nossa administração pelo decreto n.º 97, de 12 de agosto do

mesmo ano. As análises de contróle passaram para aquele Instituto, que as realiza duas vezes por semana.

Para mais exata compreensão dos serviços de distribuição de água, nos dois anos em exame, damos abaixo um rápido quadro explicativo:

	1940	1941
Rêdes novas	10.133	9.872
* substituídas	—	5.570
* modificadas	—	1.790
* rebaixadas	—	10.440
* retiradas	—	170
Ligações	1.209	381
Vasamentos	3.645	4.011
Hidrômetros assentados	4.112	971
Reclamações	2.279	—

HIDRÔMETROS

Nossa administração tem-se empenhado em procurar substituir, totalmente, as ligações de pena de água, afim de uniformizar o serviço de fornecimento, através do contróle de hidrômetros ou medidores, de modo que se pague à municipalidade de acôrdo com a quantidade realmente consumida.

Nesse sentido, alguma coisa já se realizou, tanto que em 1940 fôram assentados 4.112 aparelhos novos e elevado para 21.187 o número de ligações dessa espécie.

Já em 1941 baixou sensivelmente o número dos medidores, que não ultrapassou de 971, reduzindo-se a renda de ligações para Cr \$825,90. Mesmo descontando-se alguns aparelhos retirados, o número de hidrômetros, em 31 de dezembro de 1941, subiu a 22.158, em funcionamento, sendo diminuto o número de ligações de pena de água, ainda existentes, embora a fabricação escassa de medidores, na quadra atual, dificulte a sua obtenção.

ESGÓTOS SANITARIOS

Eiva adquirida no passado, as instalações sanitárias da cidade faziam-se sem projetos, devidamente apreciados

pela Prefeitura, o que deixava sempre em situação desfavorável de higiene e muitas vezes de estética, as construções particulares. Buscando corrigir esse defeito grave, afim de racionalizar o serviço no interesse coletivo, baixou-se o decreto-lei n.º 83 de 21 de dezembro de 1940, que aprovou o Regulamento dos Serviços Domiciliares de Água e Esgôto e veio permitir que, hoje, a administração julgue e corrija tôdas as partes essenciais das instalações projetadas, antes que se realizem.

Na nova rede pública, adotamos como regra geral a colocação de "TT" em frente de cada lote vago, visando evitar sucessivas perfurações de rede a cada nova ligação pedida.

Outra medida foi igualmente adotada: a de fazer-se a cobrança de ligações, tanto de água quanto de esgôto, mediante orçamento prévio.

Pôde-se perfeitamente avaliar da importância dos serviços de esgotos sanitários, pois é um dos elementos principais para a manutenção da cidade em perfeitas condições de salubridade. Um serviço imperfeito de esgotos sanitários é sempre causa de sérias consequências. Procuramos, como se viu, sanar irregularidades existentes, bem como, pelo decreto já citado, impedir novos erros.

Assim, em 1940 e 1941, pudemos realizar trabalhos distribuídos pela seguinte fôrma:

	1940	1941
Rêdes construídas:		
pela Prefeitura—	4.107 ms.	4.273 ms.
por contrato—	4.295 "	1.302 "
por contrato (Pampulha)—	—	3.000 "
Rêdes reconstruídas:		
rebaixadas—	—	188 "
modificadas—	—	91 "
substituídas—	—	248 "
retiradas—	—	400 "
retiradas—	—	800 "
Ligações novas—	737	611 "
Ligações novas (arrecadação)—	138:046\$100	59:024\$800
Vasamentos atendidos—	628	733
Desobstrução de rêdes ou ligações—	484	576

ESGÓTOS DE ÁGUAS PLUVIAIS

No interesse de intensificar os serviços de escoamento de águas pluviais, evitando obstruções, altas de níveis e todos os danos decorrentes da congestão nesse escoamento, resolvemos atacá-los, concomitantemente, pela Prefeitura, por intermédio de suas turmas fixas e pelas empresas contratantes de serviços de calçamento. Com tal critério, foram estendidas em 1940 novas rêsdes, que atingiram a extensão de 6.238,77 metros, dos quais 1.140,00 metros pela Prefeitura e 5.098,77 metros pelas empresas de calçamento.

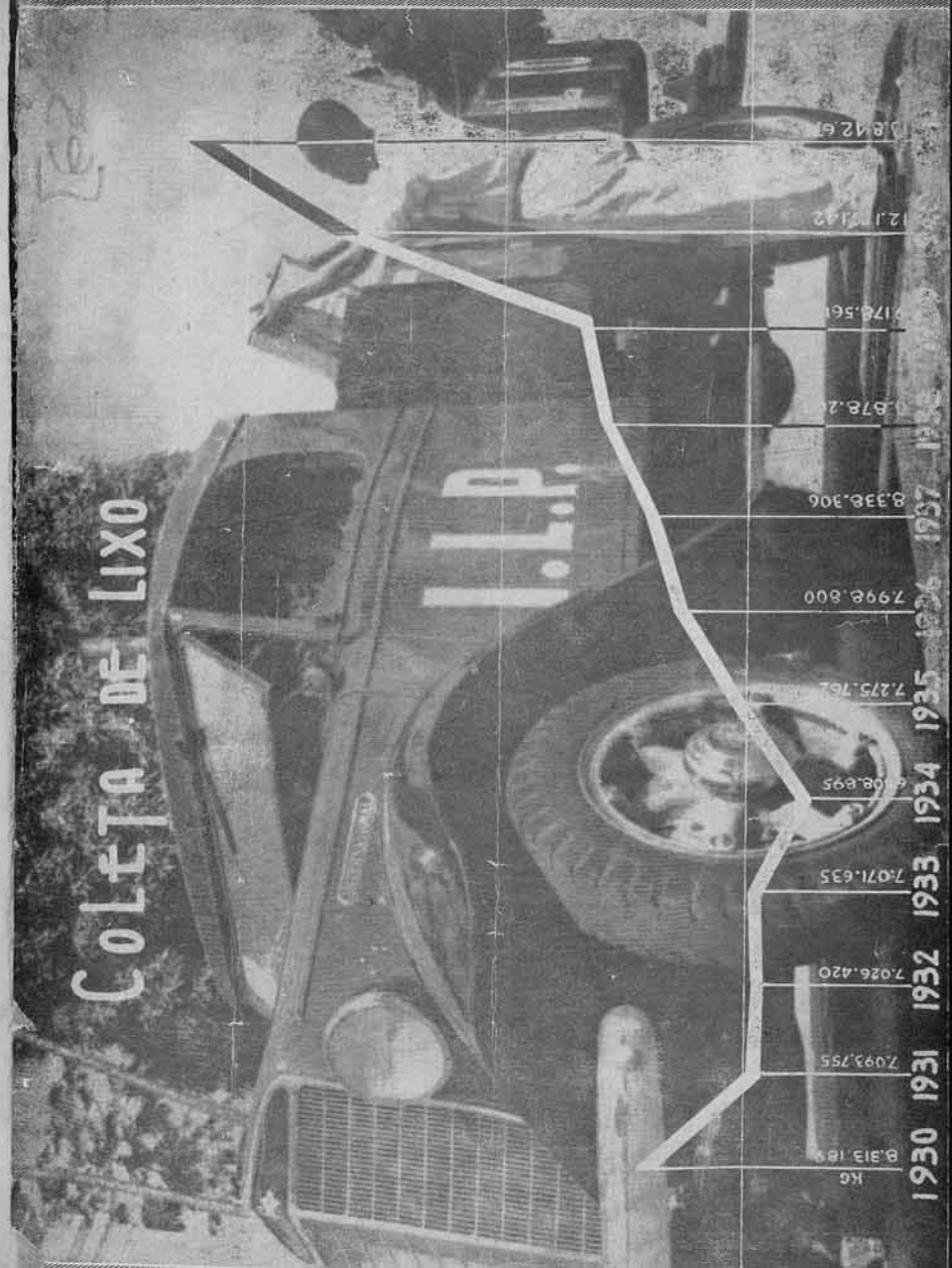
No ano seguinte, criando-se o Serviço da Pampulha, vimos aquele número duplicar-se e subir ainda, ascendendo a 14.027,41 metros.

Cumpra destacar, dos algarismos acima computados, aqueles que se referem à obra da avenida Getúlio Vargas, na Pampulha, na extensão de 7.470 metros e os da galeria das ruas Mármore e Hermílio Alves, numa extensão de 585,00 metros. A Prefeitura, diretamente, nesse período, fez 3.806 metros de rêsdes, cabendo o restante a empresas contratantes.

LIMPEZA PÚBLICA

Por um lado, as obras de saneamento, como canalização dos cursos de água, melhor distribuição e funcionamento das rêsdes de água e de esgotos e, por outro, a limpeza pública e coleta de lixo domiciliar constituem os fatores que, aliados a boas condições climáticas, fazem as cidades saudáveis, tornando sadia a vida. Belo-Horizonte, atualmente, é uma destas capitais privilegiadas, através de testemunhos expressivos.

Já tivemos ensejo de relatar, com detalhes, o quanto tem feito a administração municipal no tocante aos serviços de saneamento. Na parte que se refere à Inspetoria de Limpeza Pública, muito se fez também, atendendo às novas exigências, consequentes do crescimento da capital. Foram regularmente executados por turmas de varredura noturna, de serviços gerais de limpeza, de equipamento, de coleta, de varredura permanente, de tratamento de lixo domiciliar e de apreensão de animais.



162 a V]

A varredura permanente, salvo pequenos trechos centrais, é diurna e atende a cerca de 100 ruas, 10 praças e 20 avenidas, exercendo-se sobre uma área de 2.019.115,00 ms.². A varredura noturna, cujo vulto oscila com as diferentes estações do ano, cobre, em média, uma área de 600.000,00 ms.², sendo executada por diversos grupos. A varredura é serviço que se amplia frequentemente com o aumento da área pavimentada, verificando-se mesmo notável acréscimo nesses últimos dois anos como consequência do incremento das obras de calçamento. A coleta de lixo domiciliar é feita diariamente, por meio de caminhões apropriados, aumentando de ano para ano, como se pôde verificar a partir de 1938. Nesse ano, foram servidas pela coleta de lixo, 11.600 casas. Já em 1939, atingiu-se ao número de 15.458 residências. Em 1940 e em 1941, anos de nossa administração, o total registrou-se, respectivamente, com os seguintes números: 19.106 e 20.245 casas, havendo portanto, notável progresso, consequência natural do melhor aparelhamento do serviço, bem como de sua ampliação e novos logradouros.

Quanto ao volume, em 1940 e 1941, respectivamente, foram coletados nos domicílios, 3.010.239 ms.² e..... 3.048.469 ms.².

Quanto ao peso, os totais são também altamente expressivos, pois em 1940 foram coletados 12.114, quilogramas de lixo e, em 1941, 13.342.678. Nos anos anteriores, de 1938 e 1939, os totais obtidos foram de 8.878.260 e 9.178.561, verificando-se acréscimo superior a 50% de 1938 para 1941.

O tratamento do lixo é feito em celas do tipo "Beaillie" no Horto e na Baleia e nos terrenos do Matadouro, em valas, atingindo a quantidade do lixo domiciliar tratado e distribuído em 1941, ao peso total de 5.331.555 quilos, de acordo com o quadro anexo:

DESTINADO A	HORTO		BALEIA		VALAS DO MATADOURO	
	Vol. ms. ²	Peso ts.	Vol. ms. ²	Peso ts.	Vol. ms. ²	Peso ts.
Estab. públicas	2.053.330	1.727.000	—	—	57.000	25.000
Particulares	1.590.000	1.170.250	1.530.000	1.230.200	—	—
Prefeitura	642.000	307.350	350.000	170.000	1.240.000	500.000

IRRIGAÇÃO E LAVAGEM DOS LOGRADOUROS PUBLICOS

A irrigação e lavagem dos diversos logradouros públicos se procede por meio de quatro carros-bomba, dos quais um já foi construído nas próprias oficinas da Prefeitura, em 1941. Para atender aos trabalhos, a água é retirada dos hidrantes da rede de distribuição, tendo subido o consumo, em consequência do aumento da área pavimentada a lavar-se, de 36.766.550 litros em 1940, para 42.661.000 litros em 1941.

APREENSÃO DE ANIMAIS

A apreensão de animais sóltos, abandonados ou extra- viados nas vias públicas, é feita nos mesmos moldes dos anos anteriores. Não houve exigência de serviço novo, uma vez que o progresso da cidade e a urbanização de novos núcleos vão fazendo diminuir irregularidades daquela ordem. O trabalho é feito por 10 horas, com veículo próprio, tendo sido apreendidos, em 1940, 2.095 animais, dos quais 422 foram restituídos, realizando-se 18 hastas públicas.

A renda do serviço naquele exercício atingiu a..... 23:473\$800.

Em 1941, houve um pequeno acréscimo nas apreensões, que atingiram a 2.222 animais, restituindo-se 420 e realizando-se 15 hastas públicas. Arrecadou-se a importância de 25:566\$200.

ARBORIZAÇÃO

Com o intuito de resguardar a arborização das ruas e avenidas, a qual é, sem dúvida nenhuma, uma das características da beleza urbana de Belo-Horizonte, nossa administração deu a esses serviços especial atenção e cuidado. Depois de detidos estudos, optou por uma fórmula nova de tratamento, tendo, para o fim de levá-la a bom termo, contratado com firma especializada a conservação da arborização nova. Infelizmente, essa experiência não correspondeu ao que desejávamos

e a Prefeitura foi obrigada a chamar novamente a si tais serviços. Esses assumiram grande complexidade, em consequência da reforma geral, ampliação ou modificação do calçamento da cidade, o que determinou, em várias oportunidades sacrifício de frações da arborização antiga. A tais perdas procuramos compensação, por intermédio de nossas próprias turmas, ativamente entregues ao replantio imediato dos pontos desfalcados.

Em 1940, foram plantadas 2.800 espécies, das quais 1.442 só na avenida do Contorno, cujos trechos, de conclusão mais recente, inaugurados naquela quadra, apresentavam desolador aspecto, nitidamente diferenciado da riqueza vegetal corrente em nossas ruas e avenidas. Escolhida de preferência a espécie jacarandá, para aquele serviço, buscamos evitar árvores de fácil desfolhada ou que, pela mutação natural das épocas do ano, se revestissem de aparência menos agradável, a somar-se aos inconvenientes de limpeza dos logradouros. Com aquelas cifras, conseguimos elevar para 14.823 o número de árvores distribuídas entre praças, ruas e avenidas da capital.

Fôram, assim, arborizados os seguintes logradouros:

Av. Brasil	Jacarandás.....	173
Av. Brasil	Palmeiras.....	3
Rua Ouro Preto	Aglaias.....	11
Rua Santa Catarina	Cássias.....	47
Rua São Paulo	Cássias.....	120
Rua Fernandes Tourinho	Ipê Roxo.....	86
Rua Fernandes Tourinho	Cássias.....	45
Rua Bárbara Heliodora	Cássias.....	26
Rua Marília de Dirceu	Grevileas.....	26
Rua Felipe dos Santos	Ipê.....	1
Rua Carangola	Ligustrum.....	1
Av. Alvares Cabral	Saponárias.....	71
Rua Guarani	Tamarindos.....	99
Av. Getúlio Vargas	Ligustrum.....	24
Cemitério Municipal	Casuarinas.....	67
Av. Augusto de Lima	Ficus.....	13
Rua Grão Pará	Ligustrum.....	1
Av. Amazonas (de Tamóios á Baía)	".....	17
Av. Olegário Maciel	".....	9
Rua Almorés	".....	1
Rua Sergipe	".....	1

Av. Oiapóque	Ligustrum	5
Av. Paraná	"	5
Rua Gonçalves Dias	"	3
Av. Amazonas	"	3
Rua Goitacases	"	5
Rua Emboabas	Oitizeiros	22
Total		885

NOS PASSEIOS da Av. Contórno:

De Baía à Tiradentes	Magnólias	73
Baía à Rio de Janeiro	Ligustrum	23
Rio de Janeiro à Curitiba	"	14
Curitiba à Tiradentes	"	9
Tiradentes à Acre	"	68
Acre à Paracatú	"	144
Paracatú à Ouro Preto	"	151
Prof. Moraes à Av. Getúlio Vargas	"	99
Baía à Av. Getúlio Vargas	"	605
Getúlio Vargas à Andradas	Magnólias	246
Total		1.442

NOS CANTEIROS da Av. Contórno:

De Aug. de Lima à O. Preto	Ficus	71
Ouro Preto à Rio de Janeiro	Jacarandás	121
Rio de Janeiro à Lavras	Oitizeiros	79
Ceará à Av. Afonso Pena	Jacarandás	34
Av. Getúlio Vargas à Niquelina	Grevíleas	93
Manáus à Hermílio Alves	Jacarandás	55
Tiradentes	Tipuanas	8
Andradas	Flamboyant	2

Total 473

SOMA TOTAL 2.800

De par com esse serviço, a "conservação" cuidou da parte existente, replantando 279 exemplares e podando 8.590.

Em 1941, conseguimos o replantio e plantio de 1.064 exemplares, com os quais o total subiu a 15.887, sendo as seguintes as ruas e avenidas beneficiadas:

Av. Contórno, entre Sapucaí e Curvêlo	Ficus	46
Av. Getúlio Vargas, na Pampulha	Palmeiras	397
Rua Fernandes Tourinho	Alecrim de Campinas	163
Rua Felipe dos Santos	Ipê Roxo	36
Rua Bárbara Heliodora	Grevíleas robustas	38
Rua Mariília de Dirceu	Grevíleas robustas	21
Rua Levindo Lopes	Ipê Roxo	65
Rua São Paulo, de A. Peixoto a Felipe dos Santos	Cássias Multifugas	53
Rua Goiás (em frente a Prefeitura)	Alecrim	24
Rua Alvarenga Peixoto	Ipê Roxo	36
	Ipê branco	18
Rua Padre Marinho	Ligustrum japonicum	61
Av. Amazonas (Gameleira)	Ipê amarelo	45
Araguari à Lavras	"	99
Rua Raul Pompéia	Ligustrum japonicum	54
Rua Emboabas	Oitizeiro	1
Av. Amazonas com Baía	Palmeiras	6

SOMA TOTAL 1.064

PARQUES E JARDINS

Uma das denominações com que se procura enaltecer a beleza da capital mineira é a de "Cidade Jardim". Na realidade, para justificá-la, sempre se cuidou com carinho das praças públicas ajardinadas em Belo-Horizonte.

Se por um lado há apenas um parque, com arborização densa e gramados amplos, por outro há uma série de jardins que sempre constituíram um dos nossos mais expressivos elementos ornamentais. Não é mesmo demais afirmar que as rosas de nossos jardins públicos fizeram, por si sós, propaganda da cidade que por outro meio dificilmente se obteria.

O Parque é o principal logradouro público, quer pela sua extensão, quer pela sua importância como elemento de saúde da população. Situado em pleno centro urbano, em volta de seus contornos se desenvolve a cidade.

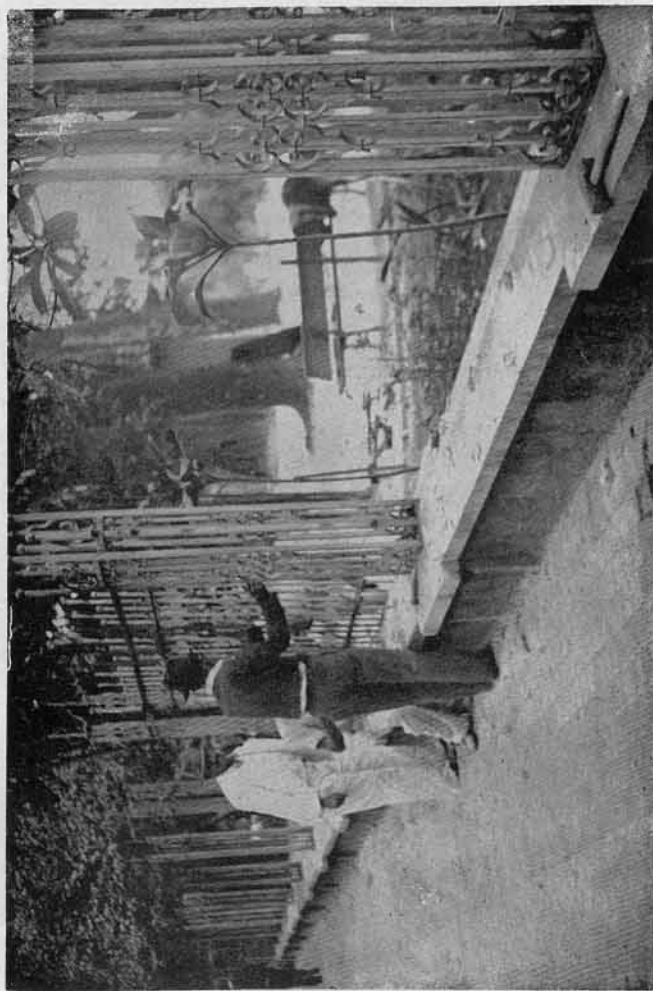
De nossa parte, sempre mereceu o Parque o mais especial cuidado, tanto assim que nele temos realizado uma série de melhoramentos, visando aproveitá-lo ainda mais, pois sua área, por muito grande que pareça ser, ainda é pequena para uma cidade como Belo-Horizonte, já de vida intensa e com longa extensão edificada. Com uma área de 227.250 metros quadrados, dos quais 79.260 ms.² correspondem a ajardinamentos e gramados; 45.400 ms.² a bosques; 26.250 ms.² a lagos e 76.590 ms.² a alamêdas, o Parque, em 1940 e em 1941, passou por uma série de reformas, dentre tôdas, podendo destacar-se a da iluminação e da retirada das grades na sua periferia.

Em breve resenha, podemos enumerar os serviços de melhoria dêsse logradouro público: reforma do gramado, numa área de 11.600 ms.²; pavimentação de alamêdas, com 9.046 m. s.²; construção de rêdes de esgôtos numa extensão de 348 ms. e construção de sarjetas em tijolos rejuntados de cimento, na distância de 2.688 metros. Assentaram-se meios fios na extensão de 566 metros, aumentada a rêde de irrigação em tubos de 3/4 em 260 metros.

Já em 1941, o Parque passava pelas duas reformas assinaladas. Por um paradoxo, era um logradouro fechado ao público, por meio de gradis altos, e nem sempre se indicava como fator de embelezamento da cidade. Começamos por mandar retirar as grades, em tôda a extensão, afim de que, inteiramente livre, passasse a constituir um ponto de acesso fácil à população. Visamos também, como acentuámos, a estética da cidade. Mas não ficou aí a Administração. Autorizou a Cia. Fôrça e Luz de Minas-Gerais a proceder à iluminação do Parque, por conta da Prefeitura, corrigindo, com essa providência, uma das falhas mais sensíveis no coração da capital. Os serviços de retirada das grades estão em conclusão, assim como os de iluminação elétrica, de maneira que esperamos que nos primeiros meses de 1942 possa ligar-se a corrente para êsse logradouro, tornando-o iluminado à noite.

No capítulo dos jardins, basta afirmar-se que são êles dos fatores mais expressivos para o conceito que a capital desfruta em todo o Brasil. Em 1940, a área ajardinada era de, fóra o Parque, 197.159 ms.². Além dos serviços de reforma e manutenção dos jardins e avenidas ajardinadas, procedeu-se, nesse ano, ao ajardinamento da Praça "João Luís Alves", em Lourdes, da avenida Carandaí e da rua Mucuri e iniciou-se o ajardinamento das avenidas Tocantins e Santos Dumont.

[68-a]



Início da retirada das grades do Parque Municipal

[68 - a V]



[68]

Completamente sem as
grades, o Parque é de-
finidamente entregue
à cidade

No desejo de aumentar a área ajardinada, em 1941, promovemos a realização de novos serviços, com os quais se alcançou o total de 199.735,33ms.², tendo sido concluídos nos seguintes logradouros:

Avenida Tocantins	541,56	ms. ²
Avenida Santos Dumont	227,04	"
Praça João Luís Alves	1.279,50	"
Praça Rio Branco	167,25	"
Avenida Amazonas	157,50	"
Avenida Barbacena	220,50	"

Verificámos, assim, um sensível aumento, para o maior embelezamento da cidade.

HORTO MUNICIPAL

Fléis à política de ampliar sempre as áreas ajardinadas, para o constante embelezamento da cidade, também à de promover a arborização no mais elevado índice, para que se possa suavizar a elevação de temperatura proveniente das grandes áreas pavimentadas, não podíamos deixar de promover a criação ou aumento do Horto Municipal, situado além do Matadouro Modelo.

Sempre vimos nele uma reserva indispensável à boa marcha dos serviços e, por seu intermédio, foi possível enfrentar toda a obra de plantio, reprodução e distribuição de exemplares. Para se julgar do que foi a sua atividade, basta que se mencionem os algarismos correspondentes aos exemplares plantados ou distribuídos por aquela estação nos dois exercícios em análise.

PLANTAÇÃO:

Em 1940	39.908	exemplares
Em 1941	39.382	"

DISTRIBUIÇÃO:

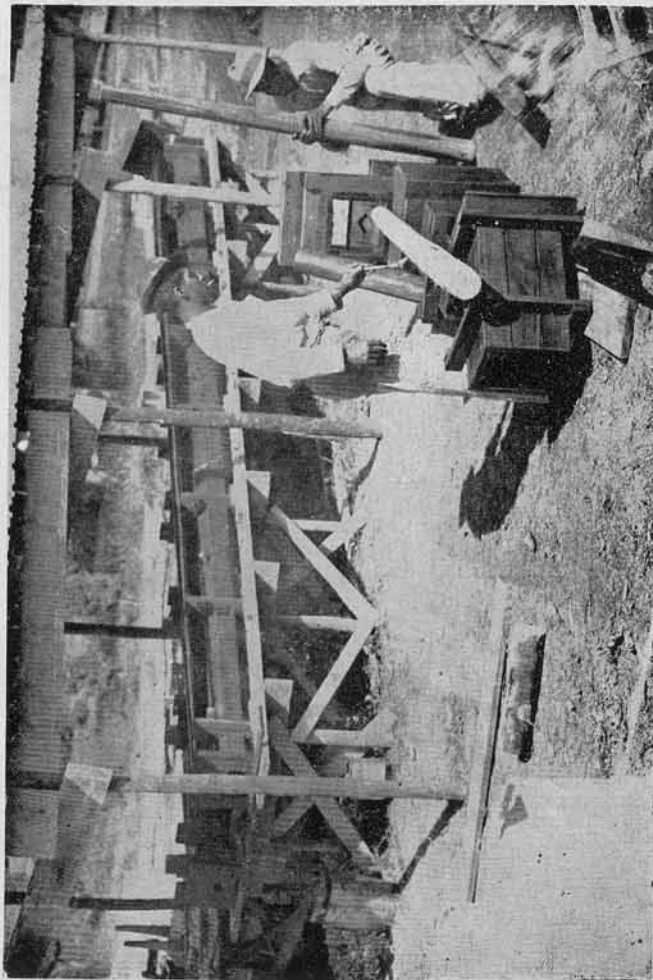
Em 1941	8.446	"
Em 1940	10.275	exemplares

E' fácil de se observar, portanto, o que representa para o embelezamento da cidade o Horto Municipal, pois o número de mudas que se está acumulando nos permitirá, dentro em pouco, arborizar completamente as vias públicas, procedendo-se ao replantio dos trechos prejudicados com os trabalhos de pavimentação, assim como plantando exemplares em muitas vias recentemente abertas e que vieram proporcionar à cidade, novos fatores de desenvolvimento.

Dos totais registrados na distribuição, em 1940 e 1941, a quase totalidade se destinou à arborização de ruas, avenidas, parques, praças e estabelecimentos públicos, sendo de 98% e 85% a percentagem para o primeiro e segundo anos, respectivamente. Só uma pequena parte foi entregue a outras prefeituras, a particulares e ao próprio Horto.



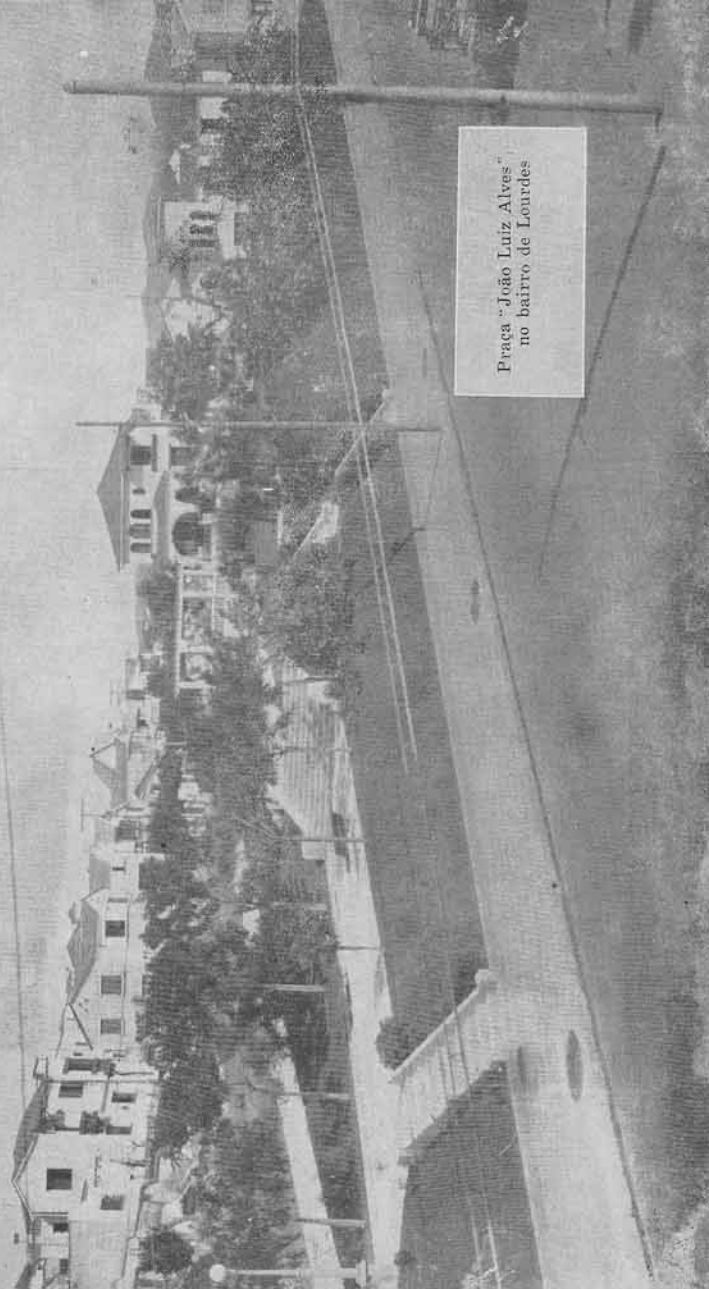
[70-00]



Trabalhos de iluminação do Parque Municipal

[70-a V

[70-b]



Praca "João Luiz Alves"
no bairro de Lourdes

ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

Compreendendo que a Administração deve dispensar atenção especial aos problemas de assistência médica e social coletiva, não fugimos a essa imposição. Antes procurámos, seguindo o rumo que nos pareceu acertado e consentâneo com a época em que vivemos, dar maior impulso a trabalhos que vinham sendo realizados, assim como criando outros, em função dos quais pôde a cidade, no biênio 1940-41, atravessar, nesse terreno, uma fase de atividades.

Interpretando de modo prático as leis de providência social, iniciámos a execução de um plano, mais adiante exposto, de proteção à classe operária, ao mesmo tempo que pudemos destruir um núcleo nocivo à saúde coletiva e inferno ao progresso da cidade.

Com tais medidas, aliadas aos serviços que proporcionaram à capital estado sanitário satisfatório, como canalização de cursos de água, extensão e revisão das rédes de água potável, de esgotos sanitários e pluviais, pudemos realizar alguma coisa que julgámos ser de nosso dever, principalmente porque, como médico, conhecemos da necessidade de manter a ficha sanitária da cidade no mais alto nível. A todas as providências tomadas, com as obras e serviços indicados, deve-se acrescentar o que foi a fundação dos ambulatórios, coadjuvantes de primeiro plano, no sentido de higienização da capital.

Com o pessoal de que dispomos, parece-nos que atingimos o máximo de realizações, pois que passaram pelos nossos ambulatórios durante o período só de 1941, sendo ali devidamente socorridas, 17.796 pessoas. Esses algarismos vêm crescendo desde 1938, nos termos seguintes:

Em 1938	3.268
Em 1939	9.479
Em 1940	15.998
Em 1941	17.796

Nossa preocupação foi sempre orientada no sentido de atender ao máximo de pessoas com o máximo de eficiência, melhorando o rendimento do trabalho e estendendo-o cada vez mais. Estão em funcionamento seis ambulatórios, assim distribuídos: Venda Nova, Cachoeirinha, Carlos Prates, Pampulha, Vila Parque Cidade Jardim e Creche Menino Jesus. O de Venda Nova, apesar dessa localidade pertencer à jurisdição administrativa de Santa Luzia, foi mantido, pela real dependência do lugar para com Belo-Horizonte e também para atender à população, já confiante no serviço dessa Prefeitura. Em todos eles, como exige a natureza da assistência, executam-se trabalhos de policlínica, menos na Creche Menino Jesus, onde se faz clínica especializada, pediátrica, diretamente sob os cuidados do médico-chefe do Serviço. Lá se encontram mais de 150 crianças, que lá permanecem desde os primeiros dias de vida, até a fase escolar, também assistidas, com excepcional carinho, pelas Irmãs Vicentinas.

Quando os pacientes que demandam os ambulatórios da Prefeitura exigem, pelo seu estado, tratamento em hospital, são eles internados gratuitamente, graças a contrato que assinamos com a Santa Casa. Esta recebe mensalmente dos cofres públicos a remuneração correspondente, variável segundo o número de doentes internados. Nos casos em que os doentes não podem chegar ao hospital pelos seus próprios meios, faz-se a remoção deles em ambulância de nossos serviços.

Intimamente relacionado com o Serviço Médico em geral e parte de vulto em sua estrutura, está o Saneamento da Pampulha, a que dedicamos nossos melhores esforços e onde se colheram resultados de que nos orgulhamos sinceramente.

Ao lado dos serviços de policlínica, habituais em um departamento de assistência como os mantidos pela municipalidade, determinamos o saneamento da Pampulha, sobretudo na parte que se refere a "chistosomose (ou equistosomose) mansônica".

Em 1 de setembro de 1940 se iniciou tal serviço. O problema é bastante complexo, de execução altamente trabalhosa, exigindo esforço contínuo e sem desfalecimento, para obtenção de resultados favoráveis, que felizmente já se fazem notar.

A "chistosomose mansônica" não é privativa da Pampulha. Dela, quase todos os cursos de água da capital apresentam possibilidades de se tornar fôcos, o que também se verifica em grande parte de Minas e quicã do Brasil, infelizmente. Doença trazida pelos escravos, radicou-se definitivamente entre nós, com crescente expansão. De tratamento delicado, exigindo competência particular do profissional, essa verminose devia ter a sua profilaxia intensificada em tôdas as regiões onde se fizesse sentir, afim de se evitarem consequências desagradáveis para o futuro. Estudados todos os aspectos do problema que nos nos deparava na Pampulha, aprovamos e adotamos o seguinte plano de ação, que se deve ao Chefe do Serviço Médico da Prefeitura e de cuja execução nos foram fornecidos os pormenores seguintes:

1) *Fichamento individual* — Foram examinados e fichados todos os habitantes daquela região. (Para efeito de profilaxia, viamos em todos os indivíduos um doente em perspectiva).

Além do fichamento individual, após metucioso exame clínico, fizemos examinar as fezes de todos, por processos adequados e técnico competente, afim de se descobrir a infestação. Todos os habitantes da Pampulha já sofreram tais exames, no mínimo três vêzes. Em casos nos quais havia suspeita clínica e os primeiros exames se mostraram negativos, achamos conveniente repetir tais exames até sete e mais vêzes, para conclusão segura. Em nosso arquivo, contamos, sómente daquela região, 1.516 fichas individuais, tôdas com o mínimo de três exames coprológicos e grande parte com sete ou mais.

Dêsses exames, até agora, 270 foram positivos para o verme em questão, dando, portanto, cerca de 17% de contaminações, em algarismos redondos. Nos primeiros meses de trabalho, o índice de possibilidade foi grande, mas, felizmente, estamos assistindo ao seu abaixamento progressivo.

2) *Fichamento de residências* — Tôdas as habitações da Pampulha foram fichadas e numeradas em relação às fichas, para esclarecimentos futuros. O médico encarregado dêsses trabalhos verifica, por ocasião de cada visita pessoal, as condições sanitárias, assim como a existência possível de algum parasitado, e faz um relatório, para fins de profilaxia, o mais

completo possível, anotado em papeletas adequadas. Ao mesmo tempo exerce o trabalho constante de educação sanitária de um modo geral e, especialmente, quanto ao caso em visita. A princípio, obtidos os dados sobre possibilidades financeiras do morador, afim de construir ele a fossa de tipo indicado, com localização conveniente, esta se fazia por conta dele ou por conta da Prefeitura, na hipótese da impossibilidade econômica do habitante. Encontrados obstáculos por parte de certo número, resolvemos, mais tarde, em benefício coletivo e da obra de higienização desejada, que todas as fossas fossem construídas pela Prefeitura. Foram fichadas 226 casos em toda a região, reclamando 205 fossas, todas já construídas.

Fiscalização rigorosa quanto ao uso dessas instalações se vem mantendo, para que se não assista à anulação do nosso esforço, por culpa da ignorância, ou displicência de pequena percentagem da população local.

3) *Tratamento do chistosomótico* — “Pedra angular na profilaxia da chistosomose é o tratamento do portador da doença”. Com a adoção dessa sentença do ilustre especialista patricio Heraldo Maciel, promovemos o tratamento de todos aqueles que se mostraram ou se mostram parasitados. E é a própria Prefeitura que se impõe todos os ônus do tratamento, levando-os até à verificação final da cura completa.

Desde o início, elegeu-se a Fuadina Bayer para o combate à verminose, deixando-o o uso do tártaro emético, por ser medicação intra-venosa, mais delicada e demorada e por ser, a primeira, injeção intra-muscular, praticamente indolor, de comprovado efeito na debelação do mal e, finalmente, de obtenção mais fácil. Observe-se que já foram utilizados nove litros de Fuadina sem que, até hoje, se registrasse o menor acidente. Mais tarde, porém, com a escassez do medicamento em nosso mercado, em consequência da guerra, fomos forçados a recorrer à solução de tártaro-emético, fabricada pelos técnicos do Instituto Químico-Biológico do Estado de Minas-Gerais, também com excelente proveito, nas 100 ampólas aplicadas.

Cumprir notar que todas as injeções são feitas pessoalmente pelos médicos do Serviço, afim de que a Prefeitura esteja sempre a salvo de quaisquer contratempos. Esse ponto

tem merecido nossa especial atenção e alguns algarismos sublinham a atividade desses serviços:

Total de séries de antimônio feitas	293
" " " feitas em crianças	114
" " " " homens	136
" " " " mulheres	43

4) *Ralos nas embocaduras dos riachos* — A título de experiência, fizemos colocar ralos de material especial nas embocaduras dos córregos que vêm abastecer o lago da Pampulha, com o fito de evitar, por todos os meios possíveis, a vinda do caramujo vector da doença até a Reprêsa. Em verificações cuidadosas feitas até hoje, não foi possível encontrar tal caramujo nas margens do lago.

5) *Criação de peixes* — O número de peixes cresce bastante naquele local. Para não lhes perturbar o desenvolvimento, foi terminantemente proibida a pesca, há muito tempo. É natural, entretanto, que procuremos a colaboração de órgãos especializados nesse setor, afim de se fazer a escolha da espécie ou espécies mais adequadas ao fim desejado, o que no momento está sendo providenciado.

6) *Pastos e outras aves aquáticas* — Junto desses, está em estudo também o plano de criação em grande quantidade, de aves aquáticas comedoras de caramujos. O número dessas aves ainda é pequeno no momento.

7) *Outras medidas* — Já foram e irão sendo postas em prática, na proporção que se mostrarem oportunas, para que as condições atuais, excelentes sem dúvida, não sejam atingidas, antes para que sejam melhoradas.

O tratamento atual das águas fornecidas à região, pelo departamento competente da Prefeitura, impede que, por esse veículo, se verifiquem contaminações. Todos os fatores básicos que visam a profilaxia da equistosomose intestinal, naquele recanto, estão postos em jôgo pelo nosso serviço, até agora com a máxima eficiência imaginável.

Arrematando a face inicial da campanha, o ambulatório da Pampulha já teve a sua instalação definitiva em prédio próprio e com material do mais moderno e eficiente.

Por tudo isso, evitada a qualquer preço a solução de continuidade na obra executada, temos confiança em que já pertença inteiramente ao passado o mal que, durante algum tempo, ameaçou um dos mais futuros bairros da capital.

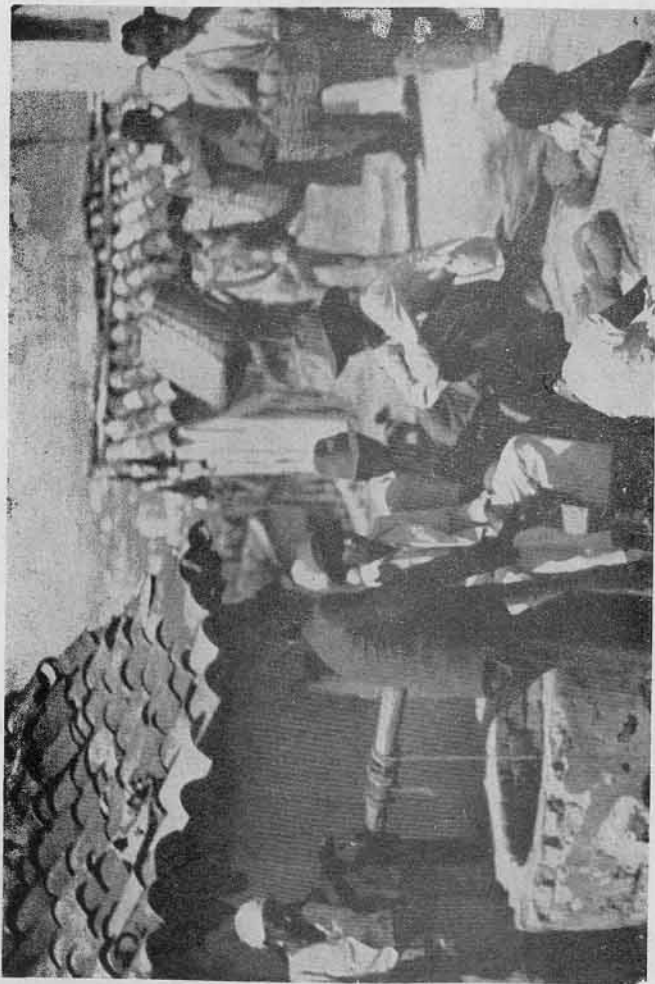
BAIRROS POPULARES

A atenção que demos à criação do bairro residencial da Pampulha tinha de ser contrabalançada, em respeito à própria função social da Administração, com o estudo e a solução do problema dos bairros populares, cuja importância na vida de uma capital, é óbvio insistir, se sobrepõe ao interesse, ou pelo menos, o iguala que devem encontrar dos governos os núcleos de vivendas das classes mais favorecidas.

Em vários anos sucessivos, a dois passos da cidade, se vinham localizando classes de menor capacidade econômica, operários e até mendigos, na área conhecida pela designação de Pedreira Prado Lopes. Administrações anteriores tomaram providências que visavam à urbanização daquela parte da cidade, sem conseguir, contudo, obra que saneasse higiênica e esteticamente o aglomerado. Nele fomos encontrar 483 casebres e cafúas, em lamentáveis condições de construção, sob qualquer ponto de vista, a abrigar uma população superior a 3.000 pessoas. Tais habitações primárias não contavam com serviço de água nem instalações sanitárias, apresentando, em sua totalidade, ou quase, os mais desoladores índices de habitabilidade, inferiores a quanto se poderia admitir, como expressão mínima de elementares condições de higiene. Crescia de pronto a gravidade das condições quando se verificava que essa verdadeira chaga, rasgada em nossa estrutura urbanística e social, se completa com um contingente de cerca de 25 % de cafúas exploradas em aluguéis, representando fonte de renda, antes que miserável moradia própria de trabalhadores.

Os terrenos daquela área, de cerca de 70 mil metros quadrados, que eram de propriedade da Prefeitura, estavam próximos do centro da cidade, mediante comunicação relativamente fácil e podiam ser, com trabalhos pouco onerosos, servidos pelas rêsdes de abastecimento de água, de esgoto e linha de bonde. Resolvemos então, aproveitar, convenientemente, aquela extensão. E a essa tarefa nos entregámos, certos de que seria

[76-α]



Aspecto comum da antiga Pedreira Prado Lopes

preferível tal iniciativa a transportar para local distante, com crescentes dificuldades para os próprios habitantes, aquela população que dia a dia se adensava. Verificámos a possibilidade de subdividir aquela área e revender ou aforar toda a gleba sem dúvida valorizada pelas condições naturais e pelos serviços que já haviam atingido. Encarando, porém, o assunto em seus aspectos fundamentais — o econômico, o higiênico e o urbanístico — comparámos as duas soluções possíveis: a primeira seria a de se fazer erguer ali mesmo, um novo bairro em condições técnicas satisfatórias; a segunda, promover a aquisição de terrenos fóra da cidade, para neles localizar os moradores da Pedreira. Como conclusão de todas as nossas considerações, com inúmeras outras diligências e estudos, preferimos resolver o problema com o critério que nos pareceu mais humano e, para esse fim, promulgámos o decreto-lei n.º 75, de 24 de outubro de 1940, cujo teor aqui reproduzimos, porque por si mesmo melhor fundamenta e justifica a solução eleita:

“O Prefeito de Belo-Horizonte, no uso de atribuição legal e considerando que o problema da habitação barata já se formou na Capital com a mesma premissa dos demais centros populosos do País;

Considerando que a construção das chamadas vilas-operárias ou populares, com que se tem procurado resolver esse problema, não constitui a sua melhor solução, em primeiro lugar, porque dada a falta de espaço no centro urbano, tais vilas só podem ser construídas em bairros distantes, onde se consome no transporte o que se economiza no aluguel; segundo porque, mesmo em se tratando de “casa própria”, tem mostrado a experiência que as classes menos favorecidas raramente atingem a estabilidade econômica necessária para possuí-la, donde o geral fracasso das tentativas;

Considerando que a solução mais viável consiste em fazer grandes prédios de apartamentos, onde, pela sua construção e sistema de exploração se torne possível um aluguel módico, ao alcance de qualquer bolsa;

Considerando, finalmente, que é dever da administração pública, principalmente da municipal, favorecer iniciativas dessa natureza, o que lhe dá, ao mesmo tempo, o direito de fiscalizar a sua execução; resolve

sancionar o seguinte Decreto-lei, aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado:

Art. 1.º — Fica reduzida a 4% a taxa de imposto predial dos prédios ou conjunto de prédios de apartamentos destinados às classes populares, desde que os mesmos preencham os seguintes requisitos:

a) — número mínimo de cinco (5) andares em cada pavilhão;

b) — número mínimo de quinhentos (500) apartamentos, ou moradas distintas no conjunto dos pavilhões;

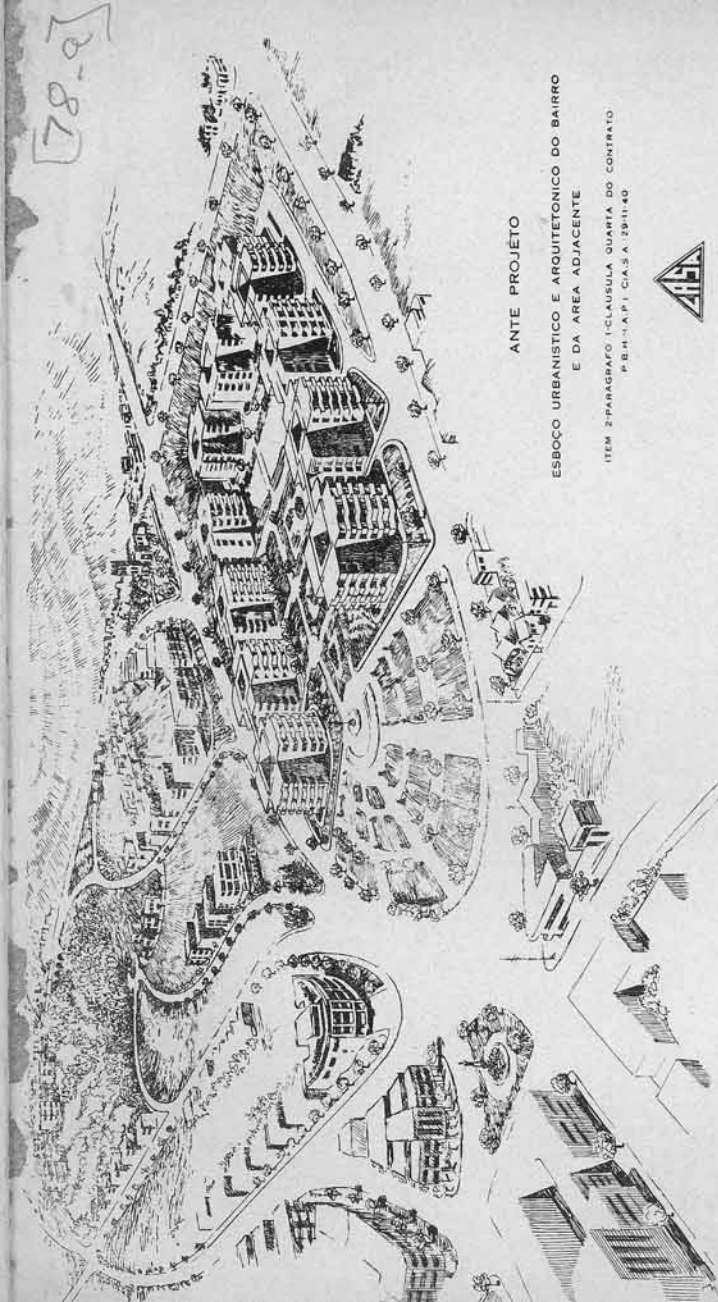
c) — aluguéis variando entre Cr\$70,00 e..... Cr\$250,00 por mês, de acôrdo com a tabela aprovada pela Prefeitura;

d) — área interna livre, ajardinada, para uso comum dos inquilinos.

Belo-Horizonte, 24 de outubro de 1940”.

Para completar as medidas aí tomadas e concretizar a solução a que visávamos, pudemos levar a bom têrmo, com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração S. A., o contrato, que também na íntegra transcrevemos, porque em seus termos se define o pensamento da Administração e a cooperação do I. A. P. I. e da C. A. S. A. :

“A Prefeitura Municipal de Belo-Horizonte, neste ato representada pelo Prefeito Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e designada Prefeitura; o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, nesse ato representado pelo seu Presidente Dr. Plínio Catanhêde e designada I. A. P. I.; e a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração, com séde na Capital Federal, e e neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Dr. Henrique de Almeida Gomes e designada C.A.S.A. têm justa e contratada a construção de um Bairro Popular na cidade de Belo-Horizonte, de conformidade com



o Decreto Municipal n.º 75, de 24 de outubro de 1940 e de acôrdo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Da localização do Bairro — O bairro popular será localizado em terrenos de propriedade da Prefeitura, na sexta secção suburbana, delimitado para montante, do lado direito pela avenida Pedro I; nos fundos, até, no máximo, a rua Araribá, por uma linha com a extensão de 230 metros, normal ao eixo longitudinal do bairro; na frente pela junção das avenidas Pedro I e José Bonifácio (projetada); e do lado esquerdo por uma rua a projetar, simétrica à avenida Pedro I em relação ao eixo do Bairro. O terreno referido terá uma área total de cinquenta e seis mil metros quadrados.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das obrigações da Prefeitura — A Prefeitura de Belo-Horizonte se obriga:

a) — a assinar uma escritura pública de aforamento ao I. A. P. I. do domínio útil do terreno descrito na cláusula primeira (cerca de 56.000 metros quadrados) mediante o pagamento de fôro anual de um cruzeiro e vinte centavos por metro quadrado de área edificada (cerca de dez mil metros quadrados);

b) — a executar por conta própria os trabalhos e obras de terraplenagem, saneamento, rês externas de água e esgotos, pavimentação dos logradouros internos circundantes do bairro e ajardinamento;

c) — a requisitar das empresas concessionárias, na forma das concessões vigentes e sem ônus para o I. A. P. I., os trabalhos e obras das rês externas de electricidade e telefones e bem assim a iluminação pública do bairro;

d) — a cobrar o imposto predial que venha a ser devido pelo bairro, de conformidade com o Decreto Lei Municipal n.º 75, de 25 de outubro de 1940.

107

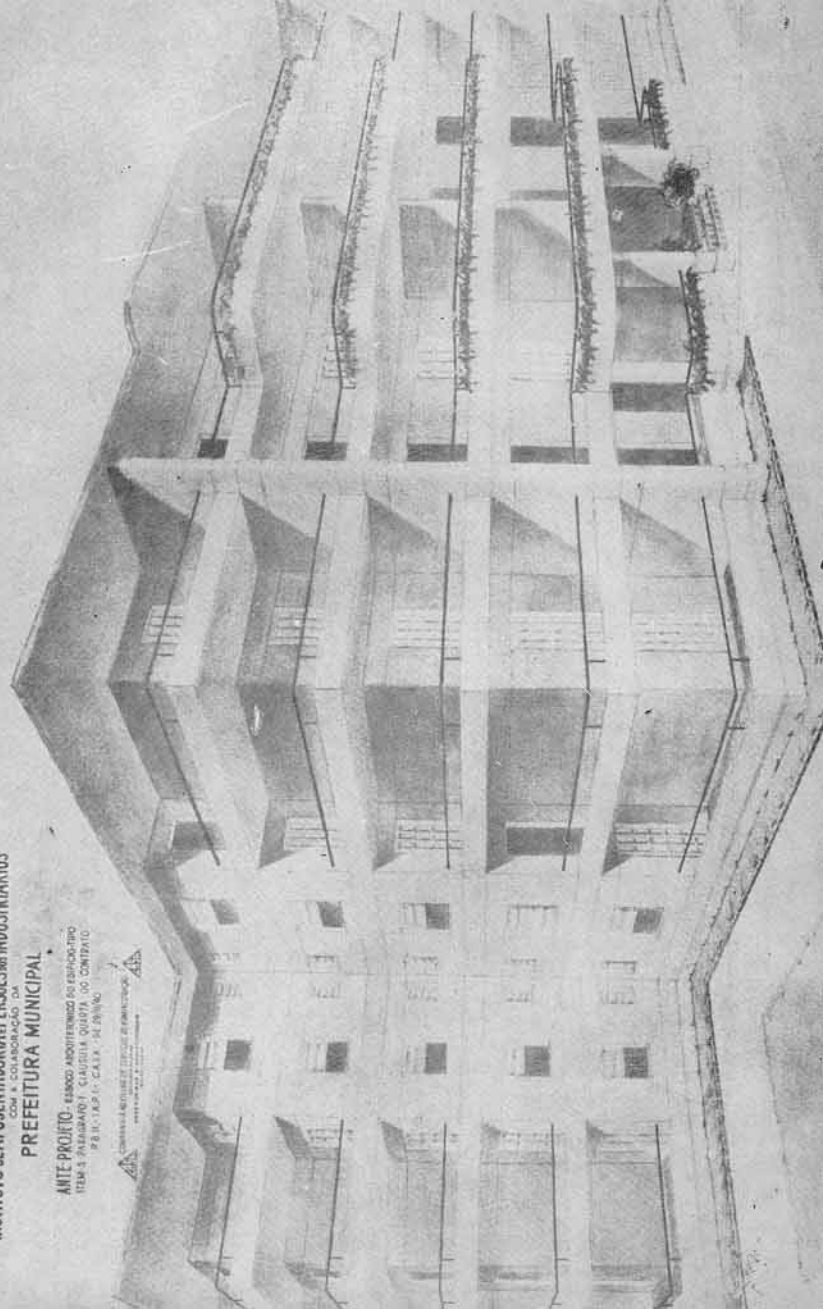
[80-a v]

BAIRRO POPULAR
 A SER CONSTRUÍDO EM
BELO HORIZONTE
 PELO
INSTITUTO DE APOSENTADORIA, PENSÕES E REINTEGRANTES INDUSTRIÁRIOS
 COM A COLABORAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL

ANTE-PROJETO - GRUPO ADOPTIVO DO PARCELIAMENTO
 ITEM 5 - PARCELIAMENTO - 10º CONTEÚDO
 28.8.1.8.2.1 - CALH. - 12.8.1.8.2.1



[80-b]



b) — Projeto do bairro dentro do prazo de cento e cinquenta dias da data desse contrato, compreendendo:

- 1) Maquete em gesso do bairro e da área adjacente de propriedade da Prefeitura;
- 2) Plantas, córtes, detalhes e cálculos para as fundações e para a estrutura dos edificios e demais obras de alvenaria;
- 3) Plantas, córtes e detalhes para fechamentos de vãos;
- 4) Plantas e detalhes para as instalações internas de águas, esgotos, electricidade, telefone e rádio-recepção;
- 5) Plantas, perfis, detalhes e especificações para os trabalhos e obras complementares a cargo da Prefeitura;
- 6) Especificações definitivas;
- 7) Orçamento orientador detalhado;
- 8) Tabela de locação e plano de organização dos serviços de administração do bairro.

c) — Plano completo de urbanização dos quarteirões sob os números 70 a 78 e 81 a 85 da sexta secção suburbana.

2.ª) — Colaborar com o I.A.P.I. e com a Prefeitura na fiscalização e na condução dos trabalhos e obras relativos à edificação do bairro, desde o respectivo inicio até a sua conclusão, mantendo para esse fim exclusivo, e junto aos mesmos, um escritório com pessoal técnico e administrativo da C.A.S.A. Nesse escritório deverá ser montado pela C.A.S.A. um mostruário dos principais materiais a serem empregados na construção, conforme as ESPECIFICAÇÕES DEFINITIVAS aprovadas pelo I.A.P.I.

CLAUSULA QUINTA

Da remuneração dos serviços — A Prefeitura e o I. A. P. I. se obrigam a pagar à C.A.S.A., como remunera-

ração dos serviços mencionados na cláusula quarta e tendo em vista não só os trabalhos de incorporação realizados na letra "c" do parágrafo primeiro da citada cláusula, uma importância total correspondente a 5% do valor dos trabalhos e obras da construção do bairro, inclusive edifícios e que não poderá exceder de setecentos contos de réis (700:000\$000), cabendo, respectivamente, à Prefeitura e ao I. A. P. I., três e quatro sétimos da referida importância e devendo os pagamentos serem efetivados do modo seguinte:

a) — até o máximo de cento e quarenta contos de réis (140:000\$000), após o recebimento pelo I. A. P. I. e pela Prefeitura do ANTE-PROJETO completo;

b) — até o máximo de duzentos e dez contos de réis (210:000\$000), após o recebimento pelo I. A. P. I. do PROJETO completo aprovado e legalizado pela Prefeitura, correndo por conta da C. A. S. A. os emolumentos de licença para construção;

c) — até o máximo de trezentos e cinquenta contos de réis (350:000\$000), em mensalidades calculadas de acordo com o tempo provável necessário à conclusão dos trabalhos e obras de construção do bairro.

VILA OPERÁRIA DO MATO DA LENHA

Se, com o decreto e o contrato acima reproduzidos, parte do grave problema se resolvia, era preciso considerar ainda que a urbanização da Pedreira Prado Lopes e a construção dos grandes edifícios, de que se constituirá o Bairro Popular, traziam em seu bôjo um problema novo: a localização embora em caráter provisório, até que fôsse concluídas as obras contratadas, daquelas três mil pessoas, anteriormente abrigadas nas cafúas da Pedreira. A aquisição de nova área de terreno, com requisitos determinados, se impunha e urgia não apenas como inicial medida de saneamento, mas ainda para que se não entravassem as obras de construção definitiva do Bairro Popular. Após minucioso cotêjo entre os vários terrenos ainda indivisos, mais próximos do centro urbano, que

contivessem possibilidades de receber as indispensáveis rês de água e esgotos a preços econômicos, optou a Administração pela escôlha das terras conhecidas sob a designação de Fazenda do "Mato da Lenha" e ali adquiriu 380.000 metros quadrados, pelo preço total de cento e quarenta e oito contos de réis (148:000\$000). A área adquirida se desenvolve em meia encosta suave, à margem direita do Arrudas, distando apenas mil metros do viaduto da avenida Amazonas, sobre aquele curso de água.

Convenientemente subdividida, oferece hoje, nos seus trinta e cinco quarteirões, a soma de 682 lotes, o que vale dizer que, com sua capacidade, poderá completar a totalidade da população da antiga Pedreira Prado Lopes em condições que, mesmo em residências precárias, não só estão acima de tôdas aquelas encontradas no antigo bairro, mas atendem às exigências normais de um núcleo moderno, habitável. Assim se converteu a antiga Fazenda do "Mato da Lenha" no segundo bairro popular, cuja construção a Prefeitura estudou, projetou e realizou, no período em exame.

HOSPITAL MUNICIPAL

Dia a dia, apresentam-se mais exiguas as instalações hospitalares destinadas a atender à população da capital. O número de enfermos cresce em relação à população, ao mesmo tempo em que o progresso do meio médico desperta a atenção de outros pontos, cujos doentes para aqui se dirigem, na ânsia natural de encontrar a cura para o mal que os aflige.

Os hospitais da cidade apesar do esforço e da dedicação quase sobrehumana dos que os dirigem, apresentam-se sempre superlotados. Conhecedor dessa situação anormal, atirámo-nos a um empreendimento que para nós é mais uma imposição, visto a Administração não poder relegar a plano inferior a função social e humana que lhe cabe, de minorar os sofrimentos físicos dos habitantes do município, bem como daqueles que procuram a capital para o tratamento da saúde.

Determinámos, então, o estudo do projeto do futuro Hospital Municipal, a ser construído pela Prefeitura. Confiamos o trabalho a técnicos, afim de que o edificio, uma vez cons-

truído, seja dotado de tôdas as exigências que a moderna técnica hospitalar exige. A execução do projeto será tôda ela confiada ao pessoal da própria Municipalidade, o que nos permitirá o trabalho por administração, menos oneroso, e garantia fiel na observância do traçado.

O Hospital Municipal se localizará no bairro da Lagoinha, no quarteirão 71, da VI Secção Suburbana, exatamente em frente ao local onde se construirá o conjunto denominado "Bairro Popular", outra das realizações de nosso govêrno, no capítulo da assistência social. O projeto, já concluído, abrangerá uma grande área construída, no total de 7.942,00 ms.², sendo o edifício em três pavimentos, de linhas modernas, elegantes e sóbrias. Confiado ao arquiteto R. Berti, desta capital, nele fôram introduzidas tôdas as exigências que a técnica moderna aconselha, equiparando-se o edifício, uma vez terminado, aos mais modernos hospitais. Com a capacidade para abrigar 306 leitos, dividir-se-á em três partes — a de Hospital, a de Maternidade e a de Ambulatórios para o povo, de tôdas as especialidades.

Por andares, assim estão distribuídas as acomodações:

1.º PAVIMENTO

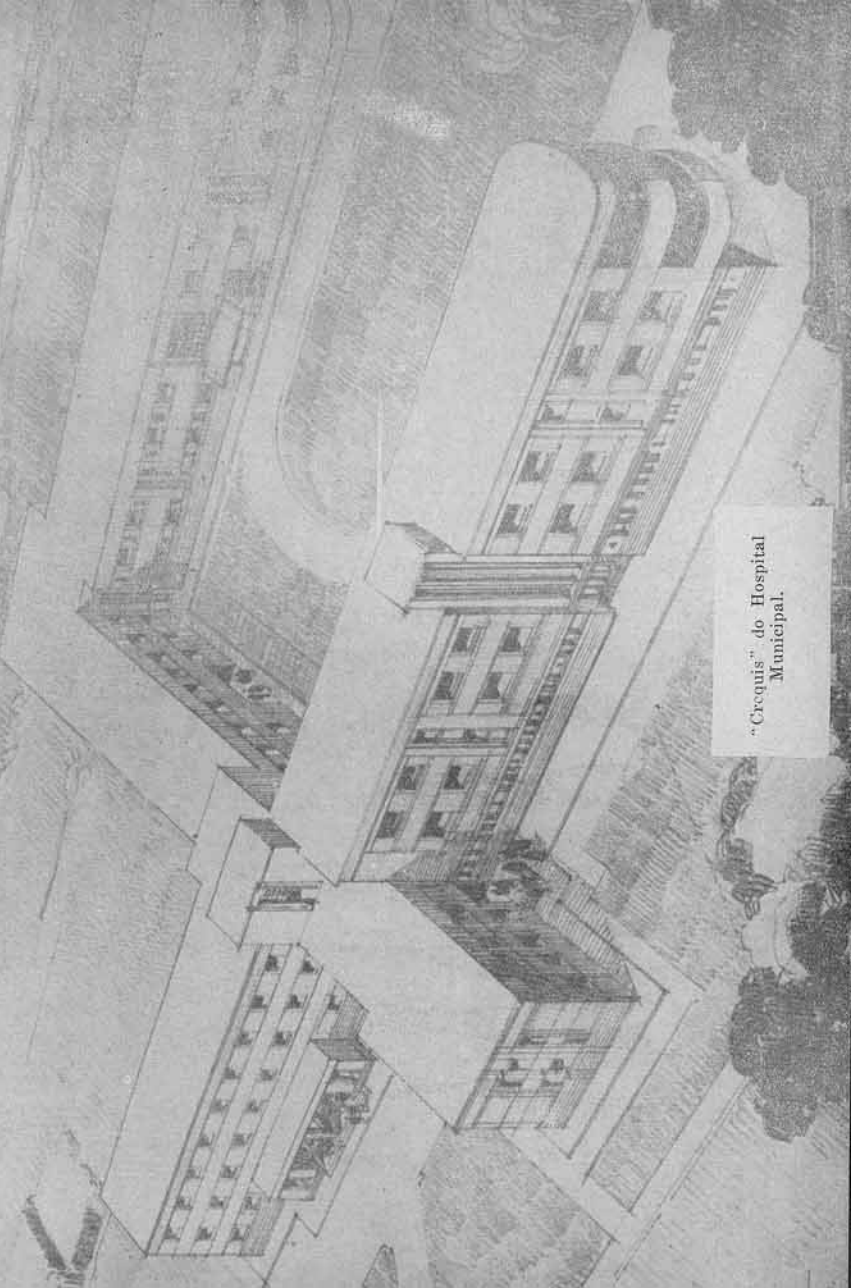
Hospital:

Observação e isolamento	8
Pronto Socorro	4
Médicos (internos)	5
Porteiro	1
Serviços (pessoal)	1
Total	19

Maternidade:

Indigentes	18
Creche-lactantes	18
Enfermeiras	4
Isolamento e observações	4
Serviços (pessoal)	6
Total	50

[84-a]



"Crequis" do Hospital Municipal.

[81-a ✓]

No 1.º pavimento se localizarão também os ambulatórios para tôdas as especialidades, assim como a administração do moderno estabelecimento.

2.º PAVIMENTO

Hospital:

Contribuintes	20
Indigentes	48
Silenciosos	8
Serviços (pessoal)	3
Total	79

Maternidade:

Contribuintes	14
Indigentes	18
Berçário	25
Isolamento e observação	8
Silenciosos	4
Enfermeiras	2
Portaria	1
Berçário	8
Médico	1
Total	82

3.º PAVIMENTO

Hospital:

Contribuintes	16
Indigentes	48
Silenciosos	8
Serviços (pessoal)	4
Total	76

Póde-se verificar, pela distribuição dos leitos, que o número de acomodações para indigentes será bem elevado, permitindo ao hospital exercer uma função de relevância na parte da assistência social.

111

112

Os pavimentos terão as seguintes áreas edificadas:
1.º) 3.177,00 ms.²; 2.º) 3.177,00 ms.² e o 3.º) 51.594,ms.².

Inicialmente, serão feitos os trabalhos de preparação do terreno, para o que se tornará necessária a transferência de varios moradores do local, a maioria dos quais edificaram suas casas em terrenos da própria Prefeitura, sendo este um dos motivos que determinaram a escolha do local para o futuro hospital, que, como acentuámos, terá instalações das mais modernas.

Característico interessante será a ausência absoluta de escadas no prédio. As passagens de um para outro pavimento serão feitas por meio de rampas suaves, que permitirão acesso fácil, mesmo aos enfêrmos. Apresentando a forma de um "h", o edificio a ser construido permitirá a localização das enfermarias e acomodações para particulares bem distanciadas umas das outras, assim, como perfeito arejamento, tornando-se uma construção saudável.

O Hospital será dotado de material cirúrgico do mais moderno e completo, afim de que, tanto com relação ao edificio, como no que se referir à aparelhagem, a realização da Municipalidade possa constituir um trabalho que engrandecerá a capital e proporcionará os mais amplos beneficios á população.

—>>><<<—

[87]

REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS

Desde o inicio de nossa administração, compreendemos a necessidade de uma reorganização interna de serviços. Como a ação da Administração se tornava mais urgente, nos serviços externos, atacámos de comêço, aqueles trabalhos que a cidade reclamava e que, pelo seu reflexo, iriam influir na própria organização interna, principalmente na parte da Receita.

Tanto na Despesa como na Receita, através de nossa observação e da constante afirmação de seus chefes, vimos que uma reforma se impunha. Os métodos, adotados de longa data, fugiam à realidade dos próprios serviços, hoje muito mais complexos, tal o desenvolvimento da cidade, e mesmo às normas pelas quais deviam êles ser realizados. Procurámos, então, atender aos reclamos dos chefes de serviço, bem como acautelar os interesse da Municipalidade, racionalizando os métodos de arrecadação, objetivando o aumento das rendas, sem gravame tributário, por meio de maiores facilidades aos contribuintes.

Com essa orientação, foi empreendida objetivamente a reorganização dos serviços fazendários da Prefeitura, com o concurso de engenheiro especializado em trabalhos dessa natureza e cuja atuação em outras cidades do país, principalmente no Rio de Janeiro e em Porto-Alegre, já produzira resultados práticos e notórios, que lhe abonam a idoneidade técnica.

Belo-Horizonte é uma cidade, como tantas outras do País, em cujas rendas públicas predominam as procedentes dos tributos sôbre a propriedade imobiliária, embora a renda pro-

veniente dos tributos que recaem sobre a atividade da população já apresente montante quase igual ao daqueles.

A taxação dos impostos territorial urbano e predial, principalmente a desse último, é das mais módicas em vigor no País. Não se aconselha o seu aumento porque não só o seu atual valor está em harmonia com a economia da população tributável, constituída na sua grande maioria de pequenos proprietários, como também a alta das rendas públicas pôde e deve ser obtida através de medidas de ordem administrativa, como as encetadas na Prefeitura.

Isto não quer dizer que a atual legislação fiscal não importe nessa completa revisão, no sentido de sua maior simplicidade e mais compreensão pelo público contribuinte. O cálculo de um imposto ou taxa deve ser acessível a qualquer gráu de instrução e não constituir um privilégio de alguns funcionários especializados.

Seria imprudente, entretanto, promover uma reforma na legislação fiscal antes de preparar os serviços da Prefeitura para executá-la e por isso, com o objetivo de dotar a Municipalidade de um serviço moderno na arrecadação de rendas públicas, foi organizado o Serviço de Mecanização. Como segundo passo para atingir a racionalização e mecanização dos trabalhos, realizou-se o Censo Imobiliário, tendo os proprietários de Belo-Horizonte evidenciado, mais uma vez, o seu alto espírito de cooperação com o Poder Público.

Ao Censo Imobiliário, seguiu-se o ensaio da cobrança dos impostos predial e territorial, por meio de guias mecanizadas que, entregues antecipadamente aos contribuintes nos respectivos domicílios ou escritórios, permitem o conhecimento prévio das importâncias devidas, proporcionando o ensejo de quaisquer reclamações eventuais, antes que os contribuintes efetuem o pagamento, bem como se realizassem esses atropêlos, em poucos minutos.

A revisão da legislação fiscal aludida e a plena eficácia do método de arrecadação adotado exigiam, por sua vez, a atualização da planta cadastral de Belo-Horizonte, a que nos referiremos a seguir.

Vencidas as primeiras dificuldades, o atual processo de cobrança dos impostos predial e territorial já revela as suas vantagens, confirmando a razão do êxito desse sistema, aplicado no Rio e em Porto-Alegre.

CRIAÇÃO DA DIRETORIA DOS SERVIÇOS FAZENDÁRIOS

Iniciada a reforma dos serviços internos, prosseguimos nos trabalhos a que nos impusemos, visando ao funcionamento perfeito da máquina administrativa. Assinámos, então, o decreto n.º 96, em 4 de agosto de 1941, pelo qual foi criada a Diretoria dos Serviços Fazendários, departamento que vem possibilitar a super-visão e a unificação do comando financeiro geral dos negócios do Município. Pela própria denominação dessa Diretoria, pôde-se compreender a sua importância, bem como a sua função, no conjunto do organismo municipal, onde serviços diversos devem ser agrupados, sob uma orientação única.

Na organização anterior, vários departamentos distintos existiam, sem que, no entanto, estreita articulação se fizesse entre eles e lhes desse a unidade indispensável para a boa marcha da administração. Departamentos como o do Patrimônio, o do Pessoal, e, mais tarde, o da Mecanização, figuravam como entidades estanques, sem a interpretação indispensável a que se possa configurar a exatidão ou o valor do patrimônio municipal com todas as suas mutações normais.

De outro lado, a Inspetoria da Receita, a que se confiava a arrecadação dos tributos, permanecia como que isolada, enquanto que a da Despesa e Contabilidade, com seus diferentes desdobramentos, formava outro grupo, não entrosado, sem órgão que pudesse desenvolver convenientemente, do ponto de vista econômico-financeiro, seus movimentos comuns para regular a marcha da vida municipal. Depois de acurados estudos, em que fôram balanceadas todas as deficiências e analisadas as falhas que a experiência indicara durante longo período de ação, fez-se o plano da criação da Diretoria dos Serviços Fazendários, tendo em vista articular, de forma racional e produtiva, os diversos serviços independentes ou correlatos em um organismo que permitisse o controle perfeito e o maior rendimento dos serviços públicos.

Por esse decreto, além da Receita, Contabilidade, Pessoal e Patrimônio, foram criadas as Superintendências da Mecanização, Tesouraria e Material, cada uma com função especializada. Da Receita se afastou a parte dos recebimentos, que, juntamente com a dos pagamentos, passou a ser da competência da Tesouraria. A Superintendência dos Serviços do Pessoal incumbiu-se toda a responsabilidade pelo funcionalismo municipal quer o fixo, quer o variável, bem como o processamento da despesa com esse funcionalismo. O Patrimônio não teve modificações, enquanto a Contabilidade, que com a Despesa formavam um só serviço, excessivamente sobrecarregado pelos múltiplos encargos, passou a executar apenas a parte da Contabilidade propriamente dita. O Serviço de Compras e a parte da Despesa, de natureza diversa que não a de pessoal, formaram a Superintendência do Material, departamento de capital importância, e que será amplamente explanada noutra parte desse relatório. A Tesouraria foi cometido, além do movimento de recebimentos e pagamentos, a guarda de valores e a fiscalização da Dívida Fundada Interna. Por último, a Mecanização se entregou todo o serviço mecanizado da Municipalidade, quer da Receita ou da Despesa, bem como a confecção das folhas mecanizadas de Pessoal.

Esta reforma visou o desdobramento de órgãos que, pela sobrecarga que se lhes impunha, não podiam prestar à Administração os serviços deles esperados.

Procurámos, pois, com o decreto citado, enfeixar essa entidade numa estrutura geral e única, partindo da necessidade de perfeita coordenação de todos os serviços fazendários da Prefeitura.

Em 1942 estarão vigorando as primeiras medidas relativas à reorganização dos serviços de pessoal, material, dívida consolidada, movimento de fundos, recebimentos e pagamentos e contabilidade.

Os servidores da Prefeitura veem colaborando decididamente com a Administração no sentido do êxito dessas medidas, que, visando o interesse público, contribuem também para a maior segurança do trabalho de cada um, através de sua auto-riedade e responsabilidade.

SERVIÇOS DA PLANTA CADASTRAL

A planta cadastral da cidade não correspondia à realidade, e, a cada momento, a Administração se via forçada a proceder a trabalhos topográficos de emergência para atender às necessidades dos serviços de receita, patrimônio, obras, águas e esgotos, transportes coletivos, urbanização de áreas, etc.

Relativamente à cobrança dos impostos territorial, urbano e predial, esse atraso da planta trazia graves perturbações aos serviços de lançamento, provocando desentendimentos, às vezes deploráveis, entre a Administração e os contribuintes.

Determinámos, então, como medida indispensável à reorganização dos serviços fazendários, os trabalhos de atualização da planta cadastral de Belo-Horizonte, devendo os serviços correspondentes à zona urbana estarem concluídos no começo de 1943, quando os proprietários de imóveis situados na citada zona deverão receber, gratuitamente, um certificado de registo fiscal de cada uma de suas propriedades, com planta respectiva, e todas as dimensões e delimitações.

Posteriormente, o mesmo sucederá com os proprietários de imóveis situados na zona suburbana, devendo, então, ficar definitivamente concluídos e racionalizados os trabalhos de arrecadação dos tributos sobre a propriedade imóvel, bem como das taxas de serviços públicos, inclusive águas e esgotos.

Pelas normas técnicas observadas, que asseguram o maior rigor, pela inclusão de todos os pormenores necessários, em escala conveniente, como se poderá verificar na parte já executada, conseguiremos uma planta cadastral ímpar em todo o país porque, mesmo centros como Rio de Janeiro e São Paulo, lutam ainda pela consecução similar satisfatória.

Tendo em vista as falhas decorrentes da ausência dessa planta, ausência de que se originam graves prejuízos para os interesses da municipalidade e dos particulares e, sobretudo, para a organização dos vários departamentos da Prefeitura, resolvemos intensificar os trabalhos de modo à alcançar a sua execução completa e definitiva em curto prazo.

Em face da dificuldade de admissão temporária de pessoal numeroso e de formação técnica, com horário e ritmo de trabalho fóra das normas comuns da Prefeitura, optámos pelo sistema de empreitada, contratando-a com empresa especializada, possuidora de aparelhamento próprio.

O prazo para a execução dos trabalhos foi de dezessete meses, estando já concluído o levantamento da zona urbana.

Tal contrato, além da planta cadastral, na escala de 1:1.000, em folhas de 0,80 x 0,60, estipula ainda a organização de uma planta de conjunto da cidade, na escala de 1:2.500 e uma do Município na escala de 1:5.000.

Para a execução dessa última será usado o processo aero-fotogramétrico, com ótima base terrestre fornecida pela triangulação.

Os quarteirões serão desenhados na escala de 1:250 e, ainda nessa mesma escala, serão fornecidas fichas de cada propriedade, elementos pelos quais se organizarão os quadros de renda imobiliária e a padronização de valores, assim, como constituirão um dos mais rápidos elementos comprobatórios da propriedade, de fácil compreensão e nitidez perfeita.

A triangulação para contróle de todos os levantamentos foi executada com a colaboração do Departamento Geográfico do Estado, com características das mais modernas obras dessa natureza.

Os trabalhos de escritório permitem verificações múltiplas dos dados colhidos no campo. Os cálculos das poligonais, das coordenadas, das estações, dos caminhamentos e dos cantos de quarteirões são exclusivamente, nesse mister.

Finalmente, a planta de conjunto propriamente dita abrangerá também a zona de expansão da cidade, com as anotações topográficas completas, inclusive o relêvo do solo, representado por curvas de nível de metro em metro.

Com tais elementos, poder-se-á organizar, então, um plano de urbanização completo e preciso, adaptando-se ao terreno, tanto quanto aconselhável, os estranhos traçados de vilas já aprovadas, afim de evitar-se que a capital continue a se desenvolver desordenadamente, com prejuizos incalculáveis de tô-

da a ordem e em contraste chocante com o núcleo inicial planejado com carinho e certa visão.

E' objetivo da Administração utilizar-se, já em 1943, do cadastro para reforma dos serviços da Renda Imobiliária.

Póde-se compreender, mesmo a uma apreciação mais rápida, qual a importância desse serviço, a que a Administração emprestou todo o seu interesse. Numa cidade de crescimento vertiginoso, os serviços devem ser feitos com caráter de permanentes e duradouros. Sem uma planta cadastral perfeita, muitos erros se tornariam de correção difícil no futuro, como, aliás, já temos tido ensejo de observar.

A organização de uma planta cadastral perfeita possibilitará a criação de um cadastro imobiliário com todos os elementos indispensáveis à completa finalidade a que se destina. A Administração obterá, nesse serviço, o que ela necessitar, com relação à individualização da propriedade, assim como os característicos por grupos de propriedade, tão indispensáveis para a sua avaliação.

Para os contribuintes, o cadastro será ainda uma fonte preciosa, principalmente em face do Certificado do Registro Fiscal, que terá todos os elementos da propriedade, inclusive a planta, em escala que permitirá o conhecimento exato do imóvel. Em pouco, o Certificado deverá ser documento indispensável a quantos desejarem transacionar com propriedades imobiliárias.

FINANÇAS

O encarecimento do custo da máquina administrativa, consequência da ampliação dos negócios municipais e do crescimento da própria cidade, — que exige aquela ampliação; a complexidade dos problemas urbanos e do governo da capital; a renovação ou substituição de peças de sua engrenagem; o aumento de pessoal para atender a serviços novos ou que se desenvolvem tudo isso, a um tempo, tem levado a vida financeira de Belo-Horizonte a extremos curiosos de dificuldades econômicas.

De fato, obrigada a manter ou renovar, e a ampliar todos os serviços existentes, a Administração deve ainda promover meios para construir obras novas, embora a sua arrecadação normal apenas dê para se fazer frente ao custo do pessoal indispensável e à manutenção ou conserva das obras já existentes e das quais cada dia se exige maior rendimento, afim de que o ritmo da existência urbana não venha a sofrer colapsos.

Diante do fenômeno analisado, através do qual se vê o desequilíbrio patente entre o que se arrecada e o que se deve realizar, uma alternativa se nos impôs, no começo de nossa administração: ou nos preocuparíamos somente em deixar que a administração se limitasse a cobrar e a inverter a arrecadação na conserva dos serviços existentes, ou deveríamos buscar meios extraordinários que permitissem a realização de obras novas, veementemente reclamadas pelo bem público e pela própria administração.

Na primeira hipótese, se tivéssemos optado por ela, teríamos feito um governo passivo que traria a pausa ao progresso e o estiolamento de atividades nos diversos setores da "urbs".

Preferimos a segunda, que nos pareceu de acôrdo com a nossa consciência e norma consentânea com o próprio ímpeto de evolução da capital, realizando o que nos foi possível, como obras de saneamento, de higienização, de urbanismo, de valorização do patrimônio público e privado, de modernização da cidade, de solução de seus problemas de circulação e crescimento. Todas exigiram fundos que, felizmente, puderam obter-se sem que novos ônus se impusessem aos contribuintes.

Em lugar de recorrer à criação de tributos, que também poderiam desequilibrar a capacidade de pagamento dos munícipes, buscâmos, pelos contratos de financiamento, em bases suaves, haver o capital indispensável à efetivação daquelas obras.

Assim, foi que, em 1940, o Governo Municipal levou a termo a operação de 12.522:910\$000 (doze mil, quinhentos e vinte e dois contos, novecentos e dez mil réis), com emissão de notas promissórias a prazos razoáveis, atingindo o valor de 18.506:000\$000 (dezoito mil, quinhentos e seis contos de réis). Tal soma foi invertida no prosseguimento do plano de pavimentação e calçamento de ruas da cidade, em canalizações e retificações de córregos, na abertura de ruas e avenidas de finalidades urbanísticas e econômicas, das quais já demos detalhada descrição no presente relatório, possibilitando, com exuberância de informes, a comparação do que se fez com o que se gastou.

ORÇAMENTO DE 1940

Ao assumirmos o governo da cidade, já estava em execução o orçamento do exercício de 1940. Padronizado segundo as normas traçadas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, que constituíram o decreto-lei n.º 1.804, de 24 de novembro de 1939 e que completaram o quadro dos dispositivos sobre administração dos Estados e Municípios, (decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939), vínhamos enfrentar, no Município, a primeira fase do reajustamento fazendário que o Governo Federal acabava de determinar, para eliminação do empirismo em grande parte reinante na administração, na economia, nas finanças e na contabilidade pública do País e, particularmente, dos Estados e seus Municípios.

Não eram animadoras as cifras encontradas na previsão feita dos recursos e obrigações.

De fato, enquanto se estimava a arrecadação provável em 28.602:800\$000 (vinte e oito mil, seiscentos e dois contos e oitocentos mil réis), a despesa julgada irredutível se representava pelos números de 34.726:839\$400 (trinta e quatro mil, setecentos e vinte e seis contos, oitocentos e trinta e nove mil e quatrocentos réis), o que vale dizer, que tínhamos diante de nós o regime de "deficit" restaurado no Município, alcançando nesse ano a cifra de 6.124:039\$400 (seis mil, cento e vinte e quatro contos, trinta e nove mil e quatrocentos réis).

Previsão da Despesa forçada 34.726:839\$400
" da Receita 28.602:800\$000

Diferença para menos, ou
"deficit" provável 6.124:039\$400

Se, por uma parte, parecia imprescindível que se custassem despesas naquele valor, do lado da arrecadação poucas esperanças sobravam de que a receita pudesse ultrapassar os algarismos previstos.

Nessa árdua conjuntura, desejando atingir o equilíbrio financeiro, sem prejuízo das realizações indispensáveis, tivemos de nos lançar em dois sentidos a um só tempo, para colimar o fim de equilíbrio financeiro, expurgando o "deficit" previsto.

Nossa política se prejetou, desde logo, no rumo de rever toda a previsão de gastos, para reduzi-los ao mínimo indispensável e inadiável, balanceando com escrupulosa atenção, verba a verba, as exigências da administração e da vida urbana.

Conseguimos, dessa parte, encerrar o ano de 1940, com um dispêndio menor do que o pré-estimado, reduzindo a Despesa, de 34.726:839\$400 (prevista) para 31.838:736\$600, com uma diferença, pois, a favor de nosso objetivo, expressa nos números abaixo, de 2.888:102\$800:

Despesa orçamentada 34.726:839\$400
Despesa efetivamente re-
lizada 31.838:736\$600

Diferença para menos 2.888:102\$800

118

Observe-se que, apesar dessa redução de valor, nenhuma obra se interrompeu e outras foram aceleradas, atendendo a solicitações de maior premência.

Tendendo com a redução de gastos à situação que desejávamos, outro movimento se promoveu, na coluna da Receita, tendo-se em vista o fim comum de equilíbrio.

Ativando-se a arrecadação anual, sem nenhum imposto novo, fazendo-a com métodos racionais e processos justos, pudemos ver atingida e passada a previsão orçamentária, cobrindo-a com um "superavit" de 4.370:034\$500, assim efetivamente alcançado:

RECEITA ARRECADADA

Ordinária	24.398:853\$800	
Extraordinária	<u>8.510:980\$700</u>	32.909:834\$500

RECEITA PREVISTA

Ordinária	21.188:800\$000	
Extrarodinária	<u>7.414:000\$000</u>	28.602:800\$000
Arrecadados, além da previsão ..		<u>4.307:034\$500</u>

Ora, se na Receita conseguimos uma diferença a mais, e na Despesa gastámos a menos, chegámos ao seguinte resultado real:

Valor a mais na arrecadação	4.307:034\$500
Valor a menos na despesa	2.888:102\$800
Soma	<u>7.195:137\$300</u>

Passámos, assim, de um "deficit" pressuposto de 6.124:034\$400 a um benefício financeiro de 7.195:137\$300,

e chegámos a um "superavit" real, efetivo, de 1.071:097\$900, diferença entre as duas colunas e assim provado:

RECEITA

Arrecadação realizada	32.909:834\$500
-----------------------------	-----------------

DESPESA

Gastos realmente feitos	31.838:736\$600
"Superavit" efetivo	<u>1.071:097\$900</u>

Com referência ao nosso regime de retração de despesas, para o fim do equilíbrio financeiro visado, especificámos, abaixo, as verbas em que foi possível o corte saneador que nos habilitou à consecução do "superavit" real de 1.071:097\$900.

Fôram feitas, segundo vimos, economias no valor de 2.888:102\$900, que assim se decompõem, pelos diversos títulos orçamentários:

Administração Geral	203:584\$700
Exação e Fiscalização Financeira	87:549\$900
Segurança Pública e Assistência Social ..	31:059\$600
Educação Pública	89:046\$100
Saúde Pública	239:615\$600
Serviços Industriais	26:643\$600
Dívida Pública ..	7:782\$500
Serviços de Utilidade Pública	1.994:119\$500
Encargos Diversos	208:701\$400
Total	<u>2.888:102\$900</u>

COMPROMISSOS ANTERIORES

Cumpre mencionar, ainda, que no exercício em fêco, tivemos que fazer frente a vários compromissos de vulto, que nos vieram de anos anteriores aos da nossa administração,

havendo sido resgatadas parcelas que somaram 5.018:972\$800 e pagas ou reformadas letras que ascenderam às cifras ponderáveis de 20.758:095\$200.

BALANÇO DO ATIVO E DO PASSIVO PARA O EXERCÍCIO DE 1941

Balanceados os bens do Município, se pôde deduzir do cotêjo entre o ativo e o passivo um resultado líquido no valor de 125.664:337\$900, para o exercício de 1941.

CRÉDITO

Ao encerrar-se o balanço do exercício de 1940, em 31 de dezembro desse ano, os créditos da Prefeitura de Belo-Horizonte eram representados pelos valores seguintes:

Divida ativa inscrita	2.977:639\$200
Empresa Nacional de Melhoramentos Ltda. — C/ de financiamento ..	4.127:584\$400
Exatores	2:949\$400
Empréstimos agrícolas não liquidados ..	12:500\$000
Contas correntes devedoras diversas ..	17.147:966\$400
Soma	24.268:639\$400

Aos saldos disponíveis, integrando o ativo nas massas de disponibilidade do Município, deve acrescentar-se as seguintes parcelas, em resumo:

Bancos	90:966\$700
Em caixa	157:526\$400
Total do saldo disponível	248:493\$100

VALORES

São também corpo do ativo da Prefeitura lotes de apólices estaduais e municipais, assim como material em estoque, balanceados no fim do exercício e que, pelas cotações do dia, foram estimados no balanço do almoxarifado municipal. Tais valores se representam, em síntese, pelas cifras abaixo:

Apólices diversas	80:600\$000
Material em estoque	216:272\$000
Somas dos valores	696:872\$000

PASSIVO

Apresenta-se o passivo do Município por obrigações de quatro espécies e que têm sido satisfeitas de acordo com os planos pre-estabelecidos para amortização e pagamento de juros.

As condições econômico-financeiras não permitiram um reajustamento que uniformizasse as taxas de interesses ou que nos proporcionasse existência mais folgada ou regime financeiro mais tranquilizador. A escassez de capitais e a forçada aplicação das somas arrecadadas em obras reprodutivas, ou em serviços que o progresso da cidade reclama, desaconselharam qualquer antecipação de liquidação das obrigações em foco e impediram aquele reajustamento que viria, com a unificação da dívida e estandartização do tipo de juros, desembaraçar as iniciativas da administração. Apesar de tudo, os algarismos que a seguir-se vão lêr, são animadores, embora representem obrigações, uma vez que em nenhuma de suas modalidades faltávamos à satisfação dos compromissos encontrados.

a) — Dívida fundada interna:

Eleva-se hoje a dívida consolidada do município de Belo-Horizonte à cifra de 41.340:900\$000, importância que, confrontada com o orçamento previsto para 1942, pouco mais representa do que 50% das arrecadações orçamentadas. Contraída através de títulos, é mister que se saliente que cerca de

25% dessa totalidade, ou seja 10 mil contos de réis, estão ainda detidos pela Prefeitura.

Os juros dessas apólices municipais, que, em circulação, ascendem a 31.340:900\$000, soma menor do que a arrecadação do exercício de 1940, — que ascendeu a 32.909:834\$500, — os juros, dizíamos, vêm sendo rigorosamente pagos em dia pelos guichês do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais.

b) — Empréstimos:

Com a Caixa Econômica Federal, havia feito o Município um empréstimo de 25 mil contos de réis, em condições razoáveis quanto ao prazo e quanto ao tipo de juros.

Hoje, com sua amortização regularmente operada, esses empréstimos baixaram para 23.107:121\$700, importância do nosso saldo no encerramento do exercício de 1940.

c) — Bancos:

Com a intervenção daqueles dois estabelecimentos, com os quais mantemos essas contas garantidas dentro das normas estritamente bancárias, prazo e juros razoáveis, impedimos o estacionamento dos serviços, de obras e mesmo da administração. Os saldos das referidas contas estavam expressos, no fim do exercício, pelos algarismos seguintes:

Banco de Crédito Real de M. Gerais S. A. 2.316:847\$700
Banco Comércio e Indústria de M. Gerais S.A., 9.400:721\$900

d) — Dívida Flutuante:

Difícilmente se pôde desenvolver qualquer administração, quando sobre a mesma pesam os encargos de altas cifras oriundas de dívida flutuante; mas dificilmente também se pôde administrar, atendendo às exigências complexas da vida e do Desenvolvimento de uma empresa, de uma cidade ou de um município, sem os recursos aos mais fáceis meios de obtenção de prontos valores, o que determina a criação da dívida flutuante.

Apesar dos nossos esforços por converter esse passivo em dívida consolidada, com o prazo amplo e juros regulares, as condições já acima referidas não nos deram ensejo a tal benéfica

solução. Foi a Prefeitura obrigada, paulatinamente, para cobertura de seus encargos de imediata liquidação, a emitir letras que somavam, ao cabo do exercício de 1940, a importância de 39.996:134\$800. E' preciso que se frise que nessa totalidade, se acham compreendidas exigibilidades que correrão no curso de 1942 a 1946, estimadas em 21.744:927\$020, ou sejam mais de 50% daquela soma.

Razoavelmente distribuídas aquelas letras por períodos de quadriênio 42-46, ficou desde logo o Município desonerado de sua satisfação e obrigado, apenas, a atender ao saldo que se apura da diferença das duas parcelas:

Letras emitidas	39.996:134\$800
Compromissos para o quadriênio 42-46	21.744:927\$020
Saldo a liquidar-se	<u>18.251:207\$780</u>

Devem-se ainda acrescentar à relação dos débitos flutuantes da Prefeitura três novas parcelas, as quais acusam os saldos seguintes:

Restos a pagar	3.409:932\$800
Contas corrente credoras	465:911\$200
Consignações	250:498\$000
Soma	<u>4.126:342\$000</u>

O EXERCICIO DE 1941

A fase inicial de ajustamento financeiro, particularmente em seus termos contabilísticos, estava feita na Administração do Município em obediência aos decretos 1.084 e 1.202, conforme ficou acentuado anteriormente.

Ao elaborarmos a lei de meios para o novo período, quisemos continuar com o critério que presidiu o movimento de 1940 e a política a que havíamos aderido, de eliminação de qualquer "deficit".

A previsão do primeiro exercício encerrava um desequilíbrio de cerca de seis mil contos de réis. Nosso esforço

conseguiu eliminá-lo, na execução do orçamento, transformando-o num "superavit" real de 1.071:097\$900.

Tal resultado permitiu que o plano orçamentário se delinearasse com nova previsão deficitária que, em todo o caso, baixava, de 40 para 41.

De fato, os algarismos esclareceram a situação:

Deficit que encontrámos previsto para 1940	6.124:039\$400
Deficit que previmos para 1941	2.307:300\$300

Tal ante-visão orçamentária, porém, não indicava que estávamos a chegar a uma situação real de desequilíbrio. Isto seria, aliás, procurar, num exercício, o que havíamos evitado com todo empenho no anterior, ao executar o orçamento.

Quisemos, sim, alinhar nas colunas da Despesa todas as rubricas de gastos considerados fatais, irremovíveis, sem desejar exprimir, paralelamente, nos algarismos teóricos da Receita, exagerado otimismo.

Confiámos, em que, no período das realizações, quer da arrecadação, quer dos gastos, fôsse possível desenvolver aquela e retrair esta, até que as duas colunas se equiparassem e se alcançasse, pelo menos, o fechamento do balanço sem nenhum "deficit".

Tendo em vista a previsão deficitária, lançámo-nos, como fizéramos no período de 40, à política de nivelção da Receita e da Despesa, a todo o preço.

A Receita prefixada ascendia a 45.249:216\$000, enquanto se estimava a Despesa em 47.601:516\$300 — o que resultava na previsão do "deficit" já mencionado de 2.307:300\$300.

Sem jamais perder de vista o espantinho desse "deficit" até então apenas teórico, entrámos logo pelo caminho das realizações, desdobrando intensa atividade arrecadadora, para destruí-lo.

Apesar de que nenhum imposto e nenhuma nova taxa fossem criados no decorrer do ano, vimos, desde logo, que, com fiscalização rigorosa e a premente ativação de coletas, que nos

propusemos, as cifras iniciais seriam cobertas, porque estavam folgadas, dentro da capacidade dos contribuintes.

Assim foi possível atingir e ultrapassar de forma ampla a previsão da Receita, como se demonstra nos mapas da nossa Fazenda:

Receita arrecadada em 1941	53.974:070\$000
Receita prevista para 1941	45.294:216\$000
Arrec. a mais da previsão	8.679:854\$000

Esse resultado unilateral, confortador, daria, por si, para a compensação do "deficit" que se previra, apresentando ainda saldo favorável.

Realmente, se o "deficit" do orçamento estava pré-avaliado em 2.307:300\$300 e se a arrecadação efetiva ultrapassara de 8.679:854\$000 a previsão fiscal, tínhamos no excesso da cobertura daquele, margem para um "superavit" apreciável, assim expresso:

Arrecadado a maior em 1941	8.679:854\$000
"Deficit" previsto no orçamento para 1941	2.307:300\$300
Diferença para mais	6.372:553\$700

Infelizmente, uma conjunção de fatores tremendos impediu que os resultados fôsem tais e tão animadores.

Aconteceu que, num paralelismo fatal, as rubricas da Despesa fôram crescendo, impulsionadas por causas irremovíveis.

Se, de um lado, novas obras urgentes, de necessidade ou de utilidade públicas, determinavam vultosas inversões, de outro o custo dessa e das demais, regularmente previstas, subia a cada momento. A escassez de cimento, ferro, madeiras, a alta da mão de obra, a dificuldade de transportes — efeitos do período excepcional que já vínhamos vivendo, com as restrições económicas consequentes da guerra, oneravam, superoneravam tôdas as realizações. E essas tinham de ser atingidas, já porque os serviços eram reclamados com veemência pelo bem público, já porque sustar obras iniciadas seria, além de fugir à satisfa-

ção de necessidades da população, sacrificar os capitais já absorvidos nos serviços em andamento.

Para se ter idéia dos limites a que tais condições nos levaram, basta que se confrontem os números que totalizam a Despesa, durante o exercício de 41, coluna que reúne, em efetivo, o custo exato do que se construiu durante o período:

Despesa realmente feita em 1941	59.419:331\$200
Despesa prevista para 1941	47.601:516\$300
Gastos a maior	<u>11.817:814\$900</u>

A diferença entre o previsto e o realizado, que se traduziu num aumento de cerca de 25%, com essa importância de 11.817:814\$900, se somada ao "deficit" da previsão orçamentária, vem dar o total abaixo:

Gastos a maior	11.817:814\$900
"Deficit" inicialmente previsto	2.307:300\$300
Soma	<u>14.125:115\$200</u>

Logicamente e dadas as condições excepcionais do ano de 41, seria permitido aceitar-se um "deficit" real de 14.125:115\$200 no período e, no entanto, conseguimos encerrar o balanço desse ano como "deficit" real apenas de 5.445:261\$200, como se demonstra a seguir:

Despesa realmente feita	59.419:331\$200
Receita efetivamente arrecadada	53.974:070\$000
"Deficit" do exercício	<u>5.445:261\$200</u>

Não foi, pois, vão o nosso esforço e, diante da situação em que tivemos que viver esse aflitivo 1941, conseguimos resultado que nos parece confortador, quer porque nenhum sacrificio se impôs à capacidade de tributação dos municípios, quer porque não se interrompeu a prestação de serviços a que eles têm direito, quer finalmente, porque não sofreu solução de continuidade a realização de nenhuma das obras que o bem estar coletivo reclamou nessa fase. Antes as aumentámos, para valorização do patrimônio do Município.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA PATRIMONIAL

Analisada em seus pormenores, de acôrdo com o mapa da Fazenda, devemos dela fazer ressaltar, os termos seguintes:

1) — Despesa Orçamentária —

a) Serviços de Utilidade Pública	17.724:540\$000
b) Serviços da Dívida Pública	15.148:831\$800
c) Serviços Diversos	3.675:620\$400
d) Serviços de Saúde Pública	2.594:660\$000
e) Administração Geral	2.495:533\$600

A simples leitura dos algarismos supra dá a noção das atividades do exercício, situando em destaque indistigável os serviços de utilidade pública, a que se segue a sempre onerosa coluna de amortização e juros da dívida. Esta veio acumulada e, acumulando-se de ano a ano, para que as administrações pudessem e possam seguir dotando a cidade dos recursos que reclama para a sua vida e que, servindo a sucessivos períodos sobre eles pesa, como é razoável.

2) — Créditos Especiais e Suplementares —

Atingiram tais créditos a soma de 1.104:503\$400, isto é, cerca de 5% do orçamento, e atenderam em especial a encargos diversos, de utilidade e educação pública, e de administração geral, contribuindo a última rubrica com cerca de 10% do total.

BALANÇO PATRIMONIAL

Acusa êsse um patrimônio líquido de 22 420:169\$800.

E' mister que se assinale, que, em obediência à determinação do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, fomos obrigados a deduzir, no balanço, as parcelas originárias do patrimônio "não disponível", segundo a classificação imposta, o que resultou numa diferença, para menos, de cerca de 100.000:000\$000.

Observe-se:

Patrimônio líquido em 1940	125.664:337\$900	
Patrimônio líquido em 1941	22.420:169\$800	
Diferença	<u>103.244:168\$100</u>	

Não houve perda de substância patrimonial, mas mudança somente no registro do patrimônio. Antes de 1941, por exemplo, computava-se e incluía-se nele o calçamento; hoje já não o admite o Conselho. Embora se trate de valor "real e produtivo", tanto que dá frutos, rendas, como o calçamento, — que nos facilita num ano arrecadação superior a dois mil contos de réis — não é ele admitido, pela nova determinação, como patrimônio "ponderável" para efeito de balanço. O ponto de visto do Conselho parece que é o de considerar valor balanceável apenas o patrimônio realizável. A inscrição daquele que não tenha esse atributo, embora "produtivo", deve fazer-se fóra do balanço, não se podendo contemplar para efeito de "compensação", com os valores passivos da administração.

1) — *Ativo Financeiro* —

As parcelas que o constituem são as seguintes:

ATIVO FINANCEIRO

DISPONÍVEL

Caixa Geral	255:774\$300	
Empresa Nacional de Melhoramentos Ltda.	497:876\$900	
Exatores	8:024\$300	
C/D Devedores	<u>17.498:860\$600</u>	18.260:536\$100

REALIZÁVEL

Almoxarifado da Prefeitura

Material em estoque	295:183\$500	
Apólices Municipais	<u>10.000:000\$000</u>	10.295:183\$500

ATIVO PERMANENTE

BENS MÓVEIS

Móveis, utensílios, etc.	8.603:198\$400	
Automóveis e caminhões	1.574:320\$000	
Biblioteca Pública	<u>622:076\$000</u>	10.799:594\$400

BENS IMÓVEIS

Edifícios e Terrenos	18.254:518\$100	
Terrenos não edificados ..	<u>49.890:365\$500</u>	68.144:883\$600

BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL

Matadouro Modelo	3.400:000\$000	
Reservatório, filtros, rês, pontos de cloração e esgotos	<u>47.017:102\$300</u>	50.417:102\$300

DIVERSOS

DÍVIDA ATIVA

Inscrita		<u>9.040:019\$400</u>
Soma		<u>166.957:319\$300</u>

2) *Passivo Financeiro* —

Entre as cifras de que se constitui, é mister que se salientem algumas:

PASSIVO FINANCEIRO

a) *Dívida Consolidada* — Ascende aos algarismos de 44.836:200\$000, devendo deles deduzir-se a soma de 10.000:000\$000, que correspondem a apólices de propriedade da Prefeitura. Seu serviço de juros está em dia.

b) *Não consolidada* — Nosso débito à Caixa Econômica foi reduzido, com uma amortização regular, de 40 para 41, de 1.063:797\$000, conforme aqui:

Nosso saldo devedor em 40	23.107:121\$700
Nosso saldo devedor em 41	22.043:324\$700
	1.063:797\$000

Ainda no capítulo da Dívida não consolidada, alinham-se as Contas Bancárias, a que nos referimos no estudo do exercício de 40 e que vêm sendo normalmente amortizadas dentro dos prazos prefixados.

As duas parcelas estão representadas pelos números seguintes:

Contas garantidas	27.281:428\$000
Obrigações a Pagar	43.270:440\$100

Observe-se que, se da primeira parcela o resgate, amortização e juros de tipo bancário normal se vêm operando com regularidade, na segunda estão incluídas exigibilidades que vão até 1946 e que ultrapassam 50% do valor total, o que não virá sobrecarregar nenhum exercício futuro isoladamente.

AQUISIÇÃO DE TERRENOS — DESAPROPRIAÇÕES

O crescimento multi-lateral da cidade e o ritmo de suas comunicações, acelerado dia a dia, exigiram nos dois exercícios em vista a retificação de várias ruas e a abertura de grandes avenidas radiais, que resolvessem em parte o problema do tráfego urbano, e, em especial, o da aproximação, ao centro, de vários núcleos suburbanos de mais intensa vida. Tais obras exigiram desapropriações, tanto de terrenos baldios, em preços mais razoáveis, como de lotes com benfeitorias, cuja aquisição resultou mais onerosa.

Fiel a seus princípios, e preliminarmente, procurou sempre a Prefeitura entrar em acôrdo com os proprietários daqueles bens, para não delongar a operação, encarecê-la com

expedientes judiciais ou mesmo expôr-se à prevenção de seus contribuintes.

Quando os novos logradouros a serem abertos prejudicavam sub-divisões e loteamentos já existentes, ela própria se encarregou de remanejar quantos fôssem atingidos, empenhando o esforço de seus técnicos numa recomposição satisfatória.

Dentro de tal orientação e tendo em vista o interesse municipal em face do interesse privado, adquiriu, em 1940, para as diversas obras, as áreas constantes do quadro abaixo, com seus respectivos preços:

	ms. ²	Preços
Para abertura da avenida do Contorno até a Gameleira	70.260,00	580:942\$000
Para a execução do Cemitério da Saudade, a léste da Capital	212.155,00	215:393\$400
Para correção de traçados e prolongamento de determinados logradouros públicos	34.213,24	244:030\$200
Soma	316.628,24	1.040:365\$600

Já em 1941, outros serviços exigiram novas aquisições e desapropriações e estas subiram de vulto, quando interessaram a avenida e o parque da Pampulha, o prolongamento da avenida Afonso Pena, a abertura da av. Teresa Cristina e a criação da Vila Operária. Ainda assim, os números revelam menos área adquirido e preço unitário que se avizinha das aquisições de 1940, mesmo incluindo pequenas benfeitorias nos terrenos obtidos.

De fato, a Inspeção do Patrimônio obteve, nesse período a soma de 152 000,00 metros quadrados, pelo preço global de 630:548\$000, tendo-se promovido ainda a desocupação de terrenos do município, com aquele ou com outros objetivos, operações que resultaram na obrigação de se indenizarem benfeitorias montantes a 46:900\$000.

O equilíbrio do Patrimônio Municipal sofreria, certamente, com duros reflexos sobre o seu regime financeiro, se a

Municipalidade permanentemente se projetasse no caminho da aquisição de terrenos ou de desapropriações de áreas indispensáveis aos seus serviços e, assim, ampliasse cada vez mais aquele patrimônio.

Com tal prática unilateral, não só surgiriam dificuldades de ordem econômico-financeira e de ordem orçamentária, traduzidas pela dificuldade de obtenção de meios àquelas transações, como ainda veria o Município desenvolver-se diariamente o seu domínio, nem sempre de possível e imediata mobilização. Para contrabalançar, pois, as aquisições indispensáveis, recorreu a Prefeitura à alienação de outras áreas, que ela mesma valorizou com serviços públicos de demarcação, arruamento e até mesmo calçamento e instalação de redes de água e esgoto, valorização que se traduziu no preço mais favorável que pudemos obter para esses domínios, antes estimados em níveis muito inferiores. Sobre tais bases e com tais meios, não só a Administração obtem elementos para pagar as aquisições imprescindíveis às suas obras, como provoca e dirige, com exigências razoáveis, o crescimento do número e a melhoria da qualidade das edificações urbanas.

No primeiro período a que se refere esse relatório, foram vendidos em hasta pública: 68 lotes, dos quais 61 urbanos e 7 suburbanos. A venda dos primeiros atingiu à importância de 871:671\$000, que dá a média de 14:288\$000 por lote vendido. Bem menos cotados são os da área suburbana, os quais perfizeram o total de 59:635\$000, produzindo, em média, cada lote, a importância de 8:519\$200.

Pela verificação dessas cifras e pelo seu confronto com os dos anos anteriores a 1939, se verifica a marcha ascendente dos preços das áreas urbanas, visto que o valor médio das alienações feitas naquele período permaneceu em 12:936\$000, cobertos com um excedente de 1:352\$000 pelas nossas transmissões feitas em 1940.

No mesmo período foram aforados 10 lotes urbanos, cuja avaliação, para pagamento do respectivo fôro, se consignou em 158:000\$000, ou sejam 15:800\$000 por lote. Também a respeito desses, um acréscimo se verifica em relação ao ano anterior, acréscimo esses no valor de 3:800\$000.

Continuando a política de facilitação da residência operária, a Prefeitura atendeu a pedidos de aforamento de 52 iotes na Vila Concórdia, no valor global de 41:055\$000.

A arrecadação das prestações dos lotes vendidos nos termos do decreto 145, de 1935, e 49, de 1939, subiu à soma de 891:780\$200, importando os fôros arrecadados em 37:951\$100. Se a esta importância se acrescentar ainda a de 28:018\$900, arrecadada como dívida ativa, teremos que a renda dos próprios municipais referidos chegou a soma de 65:980\$000.

No que toca a aluguéis propriamente ditos, de imóveis municipais, registram os dados do Patrimônio o seu produto pela soma de 377:488\$600.

Já em 1941 o movimento de venda de lotes urbanos não atingiu sequer a um quinto das operações feitas no exercício anterior. Isto se deu porque, acompanhando de perto a valorização extraordinária que vêm tendo os terrenos na Capital, a Administração provocou esse retraimento nas transmissões, na justa espera de melhores preços. Em consequência de tal retração, com a baixa de entrada de numerário, poderia ocorrer nesse período um desequilíbrio de meios para aquisições necessárias.

Tal não se deu, todavia, porque, somando-se àquelas 12 lotes a venda do terreno do antigo Teatro Municipal, com as suas obras paralisadas, obtivemos o total de 2.261:595\$000. Observa-se, ainda, que o serviço de arrecadação de meios, relativos a lotes anteriormente vendidos, para pagamento em prestações, apurou, naquele mesmo período, o total de 1.133.635\$200.

A arrecadação dos fôros de próprios municipais se expressou pela soma de 63:033\$300, em que entram como parcelas:

Arrecadação em tempo próprio	38:793\$200
Arrecadação como dívida ativa	24:240\$100

Soma	<u>63:033\$300</u>
------------	--------------------

A renda especial de aluguéis de próprios municipais fixou-se em 351:623\$500.

Tais parcelas, reunidas, compensaram a não arrecadação consequente do retraimento na venda de novas áreas, sem prejuízo da boa marcha de entradas para os cofres, como através dos números supra se verifica, e o que se recebeu, pelas diversas rubricas, bastou ao que se teve de empregar em aquisições para novas obras públicas.

ESTATÍSTICA INTERNA

DECRETOS-LEIS

A necessidade de regular as relações entre os contribuintes e a Administração, assim como a de estabelecer normas para mais eficaz desenvolvimento da ação administrativa, determinou a expedição, durante os exercícios de 1940 e 1941, de cerca de 40 decreto-leis, alguns dos quais se destacam, pela sua significação na vida administrativa e da cidade.

Dêsses, já fizemos referência especial ao de n.º 96, de 4 de agosto de 1941, quando relatámos o que fez a Reorganização dos Serviços Fazendários, pois foi por êle que se pôde realizar a série de modificações posta em prática nos serviços internos da Prefeitura.

Os demais textos legais que mais importância apresentam são os seguintes:

DECRETO N.º 83 — SERVIÇOS DOMICILIARES DE AGUAS E ESGOTOS

As normas vigentes quanto aos serviços domiciliares de águas e esgotos criavam dificuldades quase insanáveis nesse domínio, em virtude não só da falta de suas sistematização, como da insuficiência de casos, ou, até, de modo imperfeito com que eram regulados. Desejando de uma só vez atualizar e sistematizar, sobre princípios que respeitassem a nossa situação de cidade moderna, em perfeito equilíbrio com os interesses

particulares, aquêles serviços, mandámos proceder a estudos técnicos que, finalmente resultaram na expedição desse decreto, em 21 de dezembro de 1940. Está em execução com resultados satisfatórios, tendo vindo fixar definitivamente o regulamento dos serviços domiciliares de águas e esgotos da capital.

DECRETO N.º 84 — REGULAMENTO DE CONSTRUÇÕES

As necessidades criadas dia a dia pela aceleração do desenvolvimento da cidade e pelos postulados modernos de urbanismo e saneamento, e o próprio aspecto local da construção de Belo-Horizonte envelheceram, rapidamente, as normas que regulavam as construções, obrigando a Administração, ou a transigir com deformações que desmereciam a cidade ou a postergar, indefinidamente, com prejuizo para a municipalidade e para os interessados, aprovações de plantas ou reformas de edificações urbanas.

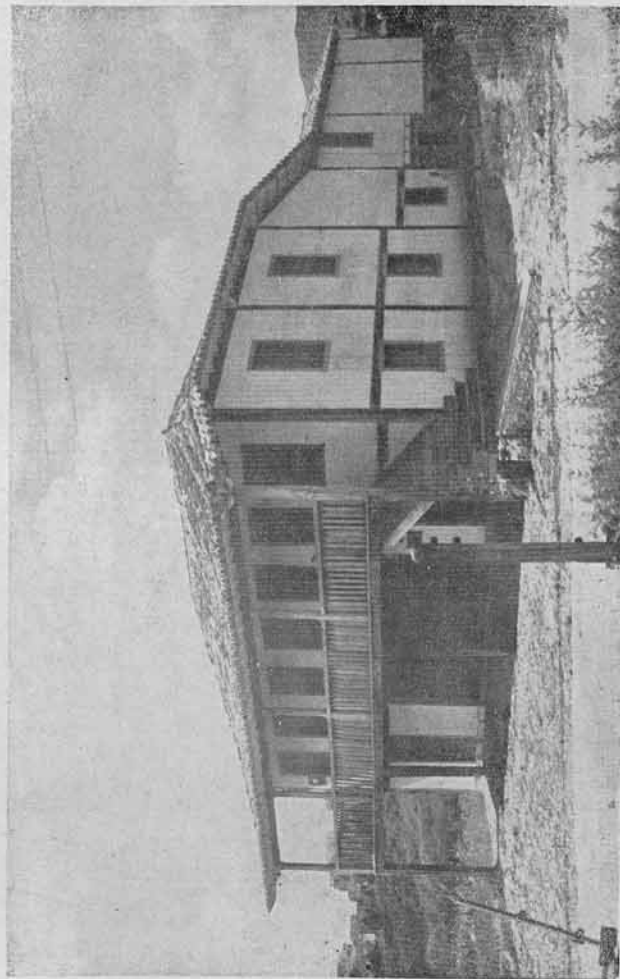
Confiando a técnicos da própria Prefeitura o estudo meticuloso das questões atinentes à matéria, regulada nos mais adiantados e modernos códigos de construções das maiores cidades do País, conseguimos aprovar o nosso regulamento, em 21 de dezembro de 1940, em que se teve, especialmente, em vista não só atender às necessidades locais e presentes, mas possibilitar ainda o desenvolvimento normal de Belo-Horizonte num sentido de grandeza material futura, sem prejuizo dos princípios de estética, de urbanismo e de saúde.

Empregado em todo o exercício de 1941, verificámos que os resultados vêm sendo os mais satisfatórios possíveis.

DECRETO N.º 91 — CRIAÇÃO DO MUSEU DA CIDADE

Embora Belo-Horizonte seja uma cidade muito nova, tem já o seu passado que nos pareceu merecedor da atenção da administração, razão pela qual nos dispusemos, pelo decreto n.º 91, de 26 de maio de 1941, a criar a sua Secção Histórica, núcleo do Museu da Cidade. Pensámos, com êsse novo órgão, preparar o futuro através do presente, com a dedicação do

[116-01]



"Fazenda Velha" - última casa do antigo Curral d'El-Rei, onde foi instalado o Museu.

passado, que as nossas tradições nos fazem sobrestimar. Cre-mos que, mais próximos desse passado recente, cabe-nos, por todos os meios, mobilizar, desde já, os elementos que sirvam no porvir, à reconstrução de toda a vidade do Município, desde os seus albores esperançosos, onde há nomes, fatos e atos dignos do nosso culto e da nossa veneração. O novo instituto, que se denomina Museu Histórico de Belo-Horizonte, está sendo organizado na Fazenda Velha do Leitão, único prédio que ficou do extinto arraial de Belo-Horizonte, antigo Curral d'El Rei, convenientemente restaurado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DECRETO N.º 92 — DEPARTAMENTO MUNICIPAL
DE ESTATÍSTICA

Se, por um lado, a medula de qualquer organização mercantil está na sua contabilidade, por outro, quer no regime dos negócios privados, quer no dos negócios públicos, a Estatística completa o equilíbrio da organização e facilita a administração previdente e racional.

Um Departamento de Estatística Municipal teria que vir como consequência do próprio desenvolvimento dos serviços da Prefeitura, afim de poder comprovar com regularidade e veracidade, o desenvolvimento da vida urbana em todas as suas manifestações, o esforço feito pelas sucessivas administrações, com o fim de acompanhar e incentivar o progresso da cidade, tornando-se o órgão reajustador dos ensinamentos da experiência e o ministrador de conselhos que a previsão sempre deve indicar.

Em diferentes épocas, foi tentada a organização de tais serviços. Infelizmente, as administrações não obtiveram resultados que chegassem até nós com a pureza e a eficiência que da estatística se deve exigir.

Criando o Departamento de Estatística Municipal, procurámos nada acrescentar aos ônus que pesam sobre a máquina administrativa do Município e nele aproveitámos somente funcionários da casa, regulando todos os serviços dele dependentes, desde o momento em que traçámos o programa básico da nova entidade.

Já os frutos da ação do novo órgão estão sendo colhidos e, com paciente labor de estatística retrospectiva, conseguimos, nessa altura, reunir e catalogar completos dados sobre a atividade de tôdas as administrações municipais que nos precederam, ano por ano, desde a fundação da Capital, assim como balancear o que temos feito em nosso período de govêrno.

São os seguintes os assuntos fixados pelos decretos-leis baixados:

- N.º 70 — de 8 de janeiro de 1940 — dispondo sobre o lançamento do imposto predial.
- N.º 71 — de 24 de janeiro de 1940 — dispondo sobre a localização de bancas de jornais e revistas na via pública.
- N.º 72 — de 9 de maio de 1940 — declarando feriado municipal o dia 11 de maio de 1940.
- N.º 73 — de 16 de julho de 1940 — estendendo aos funcionários municipais o disposto no Capítulo III do Decreto n.º 127, de 1937.
- N.º 74 — de 17 de setembro de 1940 — fixando os limites da zona urbana e suburbana da Capital e contendo outras disposições.
- N.º 75 — de 24 de outubro de 1940 — modificando taxa de imposto predial.
- N.º 76 — de 24 de outubro de 1940 — dispondo sobre exposição de mercadorias e contendo disposições sobre anúncios.
- N.º 77 — de 14 de novembro de 1940 — concedendo perpetuidade gratuita à sepultura do dr. Afonso Vaz de Melo.
- N.º 78 — de 16 de novembro de 1940 — suprimindo o trecho da rua Pacifico de Faria, entre as ruas Amazonita e Iára.
- N.º 79 — de 30 de novembro de 1940 — concedendo aos funcionários municipais 2% sobre seus vencimentos por filho menor de dezoito anos e filha menor de dezesseis.



Inauguração do " Museu de Belo Horizonte, quando o Sr. Governador Benedito Valadares, recebia do Prefeito Juscelino Kubitschek as chaves do edifício em que funciona o notável empreendimento.

- N.º 80 — de 30 de novembro — classificando como “fixo” e “variável” o pessoal da Prefeitura e contendo outras disposições.
- N.º 81 — de 30 de novembro de 1940 — concedendo subvenções anuais a diversas instituições.
- N.º 82 — de 30 de novembro de 1940 — orçando a receita e fixando a despesa do município de Belo-Horizonte, para o exercício de 1941.
- N.º 83 — de 21 de dezembro de 1940 — aprovando o Regulamento dos Serviços Domiciliares de Águas e Esgotos.
- N.º 84 — de 21 de dezembro de 1940 — aprovando o Regulamento de Construções da Prefeitura de Belo-Horizonte.
- N.º 85 — de 22 de janeiro de 1941 — autorizando a emissão de vinte e cinco mil apólices, ao portador, da dívida interna do Município de Belo-Horizonte.
- N.º 86 — de 7 de março de 1941 — aprovando e dispondo sobre pagamento do imposto de indústria e profissão.
- N.º 86a. — de 20 de março de 1941 — aprovando o plano e plantas para abertura de uma avenida, da cidade à Represa da Pampulha.
- N.º 87 — de 27 de março de 1941 — desapropriando terrenos.
- N.º 88 — de 5 de abril de 1941 — concedendo perpetuidade à sepultura do dr. Nestor Gomes, ex-governador do Estado do Espírito-Santo.
- N.º 89 — de 15 de maio de 1941 — abrindo um crédito especial de 258:924\$800 e contendo outras disposições.
- N.º 90 — de 16 de maio de 1941 — dispondo sobre garantias de empréstimos públicos estaduais.
- N.º 91 — de 26 de maio de 1941 — criando a secção de História, núcleo do Museu da Cidade.
- N.º 92 — de 26 de maio de 1941 — organizando o serviço de Estatística Municipal.

- N.º 93 — de 17 de junho de 1941 — modificando a lei n.º 277, de 1924.
- N.º 94 — de 15 de julho de 1941 — dispondo sobre o abono de faltas dos diaristas.
- N.º 95 — de 18 de julho de 1941 — dando novas denominações a avenidas e ruas.
- N.º 96 — de 4 de agosto de 1941 — definindo a estrutura geral da organização dos serviços fazendários da Prefeitura Municipal de Belo-Horizonte e dando outras providências.
- N.º 97 — de 12 de agosto de 1941 — revogando o decreto N.º 50, de 14 de fevereiro de 1939.
- N.º 98 — de 13 de agosto de 1941 — isentando de impostos e taxas municipais as exhibições públicas promovidas por entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos.
- N.º 99 — de 25 de agosto de 1941 — dando nova redação e modificando o decreto n.º 55, de 1939, dispondo sobre sub-divisão de terrenos e construções particulares, na faixa marginal à Represa da Pampuiha.
- N.º 100 — de 17 de setembro de 1941 — dando a denominação de "Praça João Luis Alves", à atual praça do bairro de Lourdes.
- N.º 101 — de 11 de setembro de 1941 — dispondo sobre arrecadação da dívida ativa.
- N.º 102 — de 31 de outubro de 1941 — elevando e concedendo subvenções a diversas instituições.
- N.º 103 — de 22 de novembro de 1941 — orçando a receita e fixando a despesa para o exercício de 1942.
- N.º 104 — de 6 de novembro de 1941 — abrindo créditos suplementares de 1.400:000\$000.
- N.º 105 — de 23 de dezembro de 1941 — contendo disposições sobre o recebimento da taxa de água.
- N.º 106 — de 29 de dezembro de 1941 — declarando a caducidade de venda e concessão de terreno.

PORTARIAS

Com o fim de regular o movimento interno da repartição, expedimos, durante o biênio de 1940-1941, a soma de 280 portarias, tendo correspondido 126 ao primeiro e 154 ao segundo ano.

TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES

O ativo movimento de compra e venda de imóveis, que tão bem caracteriza o progresso de uma cidade, define, através da estatística, a intensificação de vida na capital, tendo-se, em 1940, registrado na Inspetoria do Patrimônio 2.350 guias de transmissão, no valor total de 43.068:899\$410. Já no exercício seguinte, o de 1941, continuando a influir no rumo da inversão de capitais fatores múltiplos, vemos aqueles algarismos sofrerem nova ascensão, que testemunha não só a confiança na valorização dos imóveis urbanos como a segurança dos investimentos imobiliários do Município.

De fato, nesse segundo ano, entraram na Inspetoria do Patrimônio 3.092 guias, representativas de transmissões no valor de 49.722:380\$308.

As quotas recolhidas pela Prefeitura para as operações de transmissões de propriedade dos dois exercícios subiram a 1.403:110\$200, em 1940 e 1.181.972\$000 em 1941.

Como se observa, pelos números das somas recolhidas, embora a quantidade de guias subisse de 20% em 1941, a arrecadação da quota municipal baixou de 221:138\$200. Esse decréscimo tem a sua explicativa na redução operada na tabela dos impostos de transmissão pela inteligente política do Governador Benedito Valadares. Realmente, facilitando tal gênero de operações, com taxas mais acessíveis aos interessados, a medida veio provocar a ativação de trocas, a que se deve, em parte, o crescimento verificado em 1941, quanto ao número de operações de compra e venda.

REGISTRO DE DOCUMENTOS

Pelo competente departamento municipal fôram registrados durante o exercício de 1940, 3.036 documentos de diversa ordem, relativos e escrituras, formais de partilha, autorizações para construção em lotes de terceiros, etc., arrecadando os cofres da Prefeitura, sob essa rubrica, a importância de 30:360\$000.

Já no ano seguinte, de 1941, subiu o número dessas guias para 3.739 ou seja mais de 55% em relação a 1940, produzindo uma coleta que perfaz 47:390\$000.

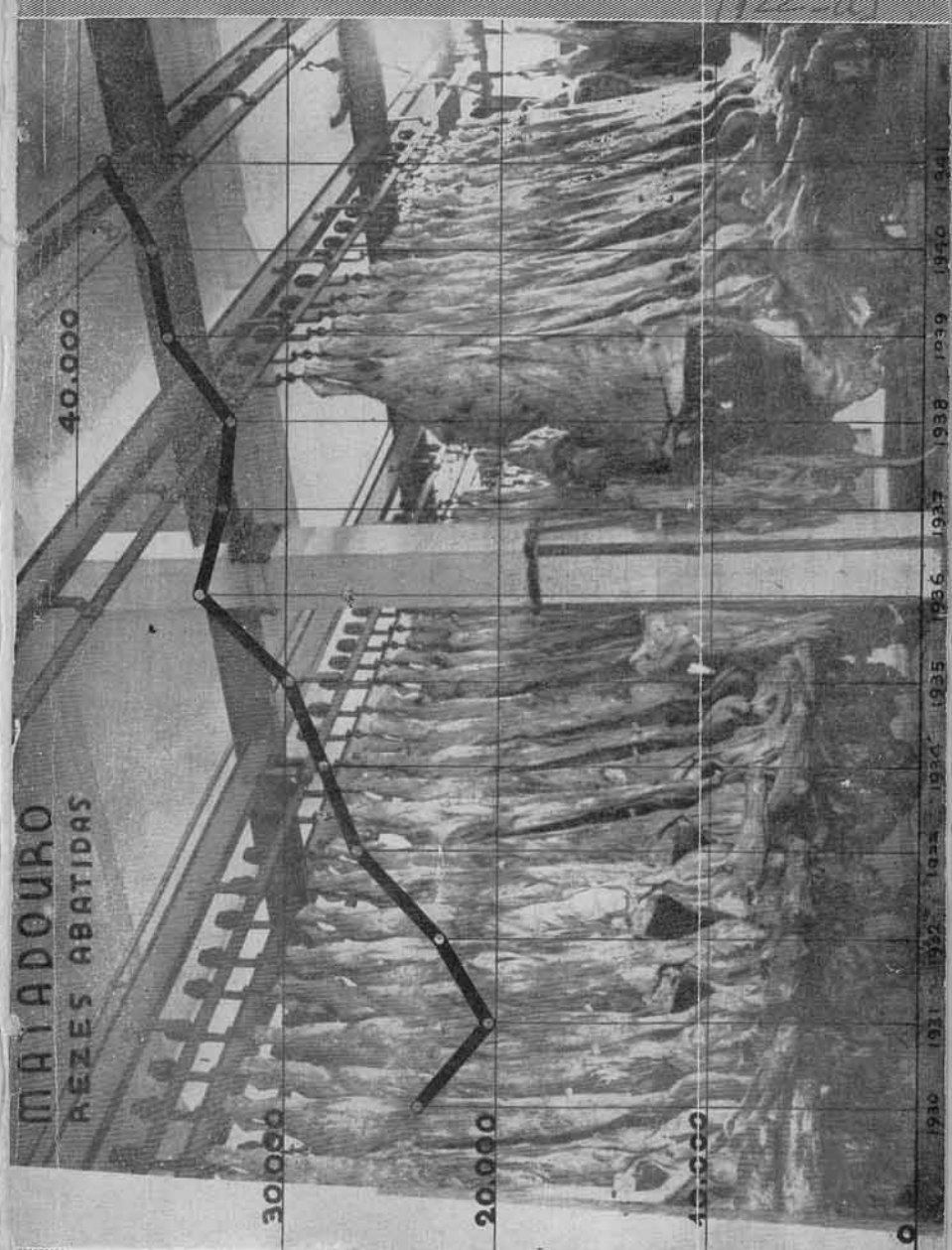
MERCADO MUNICIPAL

Mesmo o observador menos atento verifica, de início, que o Mercado Municipal já não pôde atender às necessidades do desenvolvimento da Capital. Suas hoje exíguas instalações têm provocado medidas que encaramos apenas como paliativas e transitórias, até que a solução radical possa ser dada, em correspondência com o desdobramento de suas atividades. O vulto das vendas realizadas em primeira mão, nestes últimos três anos, confirma todas as observações. De fato, fôram elas traduzidas pelos algarismos seguintes:

1939	23.347:980\$300
1940	29.958:200\$399
1941	29.927:836\$600

O decréscimo do último exercício deve ser levado à conta da alta de preços de cada utilidade, bem como do encarecimento elevado dos fretes.

Com o fito de obter mais acomodações para os negócios, a Administração já fez ampliar a área ao ar livre, mediante construções que utilizassem todo o espaço livre, capaz de ser ocupado. Contando já a seu lado, no triângulo compreendido pelas ruas Padre Belchior, Goitacases e avenida Amazonas, com área adquirida para o fim de ampliação do Mercado, mandámos



proceder a estudos do projeto, tendo em vista não só a função desse importante órgão econômico da cidade, mas ainda a unidade do todo, com o intuito de não prejudicar esteticamente a parte feita através de aumento que dela destoasse.

Não só a função social nos impõe a obra. A simples consideração do ponto de vista econômico, unilateral, do interesse importante órgão econômico da cidade, mas ainda a não-verificado confortadora arrecadação naquele próprio municipal, que está expressa pelas importâncias seguintes:

1939	356:713\$000
1940	378:440\$000
1941	425:898\$400

A especificação dessas rendas diz bem da importância e da regularidade de movimento do nosso Mercado, especialmente quando se considera que, sob a rubrica de multas, os dois últimos exercícios não arrecadaram senão a irrisória importância de 280\$000, sendo todas as outras parcelas oriundas de normais operações de compra e venda.

MATADOURO MUNICIPAL

A exploração dos serviços do Matadouro e de toda a sua secção industrial prossegue regularmente, acusando o movimento geral razoável acréscimo, em correspondência com o progresso da vida urbana em geral.

A atividade daquele departamento, comprovadora da asserção, está condensada no quadro abaixo, cuja simples análise é satisfatoriamente esclarecedora:

	1939	1940	1941
Rezes abatidas	36.058	36.828	39.131
Suínos para açougue	13.066	12.539	11.809
Suínos para fábrica	22.778	23.030	23.554
Renda arrecadada	762:746\$400	822:978\$200	887:449\$500

Não só os resultados de ordem econômico-financeira têm sido satisfatórios. De fato, pelos seus órgãos fiscalizadores, o Matadouro de Belo-Horizonte vem assegurando à população, o fornecimento de carne selecionada e em condições de higiene que constituem uma garantia para a saúde pública.

A intervenção do poder, através dos complexos serviços daquele próprio municipal industrializado exerce, além dessa delicada função de higiene, a função econômica de equilibradora dos preços da carne servida à capital, mantendo-os dentro dos limites da capacidade aquisitiva da população.

CEMITÉRIO DO BOMFIM

O cemitério do Bonfim, único de que dispõe a cidade até o momento, foi inaugurado em agosto de 1897, quase contemporaneamente ao início oficial de Belo-Horizonte. Até dezembro de 1941, nele se haviam feito 74.191 inumações, o que já teria determinado o seu fechamento, em virtude da extinção de sua capacidade, se não fosse o elevado número de exumações a que ali anualmente se procede. Para maior clareza, é mister que se lembre que tal cemitério dispõe somente de 18.146 sepulturas, distribuídas em 54 quadras e que, só em 1940 e 1941, se fez o total de 8.442 sepulturas, assim discriminados:

1940				
ADULTOS:	Sexo masculino	1.345	
	Sexo feminino	1.195	2.540
<hr/>				
MENORES:	Sexo masculino	866	
	Sexo feminino	774	1.640 4.180
<hr/>				
1941				
ADULTOS:	Sexo masculino	1.436	
	Sexo feminino	1.121	2.557
<hr/>				
MENORES:	Sexo masculino	902	
	Sexo feminino	803	1.705 4.262
<hr/>				
..	TOTAL GERAL		8.442

Por esses números, a situação se tornara particularmente grave e exigia da Municipalidade imediatas providências, encontradas com a construção do novo cemitério, dito "da Saúde", cuja abertura previmos para o início do segundo semestre de 1942, sendo suas características estudadas na parte de "Obras Novas".

A arrecadação do Bomfim, no biênio em estudos, foi representado pelas somas seguintes:

227:975\$900 em 1940 e

215:623\$500 em 1941, distribuídas pelas rubricas:

Administração do Cemitério, Empresa Funerária e Inspetoria do Patrimônio (perpetuidade, prorogação de prazo, etc.).

BIBLIOTECA PÚBLICA

Dia a dia se torna mais importante a função da Biblioteca Pública, como fonte de desenvolvimento cultural para a população. Por isso mesmo, esse departamento mereceu de nossa parte a atenção que se fazia necessária, para que sua marcha normal, preenchendo finalidade relevante na vida da cidade, não se interrompesse.

O quadro abaixo revela, sumariamente, o que foi a sua vida nesses dois exercícios:

	1940	1941
Dias de funcionamento ..	278	263
Frequência	76.343	63.119
Obras adquiridas	1.691	1.951

Em 1941, os 63.119 leitores que frequentaram a Biblioteca consultaram as seguintes obras:

Obras de literatura	20.409
Literatura infantil	13.355
Generalidades — Obras gerais ...	5.666

História — Geografia — Biografia	4.431
Ciências Sociais — Direito	3.475
Filosofia	400
Teologia — Religião	362
Filologia — Linguística	524
Ciências puras	217
Ciências aplicadas	191
Belas Artes	596
Revistas	580
Jornais	734

GARAGE MUNICIPAL

Embora em local acanhado, ao lado do Parque Municipal, lutando ainda com dificuldades em virtude de instalações deficientes, a Garage Municipal, com a Oficina Mecânica que lhe é anexa, tem prestado valiosos serviços aos diversos departamentos da Prefeitura. Ali são guardados, cuidados e reparados os carros da Municipalidade, em número de 58 em 1940 e 60, em 1941, compreendidos nessa soma os 3 autos de passeio que servem à Administração.

A complexidade dos serviços que executa, atendendo aos nossos 29 caminhões, 11 carros de coleta de lixo, 8 caminhonetes de serviço e os demais de irrigação, cantoneiro e ambulantes, determinou elevada despesa, incluindo gasolina, óleo, acessórios, material, pessoal e ordenado de "chauffeurs", sendo que, em 1941, os preços de combustíveis e acessórios se elevaram sobremodo, podendo computar-se em até 50% o aumento nos preços de acessórios e cerca de 10 a 15%, na parte dos combustíveis.

As oficinas anexas, ferraria e mecânica, atendem não só aos serviços específicos dos carros, mas todos os reparos de instrumentos mecânicos, móveis metálicos, motores, portas, confecção e colocação de grades de ferro, calhas e outros, bem como fundições de pequenas peças, parafusos, roscas, etc., sendo, portanto, um setor de intenso trabalho.

CONSTRUÇÕES PARTICULARES

Índice dos mais expressivos do desenvolvimento de uma cidade é aquele que assinala a atividade particular, porque esta, quase sempre, tem raízes profundas na maneira de funcionar da máquina administrativa. Da confiança no poder público, do estímulo dado pela administração com a realização de obras de vulto e de orientação firme, quase sempre resultam enormes atividades particulares, porque uma se une à outra, para o progresso geral.

Em Belo-Horizonte, temos a satisfação de verificar que a iniciativa particular acompanha aceleradamente o que a administração procura fazer pela cidade. Na mesma proporção que a assinalada nos serviços públicos, a coluna do esforço individual pelo engrandecimento da capital se manifesta. E um exemplo expressivo é o que se tem observado na parte das construções particulares.

A estatística, na sua eloquente e irrefutável precisão, nos mostra que de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1940, 3.239 projetos de construções ou modificações foram submetidas à apreciação da Prefeitura, representando uma área coberta de 155.757,00m.².

Na realidade, porém, apenas 150.640,00 m.² foram cobertos, denunciando-se leve declínio em relação ao exercício anterior, cujos algarismos foram os seguintes: 3.457 projetos para 189.384,00 ms.² de área coberta. Observe-se entretanto, que a área coberta não representa índice seguro de apreciação, porque nem sempre está na razão direta do valor e da importância das construções, justamente como se verificou nesse ano, pois, embora se tenha registrado menor área coberta, o valor das obras foi superior ao do ano de 1939, quando seu valor global foi estimado em 27.353:400\$000, enquanto que, em 1940, os seus números atingiram a 30.128:000\$000, quase 10% a mais.

No exercício de 1941, a queda se acentuou e os projetos sujeitos à aprovação da Prefeitura, embora em maior número, pois somaram 3.456, apresentavam cobertura de área bastante menor, isto é, 136.634,00 ms.², para se realizarem construções sómente em 110.047,50 ms.².

O fenômeno é de fácil interpretação, quando não se ignora que o custo dos materiais de construções, em virtude da situação mundial, cada vez mais agravada, com profundos reflexos econômicos em todos os países, impõe uma política de limitação que as causas da anormal situação determinam como consequência lógica.

Há mesmo exemplos já assinalados, como durante a Grande Guerra de 1914-18, os quais facilmente explicam os resultados obtidos através das outras estatísticas. O encarecimento da vida, determinando o encarecimento da mão de obra; a dificuldade de obtenção de materiais e do seu transporte, provocando a elevação do seu custo; e a própria solicitação de capitais para atividades mais oportunas, mais dinâmicas ou mais produtivas, fazem com que se repita o que já se havia verificado anteriormente.

Em 1913, as construções na capital tinham subido a 380, avizinhandose do máximo até então obtido, que era de 393. Estalada a conflagração européia, aqueles algarismos caíram sucessivamente para 217, 154, 81 e finalmente para 27, "minimum minimorum" registado na vida de Belo-Horizonte, desde o início de sua construção. Tal número, em um ano, representa a décima parte do que se fez ainda hoje em um mês...

Para completa análise do movimento de construções e projetos, nesses últimos quatro anos, vamos transcrever abaixo, em síntese, os dados fornecidos pela Estatística Municipal:

	PROJETOS			CONSTRUÇÕES	
	Aprovados	Reprovados	Área dos projetos aprovados em ms ²	Concluídas	Áreas em ms ²
1938	2.837	95	147.842,00	1.441	106.938,00
1939	3.317	107	189.384,00	1.859	136.917,00
1940	2.935	273	155.757,00	1.851	150.640,00
1941	2.681	578	136.634,00	1.465	110.047,00

Cumpra observar, através desse quadro, o cercamento do número de projetos reprovados nos últimos exercícios. Essas reprovações significam que a administração pública, pelos seus departamentos, se vai tornando dia a dia mais exigente no

exame das construções pretendidas, obedecendo-se a um critério que não é apenas urbanístico ou higiênico, mas que visa também impedir, conforme a sua localização, construções que comprometem a estética da cidade.

A renda proveniente das taxas de expedição de alvarás está expressa nos algarismos abaixo, que, logicamente se representam do declínio apontado:

1940	172:352\$600
1941	152:596\$000

Pelo quadro geral abaixo transcrito, se pôde também verificar o número de alvarás de construção expedidos em 1940 e 1941:

	1940		1941	
	Urbano	Suburbano	Urbano	Suburbano
Prédios de 1 pav.	90	677	99	583
" de mais de 1 pav.	152	33	142	33
Acréscimos de 1 pav.	236	258	259	314
" de mais de 1 pav.	35	12	24	6
Dependências	258	293	274	275
Garages	102	49	55	37
Galpões	18	8	8	—
Postos de gasolina	3	—	1	7
Modificações	266	220	336	238

ESTUDO DE "GRADES"

Em regra geral, estudos de *grades* ou perfis longitudinais de logradouros urbanos tinham sido determinados pelo surto de construções num ou noutro local ou em trechos desses locais. A ausência, porém, de trabalhos contínuos, que abrangessem zonas completas previamente escolhidas, deu sempre margem a equívocos onerosos e a constantes modificações de obras e estudos anteriormente feitos.

Com o objetivo de corrigir essa falha foi que ultimamos contrato com a Companhia Auxiliar de Serviços de Administração, para o levantamento da planta cadastral da cidade.

Foi possível, por esse meio, obter que a Companhia, entre as suas obrigações, incluísse a de estudar de vez e, de extremo a extremo, todos os logradouros já ou ainda não edificados. Com o desenvolvimento desses serviços, que correrão paralelos aos demais que se especificam no referido contrato, sanaremos, em futuro próximo, os defeitos que a experiência nos apontou e que têm sido causa de inútil dispêndio por parte dos cofres municipais.

Tal providência não tolheu, naturalmente, o desenvolvimento de estudos e aprovações de perfis longitudinais de ruas e avenidas e vários planos de praças. É lógico que isso determinaria a paralisação total desse setor, à espera daqueles estudos definitivos — o que seria inadmissível numa cidade em desenvolvimento.

Assim foi que, com as cautelas e reservas devidas, foram estudados e aprovados, em 1940, 136 perfis e, em 1941, 176, elevando-se, com tais cifras, a 1.366 o número de "grades" considerado e aprovado pela Prefeitura.

SUBDIVISÕES APROVADAS

Dentro das exigências do regulamento baixado com o decreto n.º 54, de 4 de novembro de 1935, várias modificações de traçado de ruas, planos de loteamento e algumas subdivisões de terrenos foram aprovados durante os dois exercícios, objeto desse relatório. Entre os mais importantes, sem contar modificações de algum vulto, cumpre mencionar os que se fizeram em parte da Cidade Ozanan, os da Cidade Jardim Montanhesa, o de parte da Fazenda do Palmital, os da Vila Ermelinda e da Vila Operária, no Mato da Lenha, segundo bairro residencial operário que estamos preparando para aqueles que, na sua maioria, residiam na chamada Pedreira Prado Lopes.

MUROS E PASSEIOS

É curial que o sistema de pavimentação da cidade tem de completar-se com os serviços de construção de passeios em frente às casas particulares ou testada dos lotes e moradias. O esforço da administração, nesse sentido, nem sempre logrou ser secundado, na proporção devida, pelo interesse dos particulares, a cujo cargo está parte do serviço. A Prefeitura, quando para esse fim solicitada, inúmeras vezes se tem encarregado dessa construção de passeios e muros para particulares, mediante orçamento prévio. Nem assim, porém, se resolveu, satisfatoriamente, o caso, obrigando-se, a méido, a administração a intervir e provocar a realização de tais obras complementares. Não obstante, já se pôde apreciar o número de intimações que ela se viu obrigada a fazer, afim de corrigir irregularidades. Tais providências frutificaram com resultados mais compensadores na zona urbana, onde foram atendidas 87 intimações para construção de passeios e 4 para construção de muros. Na zona suburbana, os algarismos quase não têm existência.

Com o mesmo empenho e mediante contrato e orçamento prévios, fez a Prefeitura 56 novos passeios, que cobriram a área de 4.428,24 ms.² e construiu 3 trechos diferentes de muros, totalizando a extensão de 276.06 metros. Observou a administração que, durante todo o curso ou quase todo o curso do ano de 1941, intensa falta de cimento verificou-se na praça. Em consequência disso, foi obrigada a restringir as intimações para obras de passeios e muros, já que tais solicitações não poderiam ter solução prática e, apenas, indisporiam os municípios, criando relações de constrangimento, inúteis e talvez nocivas. Apesar dessa escassez apontada, foram atendidas 88 intimações para construção de passeios e 11 para muros de frente.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL

Com a reorganização dos Serviços Fazendários, o Serviço de Compras passou por uma série de reformas, afim de melhor atender às necessidades da Municipalidade.

Regido por decreto baixado em 1935, sua função, por muito tempo, não foi de autonomia, de modo que os frutos naturalmente esperados não puderam ser obtidos. Como secção subordinada à Inspeção da Despesa e Contabilidade, em grande parte suas atividades se resumiram em concluir as compras feitas pelos diversos departamentos, sem o necessário e prévio processamento.

Ao iniciarmos nossa administração, verificámos que tal prática não estava em consonância com os modernos sistemas de compras, motivo por que se tornou preocupação nossa reformar esse setor da administração, aparelhando-o para exercer a verdadeira finalidade a que se destina, dentro de uma engrenagem administrativa já complexa, pelo volume e diversidade das compras. Todavia, somente em agosto de 1941, com a assinatura do decreto-lei municipal n.º 96, de 4 de agosto do citado ano, pudemos dar forma ao nosso pensamento. O antigo Serviço de Compras, que funcionava no Almoarifado da Prefeitura, foi transferido para o Palácio da Municipalidade, para formar uma das duas secções da Superintendência do Material — a outra constituída por parte da Despesa — tornando-se, também, de mais fácil comunicação com os diversos serviços da Prefeitura e mais acessíveis aos fornecedores.

Estabelecemos como norma obrigatória para a aquisição de materiais o processamento prévio, centralizando na Superintendência do Material todo o movimento de compras, com o que mesmo em 1941, nos últimos meses, já havíamos obtido os melhores resultados. Todos os departamentos da Administração recebem desse novo órgão, o material necessário ao andamento dos serviços, tendo desaparecido uma prática irregular que era a liberalidade excessiva para a compra, sem controle antecipado.

Como elemento de ligação entre o comércio fornecedor e a Municipalidade, a Secção de Compras, dentro da Superintendência do Material, tornou-se mais autônoma e um órgão verdadeiramente útil à administração.

Em 1940 e em 1941, foram feitos, respectivamente, ao comércio, 2.220 e 2.250 pedidos, num total de 3.200:479\$724 e 3.019:943\$900. Convém acentuar que, por não estar o serviço, antes do decreto 96, de 4 de agosto de 41, com autonomia bastante, uma parte considerável de material adquirido não

teve o seu processo feito no Serviço de Compras, nem mesmo posteriormente à aquisição, em face do que os números acima não podem representar a totalidade das compras, o que acontecerá nos exercícios de 1942 e seguintes.

Durante os dois anos, foi o seguinte o movimento de pedidos:

Inspeção da Limpeza	528	525
" de Águas	465	428
" de Obras	457	473
" da Receita	140	142
" da Despesa e Contabilidade . . .	97	—
Laboratório de Saneamento	116	—
Biblioteca	95	124
Inspeção da Fiscalização	81	71
" Técnica	59	137
Secção de Compras	41	—
Inspeção do Patrimônio	38	42
Consultoria Técnica	30	—
Inspeção do Expediente	24	56
" do Pessoal	20	27
Departamento Legal	16	45
Fiscalização da Cia. F. e Luz	8	37
Diretoria Geral de Obras	5	21
Superintendência da Tesouraria	—	59
Saneamento da Pampulha	—	49
Superintendência da Mecanização	—	14
	2.220.	2.250

O movimento de entrada e saída de materiais assim se expressa:

1940	
ENTRADA:	
Material em depósito	325:600\$300
Compras realizadas e processadas	2.894:791\$100
Material devolvido ao depósito	196:360\$300
Total	3.416:751\$700

SAIDA:

Material fornecido diretamente pela praça	2.894:791\$100
Material fornecido pelo Almoxarifado . . .	305:688\$600
Estoque para 1941	216:272\$000
Total	3.416:751\$700

MES/S	Comprado e entregue pelos fornecedores	Recolhido ao Armazem	Fornecido pelo Armazem	Saldo
Janeiro		3:435\$450	103:742\$920	225:292\$342
Fevereiro	91:066\$200	6:053\$950	24:176\$776	207:170\$016
Março	341:905\$200	9:407\$500	35:381\$896	181:195\$620
Abril	108:910\$000	18:882\$555	34:674\$524	165:403\$651
Maió	8:077\$500	952\$625	17:533\$790	148:822\$486
Junho	3:500\$000	1:125\$750	10:303\$201	139:645\$035
Julho	316:300\$100	1:443\$000	13:302\$957	127:785\$078
Agosto	840:886\$100	115:451\$315	12:526\$326	230:710\$067
Setembro	199:217\$500	4:399\$550	13:015\$453	222:094\$164
Outubro	268:058\$200	27:012\$300	11:300\$204	237:806\$260
Novembro	183:443\$600	6:784\$900	18:157\$575	226:433\$585
Dezembro	533:426\$600	1:411\$400	11:573\$002	216:271\$983
Total	2.894:791\$100	196:360\$295	305:688\$624	216:271\$983

1941

ENTRADA:

Material em estoque	216.272\$000
Compras realizadas e processadas . . .	3.010:943\$900
Material recolhido ao Almoxarifado. . .	317:286\$300
Total	3.544:502\$200

SAIDA:

Material fornecido	3.019:944\$000
Material fornecido pelo Almoxarifado . .	229:374\$700
Estoque para 1942	295:183\$500
Total	3.544:502\$200

MES/S	Entregue pelos fornecedores	Recolhido ao Armazem	Fornecido pelo Armazem	Material em estoque
Saldo de 1940				216:271\$900
Janeiro				210:530\$200
Fevereiro	55:012\$300	2:991\$500	9:685\$000	203:836\$700
Março	320:232\$700	26:084\$300	23:722\$800	206:186\$200
Abril	641:788\$500	13:152\$400	11:340\$900	208:009\$700
Maió	447:300\$800	3:190\$300	9:422\$200	201:777\$800
Junho	199:049\$000	10:061\$900	14:125\$700	197:714\$000
Julho	361:121\$500	28:327\$000	18:309\$400	207:731\$600
Agosto	135:008\$300	13:146\$000	15:888\$000	204:989\$600
Setembro	258:778\$300	27:832\$200	30:955\$400	201:866\$400
Outubro	209:056\$000	11:703\$500	11:937\$500	201:632\$400
Novembro	87:085\$900	119:572\$400	29:872\$300	291:332\$500
Dezembro	305:510\$600	43:964\$800	40:113\$800	295:183\$500
Total	3.019:943\$900	307:286\$300	228:384\$700	295:183\$500

Verifica-se, portanto, por este movimento, que de 1939 para 1940, o material em estoque estava avaliado em 325:600\$300. De 1940 para 1941, este valor foi de 216:272\$000, ao passo que a 31 de dezembro de 1941, era de 295:183\$500.

PROTOCOLO GERAL

Para que se ajuíze com segurança do vulto dos interesses em jogo entre a população e a Prefeitura, consignamos aqui os números representativos dos requerimentos entrados no Protocolo Geral, assim como das certidões diversas extraídas durante esses dois anos de governo:

Requerimentos protocolados em 1940	12.621
Requerimentos protocolados em 1941	13.488
Soma	26.109

340

Esses algarismos revelam que, no período de cada ano, em média, de 6 a 7% da população total entram em relação com a Administração.

Certidões extraídas em 1940	2.889
Certidões extraídas em 1941	3.908
Soma	6.797

DEPARTAMENTO LEGAL

Sem o propósito de especificar um a um todos os atos desse departamento, que zela pelo equilíbrio jurídico e judiciário da Administração, queremos sumariamente indicar o que foi a ação dessa entidade durante o período em análise.

I — EXERCÍCIO DE 1940

No curso do ano de 1940 transitaram pelo Departamento Legal e foram objetos de suas providências: 2.980 autos de infração, tendo ainda sido expedidas 1.114 notificações. Celebraram-se em seus domínios e com a sua assistência: 10 concorrências públicas, das quais 5 relativas à terraplenagem e calçamento, e firmaram-se, nas mesmas condições: 87 contratos diferentes, sendo que, desses, 24 diziam respeito a prorrogações de convênios anteriormente existentes, 16 se referiam a postos ou bombas de gasolina e 13 dispunham sobre realização de obras de calçamento ou terraplenagem.

Na Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, que é sub-órgão contido no esquema do Departamento Legal, o movimento de arrecadação da dívida ativa foi feito com acelerado ritmo e notória eficiência, tendo sido expedidas: 8.777 certidões, representativas do valor total de 3.217:347\$000. Dessa importância foram efetivamente arrecadados 1.542:662\$238, isto é, cerca de 50% do valor das certidões.

É mister que se saliente, no entanto, que daquela soma primitiva foram canceladas parcelas de débitos, assim como, certidões, e devolvidos processos a outras Inspetorias, para novas providências, no valor de 485:592\$870.

Fôram assinados termos de natureza diversa, que se elevaram ao número de 376. Esses termos assim se desdobram: — 163, para pagamento de impostos em prestações; 1444, para pagamento de perpetuidade de sepultura em prestações; 50, para pagamento de construção de muros, passeios e gradis a prestações; 16, para arrendamento de cômodos no Mercado Municipal; 3, para pagamento de instalações de esgotos e sanitárias em prestações.

II — EXERCÍCIO DE 1941

Durante o segundo exercício, ou seja o de 1941, o movimento do Departamento Legal se manteve no mesmo nível do período anterior.

Foi assim que vimos celebrados: 117 contratos diversos, abertas 32 concorrências públicas e assinados 238 termos de origens diversas.

No total dos contratos se incluíram 47, referentes a serviços de terraplenagem e de calçamento de novos logradouros públicos.

Na Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal foram recebidas 9.422 certidões para cobrança da dívida ativa, certidões que representam a soma de 2.971:171\$700. Os resultados dessa cobrança ultrapassaram levemente os obtidos no exercício anterior, visto como atingiram às cifras de 1.543:900\$300, transpondo, pois, a cobrança a casa de 50%, não atingida no ano de 1940. Os 283 termos assinados no curso de 1941 assim se distribuem: 6, para pagamento de impostos em prestações; 136, para pagamento de perpetuidade de sepulturas em prestações; 4, para pagamento de construção de muro, passeio e gradis, em prestações; 134, para arrendamento de cômodos no Mercado Municipal; 3, para pagamento de instalação de esgoto sanitários, em prestações.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PARTICULAR

O desenvolvimento natural da cidade, com a conquista de áreas, novos bairros, aberturas de vias de comunicação entre eles e o centro urbano, assim como projeção de outras para atender à núcleos prósperos, com edificações que reclamam serviços da Prefeitura, vem determinando, ano a ano, aumento de número de fôcos de iluminação pública e o de ligações particulares, estas para consumo de luz ou para fins de calefação.

Com o progresso industrial de Belo-Horizonte ocasionou-se, de outra parte, o crescimento do número de motores elétricos exigidos para aumento da produção ou início de novas atividades industriais, reclamando, dessa forma, novas instalações na rede de distribuição elétrica.

Para que se julgue dêsse desenvolvimento, damos abaixo um quadro de dados referentes aos dois anos em análise:

	1940	1941
Luz pública		
Kws. consumidos.....	4.089.198	4.279.588
Despesas.....	2.020:555\$600	2.116:817\$000
Luz particular		
Ligações existentes	17.776	19.939
Força		
Ligações existentes	754	822

Cumpra observar-se que essa elevação se refere, quanto aos serviços públicos, aos vários melhoramentos realizados nestes últimos dois anos, na iluminação geral da cidade, do Parque, da Pampulha e das praças Floriano Peixoto, Hugo Werneck e 13 de Maio, e, de forma especial à remodelação do sistema de iluminação de largo trecho da avenida Afonso Pena.

Na avenida Getúlio Vargas, na Pampulha, havíamos autorizado a colocação de 21 fôcos, em postes metálicos. Entretanto, com o surto experimentado pelo novo bairro, tivemos de autorizar o prolongamento das redes locais numa extensão de 4.500 metros na margem esquerda e de 2.000 metros na margem direita. Tal serviço, que veio sem dúvida valorizar extra-



Aumento da iluminação pública, na av. Afonso Pena

ordinariamente a Pampulha, vem sendo executado, na parte propriamente dita de eletricidade, pela Companhia Fôrça e Luz de Minas-Gerais.

Nas praças Floriano Peixoto, Hugo Werneck e 13 de Maio, foi feita reforma dos serviços, com aumento dos fôcos de iluminação e melhor distribuição.

Na avenida Afonso Pena, no trecho entre a rua da Baía e a Praça Rio Branco, o número de fôcos foi duplicado, passando cada poste a ser encimado de dois globos, com o que se permitiu obter uma iluminação perfeita da principal avenida da cidade. A reforma fez crescer 56 lâmpadas e 6 000 lumes, à rede existente, assim como proporcionar à capital nova fonte de beleza.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE

a) Bondes

Durante os dois exercícios, de 1940 e 1941, continuou a expandir-se a nossa rede de bondes, em correspondência com o desenvolvimento urbano. Em 1940, fôram incorporados 3.840 metros de novas linhas, que fizeram com que se atingisse a um total de 64.000 metros. Em 1941, apenas se fez acréscimo de 154 metros, mas, conforme acôrdo celebrado com a Companhia Fôrça e Luz, vários trajetos se modificaram, tendo sido remanejadas diversas linhas. Essas modificações visaram atender zonas que mais reclamavam condução, como Santo Antônio, Santa Efigênia, Santa Teresa e Lourdes.

O balanço final entre a extensão retirada e as novas linhas acusa 5.009 metros de trechos prolongados para 4.864 cancelados. As linhas retiradas pertenciam tôdas a trechos já servidos ou que, devido ao trajeto, consumiam espaço de tempo para ser vencido.

Dentre os aumentos, figura, o da linha de Lourdes, na rua Santa Catarina, numa extensão de 504 metros, o da linha Santa Efigênia, numa extensão de 1.000 metros e a linha Santo André, de grande importância, numa extensão de 1.350 metros, construída para atender à população operária, daquele núcleo

de população. A linha parte da rua Itapecerica e através da rua Pedro Lessa, vai ter à Vila, atravessando a rocha-viva por uma garganta aberta pela Prefeitura.

Nas linhas Santa Teresa e Santo Antônio, foram feitos serviços com o objetivo de atender melhor à população, fazendo-se os percursos mais diretos e, por isso mesmo, mais rápidos.

Pelo número de passageiros, se estima o constante aumento de atividades no tráfego, já comprovado por outros meios. São as seguintes as cifras referentes: de 1939 para 1940, um acréscimo de 2.283 638 passageiros; total de passageiros em 1940 — 39.631.059; em 1941 — 41.685.421.

b) Auto-ônibus

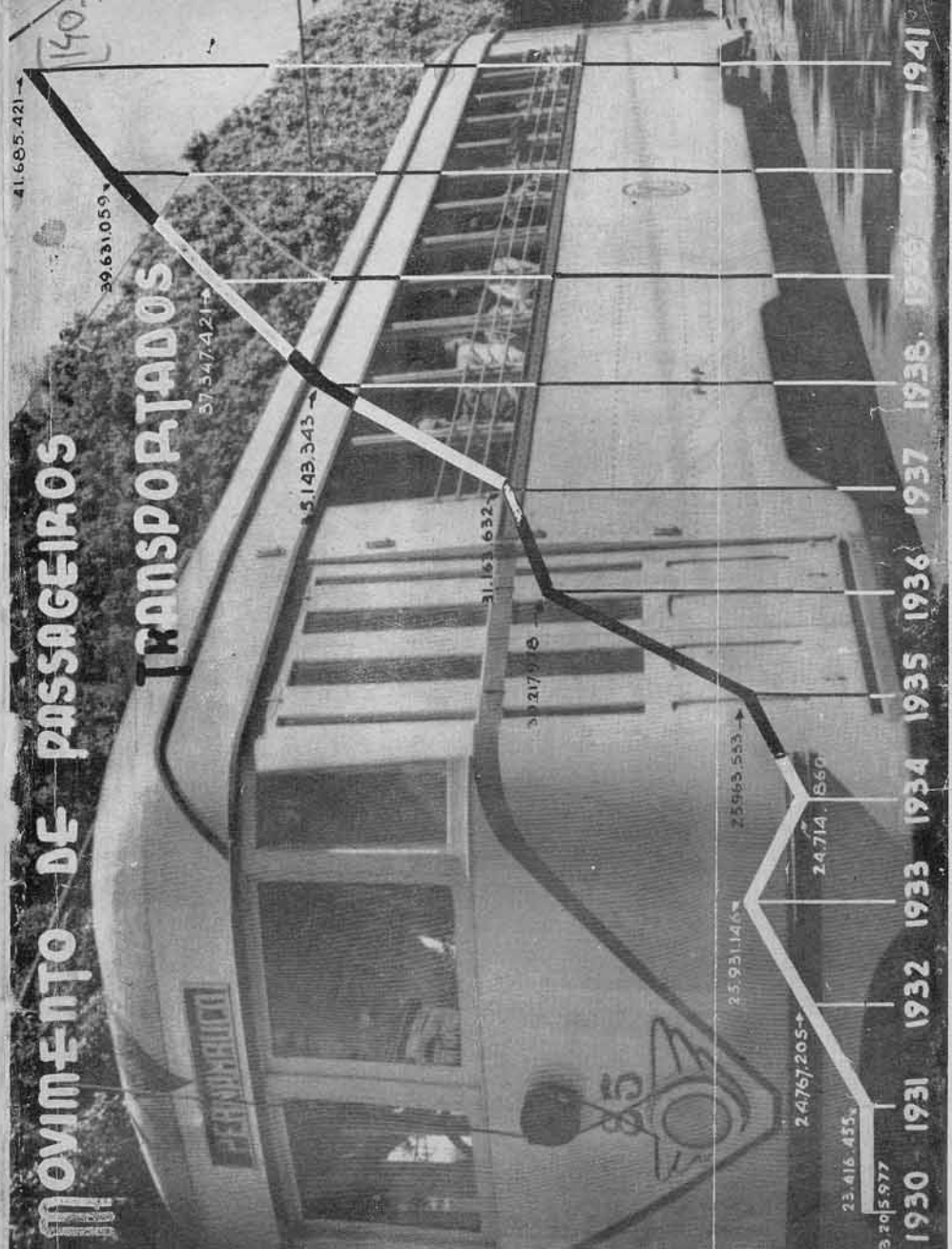
O papel dos auto-ônibus nas grandes cidades do mundo vinha sendo desenvolvido no sentido de substituição radical da extensão de linhas de bonde, cujos inconvenientes já foram bastante estudados e nitidamente indicados.

Nossa orientação era de dotar de um serviço tal como o seu crescimento exige, coadjuvando os transportes já existentes. Apesar, porém, de nosso empenhado propósito e de todas as providências levadas a efeito, temos de reconhecer que o problema não está ainda resolvido; ao contrário, agrava-se mais agora, com a escassez de combustível e com a elevação do custo das máquinas, acessórios e material metálico, elementos, que, somados, nos impediram de alcançar a melhoria desejada.

O transporte de passageiros em ônibus era explorado em 1940 e 1941, por dez concessionários, que alimentavam o tráfego de 16 linhas diferentes no primeiro e 17 no segundo, todas elas projetadas no sentido de atender à carência de bondes ou de outra condução, ou de cooperar com aqueles serviços nas zonas onde as necessidades se manifestavam mais prementes. A média de passageiros transportados nos dois anos revela a ampliação gradativa desses serviços, através dos números abaixo:

1940 — 12.672.000 passageiros, com 1.760 viagens diárias.

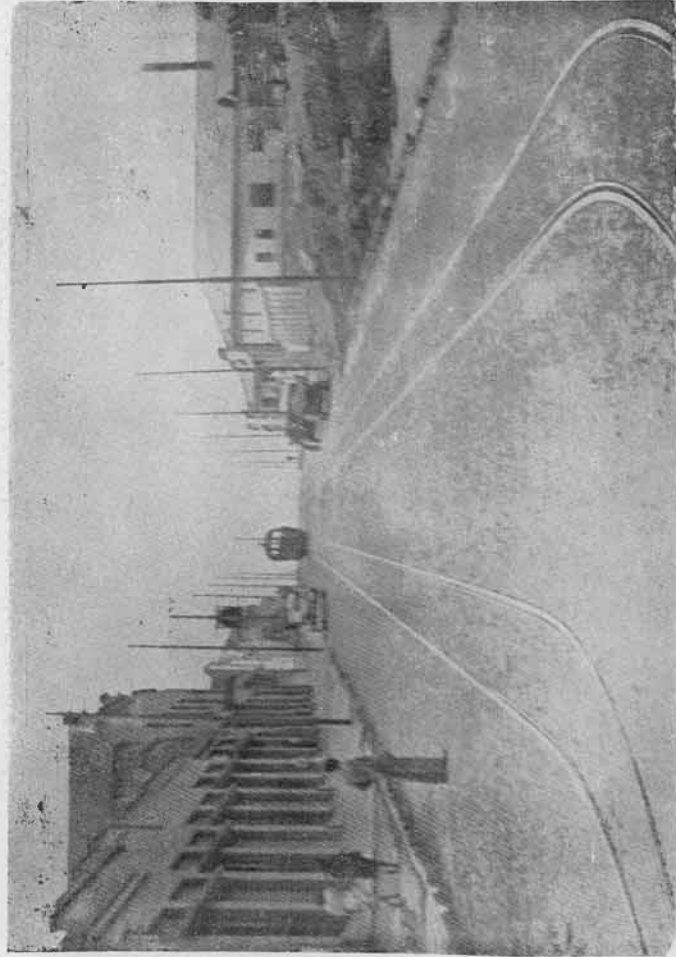
1941 — 13.176.000 passageiros, com 1.800 viagens diárias.



144

[140-a V]

[140-b]



Rua Arapé, após a modificação do traçado da linha de bondes Santa Teresa

[140-b v]

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

1905

13.176.000

12.672.000

11.338.725

9.470.290

9.241.800

7.555.500

1936

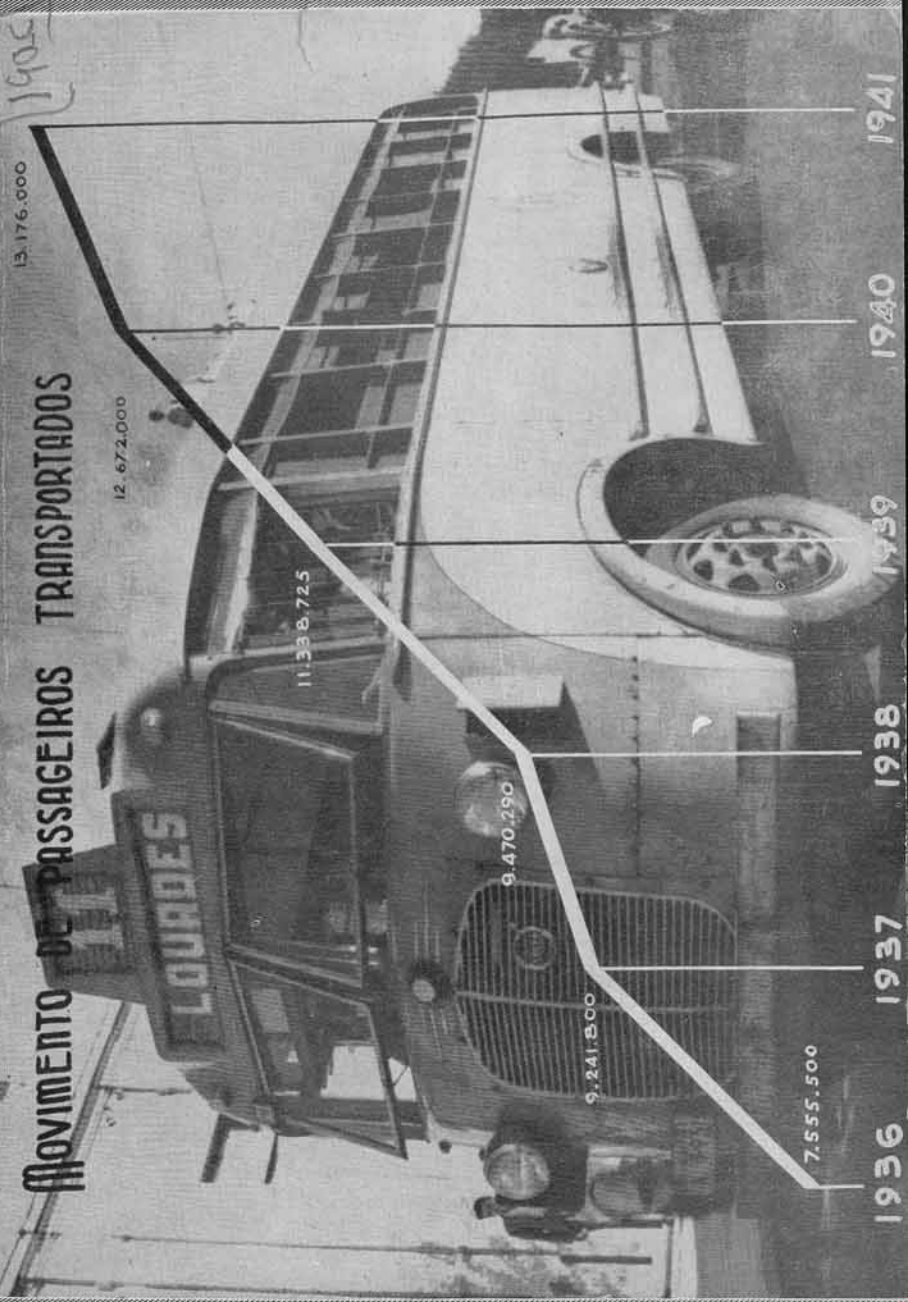
1937

1938

1939

1940

1941



[LHO-c V]

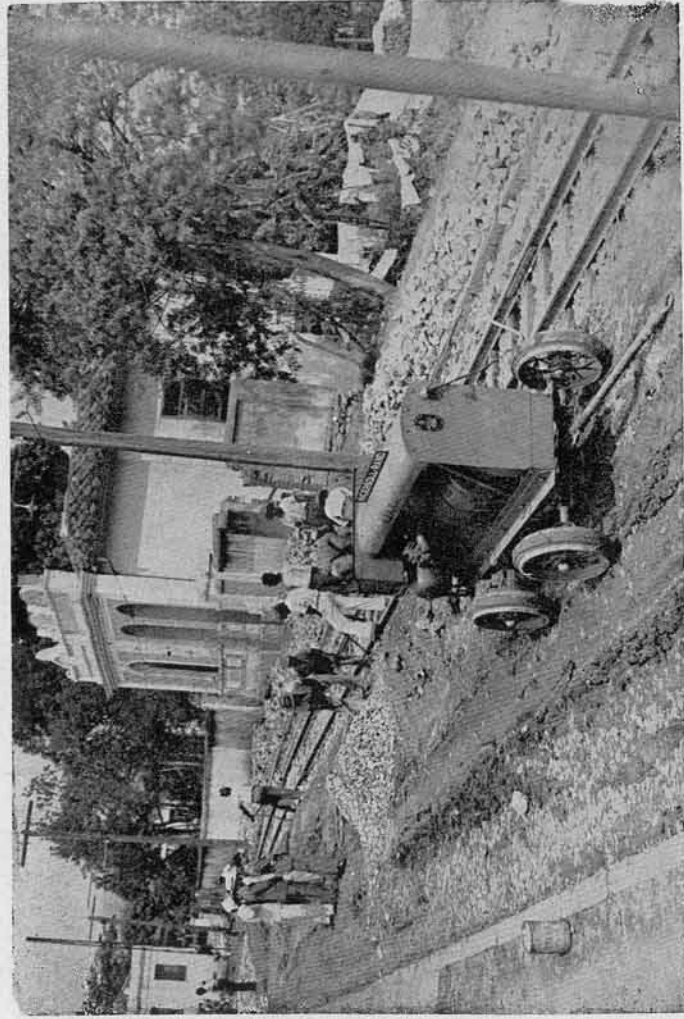


Inauguração da linha de bondes Santo André, em 1911

146.

[140-d V]

[140-e]



Serviço de prolongamento da linha de bondes Santa Efigenia

Vê-se, assim, que apesar das condições desfavoráveis, o serviço tende a desenvolver-se.

a) *Veículos diversos*

Na inspetoria competente foram registrados, em 1940 e 1941, veículos de sete tipos diversos, atingindo o total de 5.560 e 7.291, como se verifica pelos algarismos abaixo:

	1940	1941
Automóveis: de aluguel e caminhões	1.319	1.708
" particulares	2.260	2.738
" em experiência	34	34
Motocicletas e triciclos	91	144
Carroças: de aluguel ou particulares	969	1.478
Bicicletas: particulares ou de aluguel	863	1.112
Charretes, carros de mão, etc.	24	77
	<hr/>	<hr/>
	5.560	7.291

As inscrições desses diversos veículos possibilitaram o mesmo ritmo de acrescimo das arrecadações públicas verificadas em outros setores, havendo atingido a renda de 1940 a 554:625\$400 e a de 1941 a 647:352\$800.

BOMBAS E POSTOS DE GASOLINA

Tem sido objeto de particular atenção da Prefeitura suprimir as bombas de gasolina localizadas nas vias públicas. Apesar dessas medidas, circunstâncias de vária ordem nos obrigaram a manter ainda, em 1940, 7 aparelhos, sendo que todos eles em ruas suburbanas. Nosso objetivo foi sempre o de cancelar as bombas e substituí-las por postos de gasolina em melhores condições técnicas, de segurança e de estética, provocando a sua localização em terrenos particulares e zona previamente determinada. No primeiro exercício, aqueles postos atingiram ao número de 38, dispoendo de 58 aparelhos capazes de bem servir às necessidades normais de consumo.

Por esses postos e essas bombas foram vendidos:

Gasolina	10.210.251	litros
Óleo combustível	1.876.319	"
Óleo lubrificante	308.810	"
Querozene	765.271	"

O panorama de 1941 se apresenta com feições mais favoráveis, acusando a existência apenas de uma bomba localizada em via pública. O número de postos de gasolina cresceu em 1941 para 41, tendo a sua disposição 72 aparelhos.

As nove bombas restantes, que ainda existem na cidade, estão distribuídas: cinco com suas instalações em terreno particular e quatro em domínios de empresas de determinado vulto.

A paulatina ascensão do consumo de álcool motor, já nesse ano provocou a instalação do primeiro posto, cuja função é auxiliada por mais três bombas isoladas, distribuídas todas elas na área urbana.

Fôram vendidos, em 1941, por essas diferentes bombas:

Gasolina	11.128.161	litros
" de aviação	48.827	"
Óleo combustível	1.583.042	"
Óleos lubrificantes	351.721	"
Querozene	734.555	"



[1183]

ÍNDICE

	PÁGINA
Introdução	3
Obras Públicas	5
Calçamento	6
Canalizações	15
As Grandes Avenidas Radiais	18
— Avenida Amazonas	20
— Avenida da Pampulha	22
— Avenida Teresa Cristina	23
— Avenida Silviano Brandão	25
— Avenida Pedro. II	25
— Avenida Francisco Sá	25
— Prolongamento da Avenida Afonso Pena	26
— Ligação das avenidas Paraná e Amazonas	26
— Vila Santo André (rua Pedro Lessa) e outras ..	27
Pontes	28
Teatro Municipal	30
Cemitério da Saudade	33
Terraplenagem	35
Obras da Pampulha	37
— Barragem	38
— Avenida Getúlio Vargas	39
— Cassino	40
— Iate Golfe Clube	43
— O Baile	43
— Estação de tratamento dagua	44
— Postos Médico e Policial	48
— Iluminação	49
— Parque da Pampulha	50
— Ilha dos Amores	51
Emplacamento de Logradouros Públicos	53
Captação de novos mananciais dagua	54
Melhoramentos na rede dagua	57
Hidrometros	60
Esgotos Sanitários	60
Esgotos de Aguas Pluviais	62
Limpeza Pública	62

[144]

[145]

Aprensão de animais	64
Arborização	64
Parques e Jardins	67
Horto Municipal	69
Assistência Médica e Social	71
Bairros Populares	76
Vila Operária do Mato da Lenha	82
Hospital Municipal	83
Reorganização dos Serviços Fazendários	87
Criação da Diretoria dos S. Fazendários	89
Serviços da Planta Cadastral	91
Finanças	95
— Orçamento de 1940	96
— Orçamento de 1941	103
Aquisição de terrenos — Desapropriações	110
Decretos Leis	115
Transmissão de propriedades	121
Registro de documentos	122
Mercado Municipal	122
Matadouro Municipal	123
Cemitério do Bomfim	124
Biblioteca Pública	125
Garage Municipal	126
Construções particulares	127
Estudo de "grades"	129
Subdivisões aprovadas	130
Muros e Passeios	131
Aquisição de Material	131
Protocolo Geral	135
Departamento Legal	136
Iluminação Pública e Particular	138
Serviços de Transporte	139
Bombas e Postos de Gasolina	141